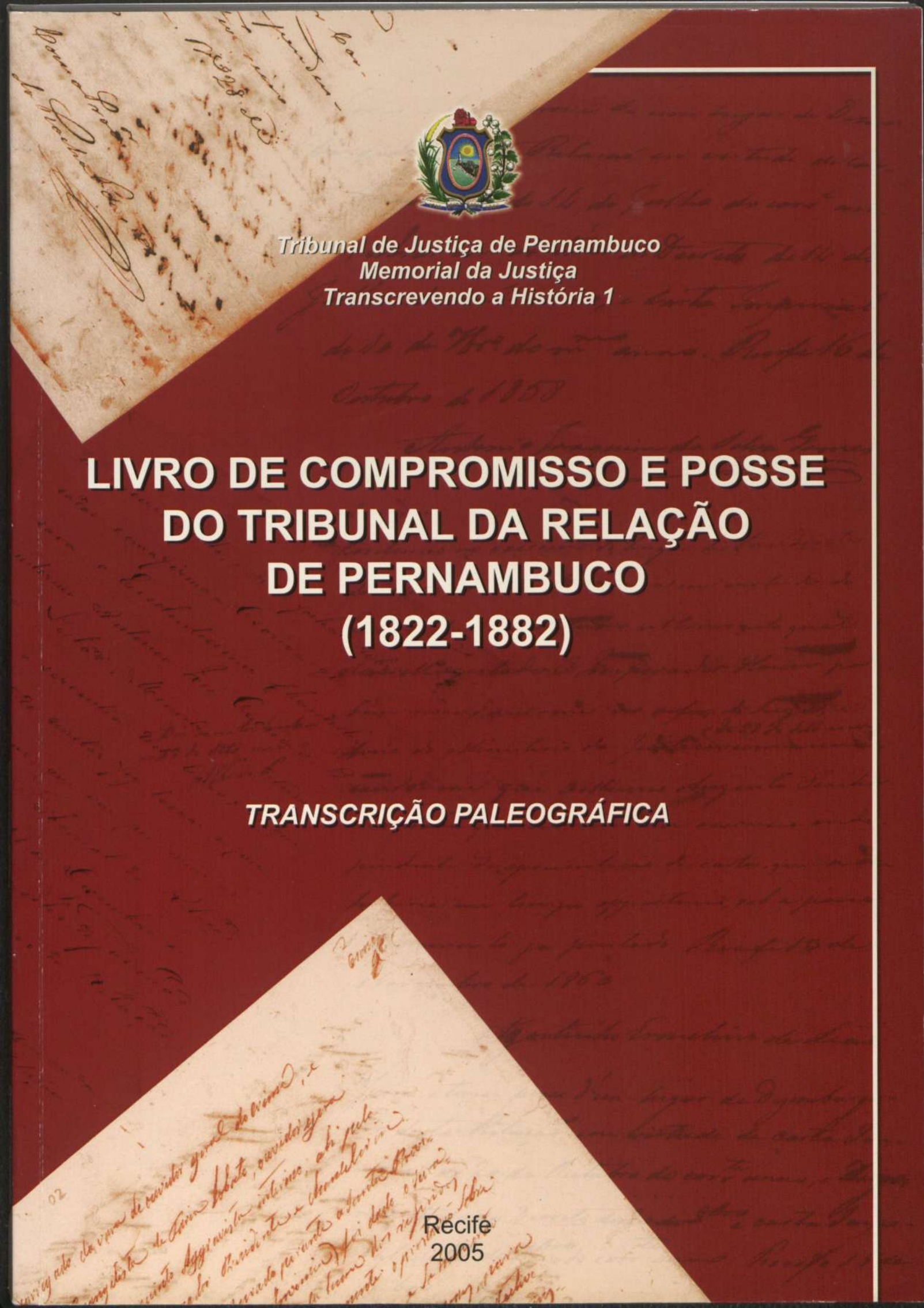


Tribunal de Justiça de Pernambuco
Memorial da Justiça
Transcrevendo a História 1

# LIVRO DE COMPROMISSO E POSSE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE PERNAMBUCO (1822-1882)

## TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Recife
2005

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Memorial da Justiça
*Transcrevendo a História 1*

# LIVRO DE COMPROMISSO E POSSE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE PERNAMBUCO (1822 – 1882)

*TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA*

RECIFE
2005

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Presidente:**
José Antônio Macêdo Malta
**Vice-presidente:**
Hélio Barros Siqueira Campos
**Corregedor:**
Fausto Valença de Freitas
**Secretário da Secretaria Judiciária:**
Abraão Joaquim dos Santos
**Secretário da Secretaria de Administração:**
Mary Anne Briano Nunes
**Secretário da Secretaria Jurídica:**
Silvana Maria Oriá
**Diretora da Diretoria de Documentação Judiciária:**
Luciana Carvalheira de Figueiredo

**MEMORIAL DA JUSTIÇA**

**Chefe:**
Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha
**Coordenação da transcrição paleográfica:**
Adilson S. da Silva
Carlos Alberto Vilarinho Amaral
**Revisão da transcrição paleográfica:**
Vera Lúcia Costa Acioli
**Transcrição paleográfica:**
Adilson S. da Silva
Alba Helena Duarte de Araújo Costa
Carlos Alberto Vilarinho Amaral
Evaldo Dantas da Silva

P452l Pernambuco. Tribunal de Justiça. Memorial da Justiça
Livro de compromisso e posse do Tribunal da Relação de Pernambuco : (1822-1882) / Tribunal de Justiça de Pernambuco. – Ed. fac-sim. – Recife : O Tribunal, 2005.
160p. : il. – (Transcrevendo a história ; v.1)

Transcrição paleográfica

1. TRIBUNAL DA RELAÇÃO – PERNAMBUCO – HISTÓRIA. 2. TRIBUNAL DA RELAÇÃO – PERNAMBUCO – DESEMBARGADORES – POSSE. I. Título. II. Série: Transcrevendo a história: v.1.

CDU 342.56
CDD 342.066

PeR – BPE

# Sumário

Prefácio ..... 07

Introdução ..... 09

Critérios de Transcrição ..... 13

Fac-símile do livro de compromisso e posse do Tribunal da Relação de Pernambuco e transcrição paleográfica ..... 15

Notas biográficas dos desembargadores do Tribunal da Relação de Pernambuco ..... 111

Bibliografia ..... 153

Referências das Ilustrações ..... 155

Índice onomástico das notas biográficas ..... 157

# Prefácio

O lançamento do primeiro volume da Série TRANSCREVENDO A HISTÓRIA, do Memorial da Justiça – TJPE, é um marco para o desenvolvimento de uma política de preservação e divulgação das informações integrantes dos documentos que representam a história da Justiça de Pernambuco.

O livro de compromisso e posse do Tribunal da Relação de Pernambuco, escolhido para transcrição, representante precioso e de peso do acervo do Memorial da Justiça, traz como seu documento inaugural a ata de instalação do órgão em Pernambuco (1822), além das posses de seus primeiros desembargadores. Restaurado recentemente, está em ótimo estado de conservação e sua transcrição e publicação ajudará a preservar o original, evitando o manuseio.

A Diretoria de Documentação Judiciária, com o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Centro de Estudos Judiciários - CEJ, espera que com essa publicação possa também contribuir para facilitar o acesso às informações contidas nos documentos históricos referentes ao Poder Judiciário de Pernambuco.

**Luciana Carvalheira de Figueiredo**
Diretora da Diretoria de Documentação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco

# Introdução

São conhecidas as dificuldades da Coroa portuguesa para definir a organização administrativa de sua colônia tropical. Mesmo a metrópole vivia sob superposições de leis insipientes, ordenações e determinações com bases consuetudinárias. Claro está que esse modelo conturbado seria transplantado em sua possessão, onde ganharia características que dificultariam ainda mais o entendimento e a aplicação da lei e da ordem pelo aparelho burocrático aqui estabelecido. Desde cedo, há a necessidade da implantação do sistema judiciário, missão que seria representada na figura do ouvidor-geral, já em 1548, quando a Coroa adquire a capitania da Bahia, instituindo o primeiro governo geral. Chega no ano seguinte o desembargador Pero Borges, assumindo as suas funções como primeiro ouvidor-geral do Brasil. Segue-se daí as ouvidorias itinerantes, contudo, sem instâncias judiciárias locais de apelação.

Com esse fim só em 1609 surge, na Bahia, a primeira Relação do Brasil, que funciona por pouco mais de quinze anos, logo sendo desativada, voltando suas atividades definitivas em 1652. Dois anos depois, os pernambucanos se libertavam do jugo holandês, restabelecendo a Portugal a integralidade do território colonial. O general Francisco Barreto de Menezes, após assumir a capitania restaurada, é transferido para Salvador na condição de governador geral, sendo sucedido por André Vidal de Negreiros, um dos heróis da Restauração. A partir daí fica mais nítida uma conscientização política e identitária por parte dos pernambucanos, requerendo o devido reconhecimento pela sacrificada empreitada efetuada contra os flamengos, passando a representar, como bem disse o historiador Evaldo Cabral de Mello, "uma pedra no sapato" para os interesses de certa elite dirigente do Brasil.

A recém-instalada Relação do Brasil (Bahia), logo teria sua autoridade questionada com relação aos interesses de Pernambuco. André Vidal, à frente do governo da província (1657-1661), desacata determinação do governador geral e desobedece sentença daquela Relação[1]. Chegou-se a pegar em armas, sendo necessária a intervenção da Corte, que decidiu o conflito de competência em favor do governador de Pernambuco. Sustada a sentença da Relação, e sentindo-se derrotado, o governador geral Francisco Barreto pede demissão, o que não foi aceito, porém, nas pendengas subseqüentes que envolviam os interesses de Pernambuco, absteve-se de intervir. Mais adiante é a população, sob as elites contrariadas, quem dá demonstrações de irredentismo. Foi o que se deu em 1666,

[1]. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Jurisdição e Conflitos: Aspectos da Administração Colonial. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1997

quando o próprio governador, o despótico Jerônimo de Mendonça Furtado, atraído pelos revoltosos a participar de um falso cortejo de extrema-unção, é preso e enxotado para Lisboa, no episódio que ficou conhecido como a conjuração do Nosso Pai, nome que se dava à procissão de que participava.

A pouca disposição dos pernambucanos a recorrerem à Relação baiana, aliada ao seu independentismo, forçaram a expedição, em 1682, de Carta Régia dando poderes ao ouvidor de Pernambuco, para que atuasse nos agravos e apelações das sentenças locais, das do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá. É o primeiro passo para a Relação, que ainda demoraria cento e quarenta anos para chegar. Nesse meio tempo, irrompe a Guerra dos Mascates (1710), disputa pela hegemonia entre Olinda e Recife, que demorou pelo menos cinco anos e de conseqüências também noutras províncias. Quanto à Relação, muito lentamente as decisões da metrópole avançavam nesta direção. Outro indicativo só surgiria quase oito décadas depois. Nova Carta Régia de 1758 cria uma Junta de Justiça em Pernambuco, seis anos depois esta determinação se estende às outras capitanias providas de ouvidores. A esta altura a segunda Relação já funcionava no Rio de Janeiro (1751).

A sociedade pernambucana se mobiliza em favor da instalação de sua Corte de Justiça, e para isso, em 1796 a nobreza olindense apresenta requerimento à câmara que, remetendo o pleito à rainha D. Maria I, obtém do Conselho Ultramarino uma resposta evasiva, alegando não ser oportuno o momento. As solicitações continuam insistentemente, até que em 1820, quando já funcionava a terceira Relação, no Maranhão (1812), uma outra petição da câmara de Olinda foi, por fim, apreciada e atendida. É bem possível que a quadra revolucionária de 1817 também tenha, como de outras vezes, deixado a elite dirigente da Corte com as "barbas de molho", retardando o acolhimento das petições. Em represália pela Revolução Republicana, Pernambuco até foi punido, perdendo a sua possessão alagoana.

Enfim, a 6 de fevereiro de 1821, é expedido o alvará de criação da Relação de Pernambuco, dois meses e vinte dias antes do retorno de D. João VI a Portugal. Vale salientar que o alvará suprimia da jurisdição de Pernambuco a comarca do Rio São Francisco, embora ainda lhe pertencesse. Por motivo da Confederação do Equador (1824), ela é definitivamente anexada à Bahia (1826). Vê-se o quanto era concentrado o poder imperial, também em questões relacionadas à distribuição de justiça. Mais de trezentos anos se passaram para que a quarta Relação fosse criada. Porém, mais um retardamento por questões políticas, impediria a imediata instalação da Relação pernambucana. Com o retorno de D. João VI a Lisboa, assume o príncipe regente D. Pedro de Alcântara, nesse interregno conturbado que antecede a Independência e a instalação da Relação. Governava Pernambuco Luis do Rego, contra quem os remanescentes de 1817 pensavam em ajustar contas. Em julho de 1821 Luis do Rego escapa de um atentado no Recife. A província está conflagrada. Em Goiana é instalada uma Junta Governativa, em pé de confrontação com a Junta Governativa do Recife. Para evitar derramamento de sangue, os dois grupos assinam a Convenção de Beberibe; Luis do Rego retorna para Portugal e Gervásio Pires Ferreira assume a presidência da Junta Provisória do Governo de Pernambuco.

É sob essa Junta Governativa que é instalada a Relação, a 13 de agosto de 1822, e é sobre a Ata de Instalação e Termos de Juramento e Posse dos primeiros

presidentes e desembargadores da Relação de Pernambuco que dá conta a presente publicação. A Relação existiu por pouco mais de setenta anos, sendo extinta em 1892, quando foi instalado o Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, depois Tribunal de Justiça (1946). Aqui é tornado público o 1° volume, que abrange sessenta anos (1822-1882), restando para posterior publicação o 2° volume, que abrange mais dez anos da velha Relação (1882-1892). Neste volume é possível perceber alguns detalhes que dão conta das especificidades da época em que foi produzido o documento, sobretudo quando observados os traços biográficos dos signatários. Aliás, quase a totalidade das informações biográficas foi extraída do livro *Uma Corte de Justiça do Império*, do desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle. Tais informações estão sendo publicadas junto com a transcrição da ata, apenas como um pequeno acréscimo elucidativo, não existiu a pretensão de aprofundar os dados biográficos nesta oportunidade.

Ainda assim, é curioso notar que o primeiro chanceler nomeado para assumir a Relação, Lucas Antônio Monteiro de Barros (7), só apareceu um ano e sete meses depois, exatamente a 7 de setembro de 1822, tendo assumido interinamente o Desembargador Pina Leitão. Outro, Adriano José Leal, assina o termo deixando entender que a Independência, ao menos para ele, se deu mesmo antes do grito do Ipiranga. Alguns tomaram posse por procurador, sem contudo entrar em exercício. A Revolução Praieira de 1848 teve a participação do desembargador Nunes Machado (67), que foi morto em combate, tendo do lado oposto o ex-desembargador da Relação Vieira Tosta (58), então governador da província. Um futuro membro da Corte de Justiça, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (75), é chefe de polícia no tempo da Praieira. Um desembargador é punido com a remoção (56) e dois outros (70, 77) são aposentados compulsoriamente, acusados de tolerância com os envolvidos em tráfico negreiro. (...).

Portanto, foi em muito boa hora que a Diretoria de Documentação Judiciária, à frente Luciana Carvalheira Figueiredo, com o apoio do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Antônio Macêdo Malta, acolheu a iniciativa do Memorial da Justiça, chefiado por Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha, trazendo à luz tão importante e até então desconhecido documento histórico. Nos 183 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a equipe do Memorial da Justiça sente-se gratificada por poder prestar este serviço a toda comunidade pernambucana, certa de que em seu rico acervo documental ainda repousam boas surpresas a se revelar.

**Adilson Silva**
Memorial da Justiça - TJPE

# Critérios de Transcrição

Vera Lúcia Costa Acioli
*Profª da Universidade Federal de Pernambuco*

O ***Livro de Compromisso e Posse do Tribunal da Relação de Pernambuco***, sob a guarda do Memorial de Justiça do mesmo Estado, foi restaurado e hoje se apresenta em bom estado de conservação, encadernado e exposto, em vitrine, aos visitantes. Consta de 30 folhas, numeradas nas páginas da frente, mas escritas na frente e no verso, das quais as primeiras 24 se encontram com texto e as demais, em branco. As balizas temporais vão de 1822 a 1882, apesar da página de "encerramento" indicar que o livro teria 201 folhas. Ele foi dado por encerrado nas folhas 23v/24, por se considerar que o seu estado não mais se prestava "ao mister declarado no termo de abertura". Todas as folhas estão rubricadas pelo Chanceler interino da Relação, Antônio José Osório de Pina Leitão, "Osório".

O livro contém registros de juramentos e posses, todos redigidos e assinados pelos próprios Desembargadores, daí a variedade de grafias. As margens estão anotadas por outras pessoas, que, em algumas notas se firma como Carvalho, numa delas como Ferreira, notas certamente posteriores, entretanto, ainda do século XIX, a concluir pela tinta e ortografia.

A transcrição paleográfica deste volume e sua publicação têm um valor especial, não somente por ele ser único e abranger sessenta anos de registros dos Desembargadores, dos Presidentes, dos Procuradores dos Feitos da Coroa e Promotores de Justiça, que atuaram na Relação de Pernambuco, mas, principalmente, pelo valor do texto como fonte primária, com informações que permitem conhecer as datas das nomeações, as remoções, quais os desembargadores que se tornaram Presidentes, em resumo, informações seguras das pessoas que compuseram o Primeiro Tribunal de Justiça de nosso Estado.

Não fosse a deterioração das páginas pela corrosão do papel, o texto seria de leitura relativamente accessível por se constituir tipo de grafia bem característica do século XIX, residindo, entretanto, sua principal dificuldade na diferença da ortografia da época para a atual.

Em se tratando de uma edição fac-similar a transcrição manteve a ortografia original do texto, sendo o objetivo do transcritor garantir a integridade do documento. Erros de gramática, concordância e conjugação de verbos, foram conservados. Exemplos: posse ou poce; lugar ou logar; Relação ou Rellaçam, às vezes, sem o cedilha que foi colocado na transcrição, numa exceção à regra.

Para a transcrição deste volume os critérios adotados foram os seguintes:

- Os fólios estão indicados entre colchetes com os seus respectivos

versos; estes, com letra normal por não estar explícito no texto. Ex: [2] ou [2v]

- O texto do documento foi impresso em letra itálica e tratando-se de uma edição fac-similar, foram obedecidos os limites das linhas. Quando a página manuscrita se apresenta muito cheia, usou-se o artifício de reduzir a fonte da letra da parte transcrita, obedecendo, na medida do possível, a distribuição da página original. Quando, ainda assim, não coube no espaço adequado, a continuação da linha está na seguinte antecedida de um colchete de abertura [.
- Às vezes, o início de página apresenta a chamadeira, repetição da última sílaba ou palavra da página no começo da seguinte. Ela foi conservada.
- As abreviaturas, principalmente as siglas, para facilitar o entendimento do leitor, foram distendidas.
- As anotações que fazem parte do texto, mas que estão colocadas nas entrelinhas, apresentam-se entre dois travessões oblíquos \ / e inseridas no seu espaço correspondente no original.
- As inserções de mão alheia, acrescidas nas margens ou no corpo do texto, também foram transcritas no seu espaço correspondente (Fonte Arial).
- Os espaços que foram omitidos devido à mutilação do documento, aparecem pontilhados e entre colchetes obedecendo às extensões dos mesmos. Ex.: [...]. Quando letras, sílabas ou palavras permitiram a leitura e sua interpretação final, a parte acrescentada pelo transcritor aparece entre colchetes e com fonte regular. São os acréscimos evidentes.
- As notas do revisor estão assinaladas com asteriscos, letra normal, e colocadas no final da margem esquerda da página.
- As partes inutilizadas, quando riscadas, nada valem.
- Os nomes dos desembargadores, presidentes e promotores, quando em ato de posse e juramento, foram colocados em negrito.

Neste momento não se pode deixar de louvar a iniciativa do Memorial de Justiça do Estado de Pernambuço, revelando, com a publicação deste livro, o seu conteúdo aos historiadores e pesquisadores de modo geral, trazendo à luz uma documentação, não relegada ao esquecimento, contudo, quase intocada para sua preservação.

# FAC-SÍMILE DO LIVRO
# DE
# COMPROMISSO E POSSE
# E
# TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

1
*Osorio*

*Este livro ha de servir para nelle se lavrar a Acta da abertura da nova Relação, mandada instalar nesta villa do Recife e Provincia de Pernambuco por Carta Regia de Sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional e Deffensor perpetuo do Reyno do Brasil, de 2 de Junho do anno corrente, assim como para os termos dos Juramentos e Posses do Chanceler, e mais Dezembargadores que forem empregados na mesma Relação. Vai por mim numerado, e rubricado com o meo appellido – Osorio – e tera no fim hum termo de encerramento. Recife aos 13 de Agosto de 1822.*

*Como Chanceler interino*

***Antonio Jose Osorio de Pina Leitão***

Este livro ha de servir para nelle se lavrar o Acta
da abertura da nova Relação, mandada instalar
nesta villa de Seregipe e Provincia de S. mandado
por Carta Regia de S. A. R. o Principe Re-
gente constitucional e Defensor perpetuo do Rey-
no do Brasil, de 2 de Junho do anno corrente,
assim como para se lavrarem os Juramentos e Posse
do Chanceller, e mais Desembargadores que forem
empregados na mesma Relação. Vai por mim
numerado, e rubricado com o meu Appellido Oli-
veira = e terá no fim hum termo de encerramento.
Seregipe aos 13 de Agosto de 1822.

Corrêa Chanceller interino
Antonio José Oliveira de Pinto Seixão

Acta da abertura da nova Relação mandada
instalar nesta Provincia de Pernambuco.

Aos trinta dias do Mez de Agosto de mil e oito centos
e vinte e dous, nesta villa do Recife, e casas
destinadas para a nova Relação desta Provincia de
Pernambuco, onde estavão os Desembargado-
res Antonio José Victo de Sousa Leitão, primei-
ro Aggravista, e nomeado para servir interi-
namente de Chanceller e Presidente da mesma
Relação, Eurebio de Queiroz Coutinho, Segun-
do Aggravista e Procurador da Corôa, Soarez de
Sousa da Gama, terceiro Aggravista e Promotor da
Justiça, José Caetano Soares Pinheiro, quarto
Aggravista, e interinamente [illegible]

[1v]

*Acta de abertura da nova Relação mandada instalar nesta Provincia de Pernambuco.*

*Aos treze dias do Mes de Agosto de mil oitocentos e vinte e dous, nesta villa do Recife, e cazas destinadas para á nova Relação desta Provincia de Pernambuco, aonde estavão os Dezembargadores Antonio Jose Osorio de Pina Leitão, primeiro Aggravista, e nomeado para servir interinamente de Chanceler e Presidente da mesma Relação, Euzebio de Queiros Coutinho, Segundo Aggravista e Procurador da Coroa, Bernardo Jose da Gama, terceiro Aggravista e Promotor da Justiça, João Ferreira Sarmento Pimentel quarto Aggravista, e interinam*[en]*te enc*[arre-]

*Encarregado da vara de ouvidor geral do crime, e João Evangelista de Faria Lobato, ouvidor geral do civel, e quinto Aggravista interino, ahi pelo dicto Desembargador Presidente e Chanceler interino, (o qual havia jurado perante a Junta Provizoria do Governo da Provincia) foi dado o juramento competente a cada hum dos referidos Dezembargadores, que effectivamente o prestavão sobre hum livro dos Sanctos Evangelhos, e se houverão tambem por tomadas as respectivas posses, para desde hoje em diante entrarem no exercicio effectivo das suas funçoins, e dandose igualmente por instalado e aberto o referido Tribunal. E para constar, de minha propria letra fis este termo, que assigno. Como Chanceler*

*Antonio Jose Osorio de Pina Leitão*

2
Osorio

*Jurei, e tomei posse de hum lugar de Dezembargador desta caza, para na mesma exercer os empregos, que ficão indicados no termo supra, bem como o de Juis dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, que me compete pelo Regimento; tudo na conformidade do meo Alvara. Recife de Pernambuco 13 de Agosto de 1822.*

***Antonio Jose Osorio de Pina Leitão***

He morto

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Rellação, e de Procurador da Coroa, e Fazenda na conformidade do Alvara de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brazil, e de segundo Ag-*

Entrei logo do cargo de ouvidor geral do crime, e
João Evangelista de Faria Lobato, ouvidor geral
do cível e o quinto desembargador interino, ahi pelo
dito Tenente Desembargador Presidente e Chanceller foi
dito (o qual havia servido perante a Junta Provi-
soria do governo da Província) foi dado o jura-
mento competente a cada hum dos referidos
Ouvidores, que especialmente e privativamente sobre
hum livro dos Santos Evangelhos, e se lhes mandou
tambem por termo nos respectivos cargos, para
darem de hoje em diante a entrarem no exercicio e posse
dos seus Empregos, dando-se igualmente por inte-
rado e sciente o referido Tribunal. E para con-
star, mandou passar esta feita em tres vias, que assignou

Como Chanceller
Antonio José Ribeiro de Faria Telles

Jurei, e tomei posse de hum lugar de Desembar- Ao mesmo
gador desta Casa, para me conservar exercitar no tempo
emprego, que fiquei ocupando no Tribunal Supremo
Militar como o de Juiz dos Feitos da Fazenda,
e Fisco, que me compete pelo Regimento; tudo
na conformidade do Alvará Real de Per-
nambuco 13 de Agosto de 1822.

Antonio José Ribeiro de Faria Telles

Jurei, e tomei posse de Lugar de Desem-
bargador desta Relação, e de Procurador
da Coroa, e Fazenda na conformidade
do Alvará de 18 de A. R. o Principe
Regente do Brazil, e de segundo Ju-

segundo Aggravista pella Portaria
de Nomeação expedida pella Ex.ma Junta
Morta. Provizoria do Governo desta Provincia
Recife de Pernambuco 13 de Agosto
de 1822 Com hum de Luce ẏ Contunho da Sete a

Jurei, e tomei posse do Lugar de Desem
bargador, Terceiro Aggravista, e Promotor da Jus-
tica desta Relação em virtude do Alvara Pove,
e Portaria do Governo Provizorio desta Provincia
registados nos Livros competentes. Recife de Per
nambuco 13 de Agosto de 1822

Bernardo Jozé da Gama

Jurei, e tomei posse do Lugar de Desembargador desta
Relação, na conformidade do Alvara de S. A. R., e de
Morta. Ouvidor geral do Crime interinamente, por
Portaria do Gov.o Provizorio desta Prov.a Recife
de Pernambuco 13 de Agosto de 1822

João Ten.e Sam.o Lim.a

Jurei, e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação, e de
Ouvidor Geral do Civel conformidade do Alvara de 17 de Dez.o do cor-
Ta rente anno, e de 6.o Aggravista interino por Portaria do Governo Provi-
sional. Recife de Pernambuco 13 de Agosto de 1822

João Evangelista de Faria Lobato

*Segundo Aggravista pella Portaria* [2v]
*de Nomeação expedida pella Excelentissima Junta*
Morto *Provizoria do Governo desta Provincia*
*Recife de Pernambuco 13 de Agosto*
*de 1822*

***Euzebio de Queirós Coutinho da Silva.***

*Jurei, e tomei posse do lugar de Desem-*
*bargador, Terceiro Aggravista, e Promotor da Jus-*
*tiça desta Relação em virtude do Alvará* [de] *Posse,*
*e Portaria do Governo Provizorio desta Provincia*
*registados nos Livros competentes. Recife de Per-*
*nambuco 13 de Agosto de 1822*

***Bernardo Jozé da Gama***

*Jurei, e tomei posse do lugar de Desembargador desta*
*Relaçam, na conformidade do Alvara de Sua Alteza Real, e de*
Morto *Ouvidor Geral do Crime interinamente, por*
*Portaria do Governo Provizorio desta Provincia. Recife*
*de Pernambuco 13 de Agosto de 1822.*

***João Ferreira Sarmento Pimentel***

[Mor]to *Jurei, e tomei posse do logar de Dezembargador desta Rellação, e de*
*Ouvidor Geral do Cível* [na] *conformidade do Alvará de 19 de Junho*
*[do cor-*
*rente anno, e de 5º Aggravista interino por Portaria do Governo da*
*[Provin-*
*cia. Recife de Pernambuco 13 de Agosto de 1822.*

***João Evangelista de Faria Lobato***

3
Osorio

*Jurei, [e] tomei posse do lugar de Desembargador desta Relação, e da vara do Juri da Coroa, Fazenda e Fisco em conformidade das suas Cartas Regias de Sua Alteza Real o Principe Regente. Recife 27 de Agosto de 1822.*

***Francisco Affonço Ferreira***

*He Morto*

*Tomei posse do lugar de Chanceller desta Relação, de que Sua Magestade o Senhor Dom João 6º me fez merce em conformidade da Carta que aprezentei. Recife de Pernambuco 7 de Septembro de 1822.* ***Lucas Antonio Monteiro de Barros***

*Acabou o seo lugar em*

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação, de que Sua Magestade Imperial me fez mercé em virtude da Carta Regia de 16 de Junho de 1823, Segundo da Independencia e do Imperio. Recife de Pernambuco 20 de Setembro de 1823.*

***Adriano Joze Leal***

*Despediose e deixou de servir nesta Relaçam no dia 5 de Fevereiro de 1828 Carvalho*

*Sahio para a [Corte do Rio de [Janeiro como Deputado desta Provincia Despediose na Relaçam no dia 5 de Agosto [de] 1826*

*Jurei e tomei posse do logar de Dezembargador desta Rellação em virtude da Carta Imperial de 14 de Julho do corrente an*[no] *Recife de Pernambuco em 21 de Outubro de 1823*

***Thomás Antonio Maci[e]l Monteiro***

*Voltou e se apresentou* [na] *Relação no dia* [...] *de Dezembro de 1828*

*Voltou no dia 27 de Janeiro e apresentou-se em Relaçam no dia 30 Carvalho*

*Despediose em 12 de Fevereiro* [de .....]

[3v]

Juris domi [illegible] Lugar [illegible]
[illegible] Relação, [illegible]
Juiz [illegible] [illegible]
[illegible] Corte [illegible]
Regia [illegible] Rio de
Janeiro Regente. Rio 27
de Agosto de 1822

Hermento

Tomei posse do lugar de Chanceller desta Relação, de que Sua Alteza Real o Snr. D. João 6. mesticmarce em Carta Patente de 16 de Setembro de 1822.

Abaixo o lugar em

Lucas Ant.o Monteiro de Barros

Juiz e tomei posse do lugar de Dez.or desta Relação, de que Sua Mag.e Imperial me fez mercê por virtude da Carta Regia de 16 de Junho de 1822, segundo da Independencia do Imperio. Recife de Pernambuco 11 de Setembro de 1823.

Fabiano José Gomes

Despacho [illegible] Conservatoria [illegible] nova 5 de Setembro de 1828 [illegible]

Juiz e tomei posse do lugar de Dez.or desta Rel.ção em virtude da Carta Imperial de 16 de Junho do corrente [illegible] Rio de Janeiro em 21 de Dez.o de 1823.

Carneiro

Sobre nomeação de 21 de Janeiro [illegible] [illegible] Carta Patente [illegible]

Sobre a data de 6 de Janeiro. Deputado [illegible] Carta Patente [illegible] 5 de Agosto de 182[illegible]

Jurei, tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de S. M. o Senhor D. Pedro 1º, que Deus Guarde, de 22 de Dezembro de 1824, declarando-se Carta Imperial em virtude da Resolução

Jurei e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de S. M. o Senhor D. Pedro 1º, que Deus Guarde, de 22 de Dezembro de 1824

Jurei e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de Sua Magestade Imperial de primeiro de Março deste corrente anno e Regia 21 de Março

Jurei, e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de Sua Magestade Imperial de primeiro de Março deste corrente anno e Regia 21 de Março

Jurei

Acabou o lugar em 31 de Março de 1829

*Jurei* [e] *tomei posse do lugar de Chanceler desta Relação de que Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro 1º me fes Merce: Recife 22 de Dezembro de 1824. Declaro ser por Carta Imperial era dita*

[3v]

***Andre Alves Pereira Ribeiro e Cirne***

Sahio para a Corte [do Rio de Janeiro [como Deputado desta Provincia e despediose na Relaçam de 18 de Abril de1826

Chegou e continuou a exercer o seu lugar em 8 de Janeiro de 1828

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de 10 de Novembro do corrente anno. Recife 22 de Dezembro de 1824*

Chegou e entrou no exercicio do seo lugar em 31 de Outubro de [1829

Despediose da [Relação depois de finda a Sessão no dia 3 de Abril de 1830 para ir para a Corte como Deputado

***Luiz Francisco de Paula Cavalcanti d'Alburquerque***

Despediose para [hir a Assemblea Legislativa como Deputado della em 14 de Março de 1829

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude da Imperial Carta de Sua Magestade Imperial de doze de Outubro de mil oitocentos e vinte quatro e Officio do Brigadeiro General Encarregado actualmente do Governo desta Provincia de 4 do corrente Mez. Recife 5 de Março de 1825.*

Chegou e entrou no exercio do seo lugar em 29 de Novembro 1831

Morto

***Jose Maria Monteiro de Barros***

Sahio para a corte [do Rio de Janeiro [como Deputado desta Provincia e largou a vara no dia 12 de Agosto de 1826

Voltou e continuou a [servir] em 10 de Janeiro de 1827 Carvalho

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação* [em] *virtude da Carta Imperial de Sua Majestade Imperial do primeiro de Março do corrente anno. Reciffe 21 de Maio de 1825.*

Apresentou-se em Relação no dia 13 de Janeiro

Morreu no dia 22 de Janeiro de [18...] Carvalho

***Francisco Jose de Faria Barbosa***

*Jurei e tomei posse do lugar* [de]

4
Osorio

Sahio para a Corte do Rio de Janeiro como Deputado da Provincia do Rio Grande do Sul e despedio-se na Relaçam de 8 de Agosto de 1826

*de Dezembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de Sua Magestade Imperial de seis de Dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro. Reciffe sette de Junho de mil oitocentos e vinte e cinco.* **Cae[ta]no Xavier Pereira de Brito**

He morto

Passou para a Relação da Bahia e se despedio em 22 de Agosto de 1829

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude Imperial Carta de Sua Magestade Imperial de seis de Dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro. Reciffe 10 de Setembro de 1825*

**Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas**

*Jurei e tomei posse do lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de Sua Magestade o Imperador de quinze de Dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro. Recife vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e vinte e quatro digo e vinte e cinco.*

**Antonio de Azevedo Mello e Carvalho**

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador [desta Relação em virtude da Carta de Sua Magestade Imperial de 15 de Abril de 182*[6]. *[Recife 20 de Junho de 182*[6]

Despe[dio se] da Relação em 30 de Abril 1832 contan[do] licença

**Antonio Manoel da Roza Malheiro**

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador [desta Relação em virtude da Carta de Sua Magestade Imperial de [16 de Novembro de 1826. Recife aos 19 de M*[aio] *1827.*

Em 30 de Abril despedio-se com [6] meses de [licença

**Gregorio da Costa Lima Be[mont]**

Carta de Lei de dita Relação na virtude
da Imperial Carta Imperial de Sua Magestade -
Carta Imperial de seis de Dezembro de
mil oitocentos vinte e quatro. Recife
7 de Agosto de sete de Janeiro de mil oitocentos e vinte e
1826 cinco. Ex.mo Sr. Paes Barreto de Brito.

Passou a Ser Juiz de Direito
da Bahia e Juiz desta Relação em virtude
Decreto Imperial Carta de seis de Dezembro
1829 de mil oitocentos vinte e quatro.
Recife 3 de Setembro de 1825
Miguel Joaquim de Santos Alves

Entrei e tomei posse do Lugar de Dez.or desta
Relação em virtude da Carta Imperial de
Sua Magestade o Imperador do Senhor
de Dezembro de mil oito centos e vinte
e quatro. Recife vinte e sete de Setembro
de mil oito centos e vinte e cinco dezoito
e vinte e cinco
Antonio José Ferreira Netto e Carneiro

Entrei e tomei posse do Lugar de Dez.or desta Relação em virtude da Carta de Sua Magt. Imperial de 18 de Abril de 182. Recife 20 de Junho de 182.
Antonio Manoel da Silva Mafra

Entrei e tomei posse do Lugar de Dezor desta Relação em virtude da Carta de Sua Mag.de de 18 de Abril de 182. Recife 19 de Abril 1827.
Antonio Manoel da Silva Mafra

Recebi a Carta Imperial de 16 de Junho de 1827

José Lebrão de Sousa Mont

Apresentou a carta de Bacharel de Direito
Em Audiencia de 12 de Novembro de 1826
Sem effeito

Juro e tomei posse como Procurador bastante
do Dor. Candido José de Araujo Vianna em virtude
das provanças [illegible] que por Carta Imperial
de 26 de Março deste anno foi authorisado para servir
de Juiz de Fora desta Cidade de Nictheroy em virtude
da Carta Imperial de 11 de Março deste anno que foi em virtude
do Aviso de 31 de Março de 1827 Nictheroy 1 de Fevereiro de 1831

Nictheroy 31 de Março de 1827

Antonio José Maria Moreira da Silva

Juro e tomei posse como Procurador do
Dor. Joaq.m José Pinheiro de Vasconcellos
em virtude da Carta Imperial de
28 de Abril de 1827 que o authori-
sou p.a tomar a referida posse e
Procurador, e tudo p.r força da Carta
Imperial de cuja Pendente de
5 de Fev.ro de 1827. Recife 11
de Setembro de 1827

Fabriano José Leal

Juro e tomei posse de Ouvidor
e Corregedor da Comarca
de Nictheroy em virtude da Carta Imperial
de 11 de Março deste anno
em observancia do Aviso
de 31 de Março do mesmo anno
Nictheroy 1 de Fevereiro de 1831

Fabriano José de Aguilar

Sem effeito

Foi dada a carta de Bacharel em 14 de Julho de 1823 p.r Carta de Sua Magestade Imperial de 16 de Junho de 1827 em virtude do Aviso de 5 de Novembro de 1826

Foi restituido em 25 de Fev.ro de 1830 em virtude do Aviso Imperial de 23 de Dez.bro do d.o anno

Nº 1º de Fev.ro de 1827 foi dada a carta por se ignorar

[4v]

*Jurei e tomei posse deste lugar de Desembargador [desta Rellação em virtude da Carta de Sua Magestade Imperial de [16 de Novembro de 1826. Recife 16 de Junho de 1827.*

Morto

***José Libanio de Souza***

*Foi suspenso do exercicio deste lugar em 14 de Agosto [de] 1828 por Decreto do 1º de Julho e Provisão da Meza do Dezembargo do Paço de 5 do dito mez e anno*

*Apresentou licença do Excelentissimo Presidente da Provincia por tres meses em 12 de Setembro 1835*

*Sem effeito*

*Foi reintegrado em 25 de Setembro de 1830 [em virtude do Aviso Imperial de 23 de Agosto do dito anno*

*Jurei e tomei posse como Procurador bastante do Desembargador* ***Candido Jose de Araujo Vianna,*** *[em virtude da procuração do mesmo, que por Carta Imperial [de] 26 de Maio 1827 foi authorizado para o fazer. Recife 1 de Setembro. Declaro que foi em virtude da Carta de sello pendente de 17 de Maio de 1827. Recife 31 de Maio de 1827 digo 1 de Setembro de 1827 Como Procurador Jose Maria Monteiro de Barros*

*No 1º de Setembro de 1827 foi dada a prezente posse e juramento*

*Jurei e tomei posse como Procurador do Desembargador* ***Joaquim Joze Pinheiro de Vasconcelos*** *em virtude da Carta Imperial de 28 de Abril de 1827 que o auctorizasse para tomar a referida posse por Procurador, e tudo por força da Carta Imperial de sello Pendente de 10 de Fevereiro de 1827. Recife 11 de Setembro de 1827.*

*Adriano Joze Leal*

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembar- Gus* gador de Pernambuco em virtude da Carta Ordinária passada pelo Dezembargo do Paço em o primeiro de [Outubro de mil oitocentos vinte e sete; hoje oito de Janeiro de mil oitocentos e vinte oito.*

***Gustavo Adolfo d'Aguilar***

*Foi sus penso interi- namente deste lugar por re- zolução do Governo da Provincia com o seo [Conselho Em 11 de Maio 1831*

*Aparece a sílaba 'Gus'; o desembargador ia assinando e parou a tempo, registrando antes o juramento.

*Jurei e tomei posse como Procurador* [bastan] *te do Dezembargador* ***Joaquim Marcelinno de Brito*** *do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude da Carta do Dezembargo do Paço de 15 de Março de 1828 e Carta Imperial de 5 de Maio de 1828, que autoriza para tomar posse por procuração bastante, que aprezentei. Recife 12 de Julho de 1828.*

*Luiz Francisco de Paula Cavalcanti d' Albuquerque*

5
Osorio

Entrou em exercicio nesta Relação em 9 de Fevereiro de 1830

*Jurei e tom*[ei pos]*se como procurador do Desembargador* ***Henrique Velloso de Oliveira*** *de um logar de Desembargador desta Relação, que lhe foi* [con]*ferido por Sua Majestade Imperial por Carta de sello pendente de 1º de Outubro de 1828 e por virtude da Carta Imperial de 11 de Outubro do mesmo anno. Recife 10 de Janeiro de 1829*

*Antonio de Azevedo Mello Carvalho*

Aposentado

*Jurei e tomei posse como procurador do Dezembargador* ***Manoel da Cunha*** **[de]** ***Azeredo Coutinho Souza Chichorro*** *de um lugar de Dezembargador desta Relação que lhe foi conferido por Sua Majestade Imperial por Carta de Sello* [Pendente] *de 30 de Outubro de 1828, e por virtude da Carta Imperial de 6 de Novembro do mesmo anno. Recife 10 de Janeiro de 1829.*

*Gregorio da Costa Lima Belmont*

Morto

*Jurei* [e] *tomei posse como procurador bastante de* ***Antonio Augusto Monteiro de Barros*** *de hum lugar de Dezembargador desta Relação em vir\tude/ da Carta de Sello pendente de* [11] *de* [Outu]*bro 1828,* [e] *Carta Imperial do*

Morto

Entrou e tomei posse no Despacho.
e de Juramento do Procurador Geral da Coroa no lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta de Desembargador de 5 de Outubro de 1822 e Carta Imperial de 5 de Maio de 1823, que se acha para tomar posse por procuração bastante, que juramentei. Bahia 12 de Julho de 1823

Entrou em exercício nesta Relação em 9 de Fevereiro de 1833

Antonio da Silva Lemos e Mello

Vi e tomei posse como Procurador do Desembargo Geral da Coroa do lugar de Desembargador desta Relação, que lhe foi conferido por Carta de Data antecedente de 1º de Outubro de 1822 e por Carta Imperial de 11 de Outubro do mesmo anno. Bahia 10 de Janeiro de 1823

Nomeado

Antonio da Silva Telles e Vieira

Vi e tomei posse como procurador de Desembargador Manoel da Cunha Barreto Coutinho de Azevedo Chicorro de hum lugar de Desembargador desta Relação, que lhe foi conferido por Carta de Data de 30 de Outubro de 1822, e Provisão de Carta Imperial de 6 de Outubro do mesmo anno. Bahia 10 de Janeiro de 1823

Morto

Gregorio da Costa e Lima Belmonte

Vi e tomei posse como procurador Bastante de Antonio Joaquim Monteiro de Barros de hum lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta de data antecedente de 1º de Outubro de 1822 Carta Imperial de

Aborto

Procuração que faz o Rd. Bento de Barros
de 1829
Como Procurador José Maria Alves de Abreu

Abertura

Juro a Deus Santos Evangelhos, como bom e Procurador de Sua Majestade Imperial Mercê de Carta Imperial nesta Relação desta Província do Ceará, e de Sua Majestade Imperador lhe foi dada, em virtude da Carta Imperial, com data pendente de nove de Outubro de mil oitocentos vinte e oito e do Juramento de mim feito e como Procurador de 31 de Janeiro de 1829

Como Procurador
Gustavo Adolfo de Aguiar

Nomeação de Procurador para assistir na Relação Legislativa em 6 de Abril de 1829 a Carta Imperial da Mercê

Juro aos Santos Evangelhos, como bom e Procurador de Sua Majestade Imperial Mercê desta Relação e Carta Imperial com data pendente de dez de novembro de mil oitocentos e vinte e oito. Recife 31 de Janeiro de 1829

João Francisco de Braga Pereira

Dou fé ter sido dado juramento deste Lugar no Recife em 24 de Abril de 1831

Juro aos Santos Evangelhos, como bom e Procurador de Sua Majestade Imperial Mercê de Nicolau Lobato Lisboa de Juiz de Direito deste Lugar de Direito Embargador desta Relação, em virtude da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1828, e Carta Imperial de 10 de Fevereiro de 1829

Como Procurador
José Maria

*do mesmo mez e anno. Recife 15 de Janeiro* [5v]
*de 1829*
*Como Procurador*
*Jose Maria Monteiro de Barros*

*Jurei e tomei posse, como bast*[ant]*e Procurador do*
*Dezembargador* ***João Ricardo da Costa Dormund,***
*Morto* *[na Rela-*
*ção desta Provincia do lugar que Sua Majestade o*
*[Impera-*
*dor lhe fez Mercê, em virtude da Carta Imperial, com sello pendente de onze de Outubro de mil oitocentos e vinte e oito, e dita de quinze do mesmo mes e anno. Recife 31 de Janeiro de 1829*
*Como Procurador*
*Gustavo Adolfo D'Aguilar*

*Despedido para sahir para a Assemblea Legislativa em 6 de Abril de 1829*

*Passou para a [Relação da Bahia*

*Jurei, e tomei posse de hum lugar de Dezembargador desta Relação por Carta Imperial com Sello pendente de doze de novembro de mil oitocentos e vinte oito. Recife 31 de Janeiro de 1829.*

*Foi demittido deste lugar por Decreto de 24 de Novembro de 1831*

***João Francisco de Borja Pereira***

*Está na Relação do Rio de Janeiro*

*Jurei e tomei como Procurador*
*Bastante de* ***Nicolao da Silva Lisboa*** *de hum lugar de Dezembargador desta Rellação, em virtude da Carta de Sello pendente de 6 de Novembro de 1828, e Carta Imperial da mesma data. Recife 8 de Fevereiro de 1829.*
*Como Procurador*
*José Maria* [Monteiro de Barros]

*Jurei e tomei posse como Procurador* — 6
*bastante do Dezembargador* **Caetano Maria** — Osorio
***Lopes Gama**, d'hum logar*
*de Dezembargador desta Rellação em*
*virtude da Carta Imperial*
*com sêllo pendente de* [2]*5*
*de Dezembro de 1828, e Impe-*
*rial de 12 de Janeiro do*
*corrente anno. Recife 17 de Fe-*
*vereiro de 1829*
*Como Procurador bastante*
*Thomás Antonio Maciel Monteiro*

*Jurei, e tomei posse do lugar de Chanceller* .....
*da Relação desta Provincia de que Sua* .....
*Magestade o Imperador me Fez Merce* .....
*Rio 31 de Março de 1829* .....
.....
*Sem effeito*

**Francisco Jose de Freitas**

*Jurei, e tomei posse do lugar de Desembargador*
*da Relação desta Provincia de que Sua Mages-*
*tade o Imperador me Fez Mercê. Recife 28*
*de Abril de 1829*

*Pelo Imperial Aviso de* [27 de *Fevereiro de 1839 foi removido para a* [Relaçam *do Maranhão*

**Tiburcio Valeriano da Silva Tavares**

*Jurei, e tomei posse como procurador do*
*Dezembargador* **Jose Cezario de Miranda Ribeiro** *de*
*hum logar de Dezembargador desta Rellação, de que Sua*
[Majestade Imperial
*me fez Merce pella Carta de Sello Pendente de 29*
*de Novembro de 1828, e Carta Imperial de de 25 de Fevereiro*
*de 1829 Recife 20 de Junho de de 1829*
*Como Procurador Jose Maria Monteiro de Barros*

Juro e tomei posse como Procurador
bastante do Dr. Caetano Maria
Lopes Gama, deste lugar
de Desembargador desta Relação em
virtude da Carta Imperial
com data de 25
de Dezembro de 1828, e Imperi-
al de 12 de Janeiro de
corrente anno. Rio 17 de Fe-
vereiro de 1829.

Como Procurador bastante

Thomás Antonio Vieira de Monte

Juro, e tomei posse de Lugar de Chancellar
da Relação desta Provincia de que Sua
Magestade o Imperador me Fez Mercê
-Rio 31 de Março de 1829

Francisco José de Freitas

Juro, e tomei posse do lugar de Desembargador
da Relação desta Provincia de que Sua Magestade o Imperador me Fez Mercê. Recife 28
de Abril de 1829

Sebastião Valeriano da Silva Gama

Juro, e tomei posse como procurador bas-
tante do Desembargador Joaquim de Miranda Ribeiro de
Sua Lugar de Desembargador desta Relação, e Chancellaria
por Sua Magestade Imperial Carta de Sua Carta de 25 de Fevereiro
de 1829 Imperial de 12 de Janeiro de 1829
como Procurador bastante de Sua Desembargador
Joaquim de Miranda Ribeiro

Carta de Sua Magestade Imperial de 25 de Fevereiro de 1829 Imperial de 12 de Janeiro de 1829

Juro e tomei posse, como Procurador do Conselho Geral
do Imperio, da Regencia ordinaria do
Imperio do Brasil, pela Carta
Imperial de 12 de Novembro de 1829. Rio
de Janeiro 1832.

Manoel

Juro e tomei posse como Procurador do Conselho
Geral do Imperio, da Regencia ordinaria do Imperio do
Brasil, pela Carta Imperial de 12 de Novembro de 1829. Rio de Janeiro 27
de Fevereiro de 1833.

Juro e tomei posse pr. Procurador do Imp.or Jozé
Pr.a d'Oliveira Junqueira d'hum lugar de
Desembargador da Relação do Porto pela Carta de 11 de 9bro de 1829. R.o 2 de Março
de 1830

Juro e tomei posse de Desembargador da Relação do Porto, Ducaes do
Rio que Sua Magestade o Imperador me confere, vir nella
rio conforme a Carta Imperial de 11 de 9bro de 1829 não no
que nella não se contem. Rio de Janr.o 1 de
de 1831

Carneiro da Cunha

*Jurei e tomei posse como Procurador de* ***Candido Ladislaú Japiassú*** *de hum lugar ordinario de Dezembargador desta Relação de Pernambuco, de que Sua Magestade Imperial lhe fez Mercê pela Carta de sello pendente de 10 de Novembro de 1829. Recife [...] de janeiro de 1830*
*Como Procurador*

*Gustavo Adolfo d'Aguilar*

[6v]

Morto

*Jurei e tomei posse como Procurador do* ***Antonio Jose Fernandes Vilar Amazonas*** *de hum lugar de Dezembargador desta Relação de Pernambuco, de que Sua Majestade Imperial lhe fez merce pela Carta de Sello pendente de 12 de Novembro de 1829. Recife 27 de Fevereiro de 1830.*
*Como Procurador*

*Gustavo Adolfo d'Aguilar*

*Jurei e tomei posse por Procuração do Dezembargador* ***João Jose d'Oliveira Junqueira*** *d'um lugar de Dezembargador desta Relação por Carta de Sello pendente de 11 de Novembro de 1829. Recife 2 de Março de 1830.*

*Gregorio da Costa Lima Belmont*

*Passou a servir este lugar na Relaçam da Bahia, como foi comunicado por officio do Excelentissimo [Presidente desta Provincia de 5 de [..] 1831*

*Jurei, e tomei posse de Dezembargador desta Relação, que Sua Magestade o Imperador me conferio conforme a Carta Imperial de Sello pendente que neste acto apresentei. Recife 14 de Agosto de 1830.*

***Cornelio F[errei]ra França***

*Deixou de servir nesta* [Rela-] *ção no dia 8* [de] *Janeiro de 18*[...]

Aposentado com parte de seus [vencimentos [por Decreto] [de 5 de Agosto 1842

*Jurei e tomei posse para ter exercicio* 7
*nesta Relação do lugar de Dezembargador da* Osorio
*Bahia na forma da mesma Carta*
*Imperial de 6 de Outubro de 1831*
*Recife 13 de Dezembro de 1831*

***Francisco de Paula d' Almeida e Albuquerque***

*Jurei e tomei posse por Procuraçam do*
*Dezembargador* ***Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*** *de hum lugar de Dezembargador des-*
*ta Relação em virtude da Carta*
*Imperial de Sello pendente de 25 de*
*Novembro do anno proximo passado.*
*Reciffe 28 de Janeiro de 1832.*

*Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque*

*Tomei posse nesta Relação do lugar de Dezembargador da [mesma*
*em virtude do Avizo Imperial de quatorze de Março*
*do corrente anno em o dia dezeseis de Novembro de 1833*
*Recife 16 de Novembro de 1833*

***Domingos Nunes Ramos Ferreira***

*Em virtude do Decreto de 25 de Outubro de 1833 continuo*
*no exercicio do lugar de Dezembargador da Rellação do Rio*
*de Janeiro nesta de Pernambuco. Recife 7 de Janeiro de 1834*

***Marianno Jose de Britto Lima***

Removido para Relação do Rio de [Janeiro por Decreto 2 de [Dezembro 1839

Falleceu

*Tomei posse de Dezembargador addido*
*á esta Relação como Desembargador*
*da Relação da Bahia em consequencia*
*da Carta de 2[...] de Fevereiro deste anno*
*mandada cumprir hoje. Recife 8 de A-*
*bril de 1834* ***Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão***

Nomeados
2.os
[illegible]
[illegible]
[illegible]

Em virtude do Decreto de 25 de Outubro de 1833 continuo no exercicio do Logar de Juiz da Vara do Civel desta Cidade de Pernambuco. Recife 20 de Abril de 1834

Francisco José Rodrigues Campos

Continuo em exercicio de Juiz de Direito da Primeira Instancia desta Cidade, que interinamente sirvia, por ser o Decreto mais antigo que nomeou o Juiz de Direito, em virtude da Carta Imperial Carta de Sua Magestade Imperial, de 6 de Janeiro do corrente anno, apresentada em Mesa grande desta mesma Relação, em o dia de Hoje. Rio 8 de Abril de 1834.

Thomaz Xavier de Mendonça Monteiro

Como Procurador do Desembargador Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, Juiz de Direito da Primeira Instancia desta Cidade, que serve interinamente de

*Em virtude do Decreto de 25 de Outubro* [7v]
*de 1833 continuo no exercicio do lugar*
*de Dezembargador da Rellação do Rio de Janeiro*
*nesta de Pernambuco. Recife 26 de*
*Abril de 1834*

***Francisco Joze Alves Carneiro***

*Continúo em o exercicio de*
*Prezidente da Rellação desta Pro-*
*vincia, que interinamente já*
*servia, por ser o Dezembargador mais*
*antiguo, na conformidade*
*da Lei, em virtude da Im-*
*perial Carta, de sêllo pen-*
*dente, de 4 de Janeiro do cor-*
*rente anno, aprezentada*
*em Mêza grande* [dessa]
*mêsma Rellação, em o dia*
*d' hoje. Recife 8 de Abril de 1834*

***Thomás Antonio Maciel Monteiro***

*Como procurador do Dezembargador* ***Manoel Ign*[acio] *Cavalcanti***
***de Lacerda*** *tomei posse do lugar de Dezembargador de que* [Sua]
*Magestade o Imperador lhe fez Merce nesta*
*Relação, em dez de Março do corrente anno. Re-*
*cife 10 de Março de 1835*
*Como procurador*

*Domingos Nunes Ramos Ferreira*

Aposentado por Decreto [.] de Dezembro 1839

Como Procurador do Dezembargador **Dom Nuno Eugenio de** [**Locio Silbes***
tomei posse de Dezembargador desta Relação em virtude do [Decreto de 13
de Agosto de 1835 que mandou que tivesse exercicio nesta
Rellação, tendo a \posse/ ja na da Bahia Recife 21 de Janeiro de [1836
Como Procurador José Libanio de Souza

8 Osorio

Morto

Está na Relação da Bahia

Jurei, e tomei poce do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial, Selo
pendente em data de 12 de Dezembro de
1839, Recife 14 de Janeiro de 1840.

**Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque**

Morto

Como Procurador do Dezembargador **Joaquim Joze do Amaral** tomei posse de Dezembargador desta
Relação em virtude do Decreto digo Carta
Imperial de 17 de Dezembro de 1839
Recife 4 de Fevereiro de 1840.
Como Procurador Joaquim Teixeira Peixoto d' Albuquerque

Passou a ter exercicio na Relaçam do Rio de Janeiro por Decreto [de 11 de Março 1840

Como Procurador do Desembargador Conselheiro **Manoel Alves Branco** tomei posse de Desembargador desta
Relação em virtude da Carta Imperial de 8 de Janeiro de 1840, protestando pela sua antiguidade.
Recife 4 de Fevereiro de 1840
Como Procurador
Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão

[Passou a] ter [exercício na Re]lação do Rio de Janeiro [por] Decreto de [.....] [1]847

Como Procurador do Dezembargador **Francisco de Paula** [**Cerqueira Leite** jurei
e tomei posse d'um lugar de Dezembargador d'esta Relaçam [de que Sua Majestade o Imperador
lhe fez merce por Decreto de 2 de Dezembro 1839, e Carta [Imperial de
16 de Dezembro do mesmo anno. Recife 6 de Fevereiro de 1840.

Gregorio da Costa Lima Belmont

*O correto é Seiblitz

Hum stado
Cº L. R. de
Reg.º 1839
Nº. 50.

Como Procurador do Dez.or Ignacio de Loiola Vieira, tomei posse do Dez.or dita Relação em virtude do Decreto de 13 de Agosto de 1835 que manda que tenha exercicio nesta Relação, tendo-a já na Corte desde 28 de Janeiro de 1836

Como Pro.or José Liberio de Sousa

Está na
Corte na B.a

Como Procurador do Desembargador Joaquim Teixeira Pinto e Albuquerque, tomei posse do Lugar de Dez.or desta Relação em virtude da Carta Imperial, dita precedente com data de 12 de Dezembro de 1839. Recife 14 de Janeiro de 1840.

Joaquim Teixeira Pinto e Albuquerque

Como Procurador do Desembargador Joaquim José do Amaral tomei posse de Dez.or desta Relação em virtude do Decreto dito Carta

Morto

Imperial de 17 de Dezembro de 1839. Recife 4 de Fevereiro de 1840.

Como Procurador Joaquim José Pinto de Magalhães

Apresentou
exercicio no
Mar. do Rio de
Janeiro fl. 2 do
Liv.o 1840

Como Procurador do Desembargador Conselheiro Manoel Alves Branco tomei posse de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de 20 de Janeiro de 1840, prestando juramento na conformidade da Ordenação. Recife 4 de Fevereiro de 1840

Como Procurador

Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto de Aragão

Como Procurador do Desembargador Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque tomei posse de Lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de 2 de Dezembro de 1839, e Carta Imperial de 16 de Dezembro do mesmo anno. Recife 6 de Fevereiro de 1840.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

147

P. por Procurador do Reo
fl. 9. do 12 do Liv. do
D. 1. - Jullian -

Juro á etomei posse, como Pro-
curador do Dr. Victo Alexandre
Cardoso Rebello, rebogar o Dr.
Rita Relaç. em virtude da Carta
Imperial desta pendente datada
nesta Cidade de Janeiro do corrente an-
no de 1840 de Junho de 1840
Como Procurador José Lebano de Sou

Carta de Ter ejurado
no Liv. do Reg. fl. 9. do
6 de Dezembro de 1839
commungado em cartorio
de 17 do mesmo mez e anno

Juro, e tomei posse como Procu-
rador do Dr. José Joaquim da
Silva do lugar de Dr. desta Re-
lação em virtude da Carta Impe-
rial de sello pendente datada de
2 de Dezembro de 1839
Recife 29 de Janeiro de 1840
Como Procurador
Joaquim Francisco Vieira Sandes de Leão

Juro, e tomei posse como Procura-
dor do Dr. Manoel Rodrigues
Vilhena do lugar de Dr. desta Re-
lação em virtude da Carta Impe-
rial de sello pendente datada de 17
de Janeiro do corrente anno, protestando
pela sua antiguidade. Recife 11 de
Abril de 1840
Como Procurador
Joaquim Francisco Vieira Sandes de Leão

Carta de Ter ejurado no
Liv. do Reg. fl. 9. do 6
de Dezembro 1839 commun-
gado em cartorio de 17 de
Junho mez e anno -

Juro e tomei posse pelo Dr. Jo-
sé Lourenço da Silva Torres Lou-
reiro Desembargador da Relação
desta Cidade da Carta Imperial de sello pen-
dente datada de Janeiro do corrente
anno N. 30 de Junho
de 1840
Como Procurador
José Lebano de Sousa

[8v]

*Passou para a Relação [da Bahia por Decreto de 18 de [Fevereiro de [18..] Falleceu*

*Jurei e tomei posse, como Procurador do Desembargador* ***Tito Alexandre Cardoso de Mello****, do lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de selo pendente datada do mes de Janeiro do corrente anno Recife 22 de Fevereiro de 1840*
*Como Procurador José Libanio de Souza*

*Passou a ter exercicio na Relaçam da Bahia por [Decreto de 6 de Dezembro de 1839 communicado em Aviso de 17 do mesmo mes e anno*

*Jurei, e tomei posse como Procurador do Desembargador* ***João Joaquim da Silva*** *do lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de sello pendente datada de 23 de Desembro de 1839*
*Recife 29 de Fevereiro de 1840*
*Como Procurador Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão*

*Jurei e tomei posse como Procurador do Desembargador* ***Manuel Rodrigues Villares*** *do lugar de Desembargador desta Relação em virtude da Carta Imperial de sello pendente datada de 17 de Janeiro do corrente anno, protestando pela sua antiguidade. Recife 11 de Abril de 1840*
*Como Procurador Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão*

*Passou a ter exercicio na Relaçam da Bahia por [Decreto de 6 de Dezembro 1839, communicado por Aviso de17 do mesmo mez e anno*

*Jurei e tomei posse pelo Desembargador* ***Joze Emigdio dos Santos Tourinho*** *do lugar de Desembargador desta Relaçam em virtude da Carta Imperial de sello pendente datada de quatro de Fevereiro do corrente anno Recife 30 de Junho de 1840*
*Como Procurador Jose Libanio de Souza*

9
Osorio

Passou a ter exercicio na Relação da Bahia por [Decreto de 6 de Dezembro 1839, o que foi [communicado por Aviso de 17 do mesmo mez e anno

*Jurei e tomei posse como Procurador do Dezembargador* ***Caetano Silvestre da Silva*** *de um lugar de Dezembargador d'esta Relaçam que lhe foi conferido por Carta Imperial de Sello pendente de 3 de Fevereiro de 1840. Recife 30 de Junho de 1840*

*Gregorio da Costa Lima Belmont*

*Jurei e tomei posse como Procurador do Dezembargador* ***Rodrigo Antonio Monteiro de Barros*** *em o lugar de Dezembargador desta Relação, que lhe foi conferido por Carta Imperial de Sêllo pendente de 20 de Setembro de 1842. Recife 7 de Janeiro de 1843*
*Como Procurador*

*Joaquim José do Amaral*

Aprezentou a Carta de Dezembargador em 14 de [Fevereiro de 1843. Ferreira

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relacão, que me foi conferido por Decreto de 22 de Novembro do anno proximo passado, em virtude do Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça com data de 25 do mesmo mes e anno, dirigido ao Presidente da Provincia*

Removido para a Relaçam da Bahia por [Decreto de 4 de Setembro 1857, ficando sem effeito o Decreto de 29 de [Novembro de 1856, que o havia removido para a Relaçam do Maranham.

Despacho ao requerido no Relatorio do Bacharel F. J. de Sá e Vasconcellos 1839, officio communicado pelo chefe de Policia nesta data

Juiz de Direito presidente como Procurador do Dezembargador Caetano Lobato de Lima e Silva por impedimento do Dezembargador desta Relação por Carta Imperial de Lei que foi conferida pela Carta Imperial de Lei passada em 30 de Outubro de 1840. Rio 30 de Junho de 1840.

Joaquim de Santa Anna Bittencourt

Juiz de Direito presidente como Procurador do Dezembargador Antonio Nicoláo Tolentino de Barros em o lugar de Desembargador desta Relação, que lhe foi conferido por Carta Imperial de Lei passada em 20 de Setembro de 1842. Recife 7 de Janeiro de 1843.

Joaquim José de Amorim

Juiz de Direito presidente do Tribunal da Relação por impedimento do Desembargador desta Relação

Despacho ao requerido pelo Procurador da Corôa, Fazenda e Fisco, em 4 de Fevereiro de 1843.

Ferreira

cão, e me foi conferido por Decreto de 22 de Novembro do anno proximo passado, em virtude da Ordem da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça com data de 25 do mesmo mez e anno, dirigido ao Presidente da Provincia

Remetido ao Procurador da Corôa em 4 de Fevereiro de 1843, officio sem numero de 29 de Janeiro de 1843, e tornou em 6 de Fevereiro de 1843.

Recife 2 de Janeiro de 1843

Martiniano da Rocha Bastos

Juro, tomei posse como Procurador do Dor. Manoel Caetano de Silva Villas Boas da Relação desta Prov.a Ao Qual foi concedida Carta Imperial de Selo pendente de 28 de Novbro de 1842. Recife 18 de Março de 1843

Como Procurador
Joaquim Tiburcio Peixoto

Passou a ter exercicio em virtude do Aviso de 5 de Julho de 1843 e este assim o assignou

Juro e tomei posse, como Procurador do Dor. Manoel Caetano da Costa Villas Boas da Relação desta Provincia em Pernambuco, que foi concedida por Carta Imperial de Selo pendente datada de 1º de Fevereiro do corrente anno. Recife 28 de Março de 1843.

Como Procurador
Martiniano da Rocha Bastos

*Recife 10 de Janeiro de 1843* [9v]

***Martiniano da Rocha Bastos***

*Jurei, e tomei poce como Procurador do Dezembargador* ***Manoel Paranhos da Silva Velloso*** *Dezembargador da Relação desta Provincia que lhe foi conferido por Carta Imperial de selo pendente de 28 de Novembro de 1842. Recife 18 de Março de 1843*

*Como procurador*

*Joaquim Teixeira Peixoto*

*Passou a ter exercicio em oito de Julho de mil oitocentos e quarenta e tres.*

*Está na Relaçam [da Bahia*

*Jurei e tomei posse, como Procurador do Dezembargador* ***Manoel Vieira Tosta*** *do lugar de Dezembargador da Relação desta Provincia que lhe foi conferido por Carta Imperial de sello pendente datada do 1º de Fevereiro do corrente anno. Recife 28 de Março de 1843.*

*Como Procurador*

*Martiniano da Rocha Bastos*

*Em virtude do Decreto de cinco d'* *10*
*Agosto e Aviso de doze do mez* mez* *Osorio*
*do corrente anno entrei no exercicio*
*d'um lugar de Dezembargador desta*
*Relação. Recife 5 de Setembro*
*de 1843.*

***Antonio Ignacio d'Azevedo***

*Jurei e tomei posse como Procurador*
*do Desembargador* ***Antonio Joaquim de Siqueira***
*de hum lugar de Desembargador da Rellaçam*
*desta Provincia, que lhe foi confferido por*
*Carta Imperial de Sello pendente*
*datada de 20 de Outubro do corrente anno*
*Recife 14 de Novembro de 1843*
*Como Procurador*

*Francisco de Paula Cerqueira Leite*

*Apozentado por Decreto de 3 de Julho de 1854.*

*Jurei e tomei posse como Procurador do Desembargador* ***Pedro Rodrigues Fernandes Chaves***
*de hum lugar de Desembargador desta Rell*[açam] *de*
*Pernambuco, que lhe foi confferido por*
*Carta Imperial de vinte e sete de Outubro do corrente anno Recife 5 de*
*Dezembro 1843.*

*Francisco de Paula Cerqueira Leite*

* É possível que o autor tenha abreviado 'mesmo'.

1.
Original

Em virtude do Decreto de cinco de Agosto e Aviso de Doze do mez mez do corrente anno entrei no exercicio 10
deste Lugar de Desembargador da Relação. Recife 6 de Setembro de 1843

Antonio Ignacio de Abreu

Jurei e tomei posse como Procurador
do Dest.or Antonio Joaquim de Siqueira
de hum lugar de Dest.or da Relação
desta Prov.a, que lhe foi concedido por
Carta Imperial de Sello pendente.
datada de 20 de Outubro do corr.e anno
Rec.e 14 de Novembro 1843

Como Pro.or

Francisco de Paula Cavalcanti de

Apresentado por Decreto de 8 de Jan.ro de 1852.

Jurei e tomei posse como Pro.or do Des-
embargador Pedro Ruiz Fernandes Chaves
de hum lugar de Dest.or desta Rel-
ação, que lhe foi concedido por
Carta Imperial de vinte e dous de Ou-
tubro de corr.e anno Recife 3 de
Dezembro de 1852

Francisco de Paula Cavalcanti de

Entrei no exercicio do Lugar de Juiz
Substituto da Relação de Pernambuco
em virtude da Carta Imperial
de 9 de Novembro proximo
passado extrahida com
Ordem Imperial da mesma
Relação, com data de 9 de Janeiro.
Recife 9 de Janeiro de 1844.
Antonio Ignacio de Azevedo.

Entrei no exercicio e Lugar de Juiz de Direito da Relação de Pernambuco em virtude da Carta Imperial de 9 de Novembro proximo passado, e Ordem Imperial de 14 de Dezembro de 1844. Recife 9 de Janeiro de 1844.

Antonio Ignacio de Azevedo.

Entrei no exercicio de Juiz de Direito da Comarca de Jaboatão em virtude da Carta Imperial de 9 de Novembro proximo passado, e Ordem Imperial de 14 de Dezembro de 1844. Recife 9 de Janeiro de 1844.

Antonio Ignacio de Azevedo.

Juiz de Direito do Rio de Janeiro

*Entrei no exercicio do lugar de Presidente da Relação de Pernambuco em virtude da Carta Imperial de Sello pendente de dezoito de Novembro do anno passado apresentada em Meza Grande da mesma Relação, em o dia de hoje. Recife 9 de Janeiro de 1844*

[10v]

***Antonio Ignacio d' Azevedo***

*Entrei em exercicio do lugar de Desembargador da Relação de Pernambuco em virtude da Carta Imperial de Sello pendente de 20 do Outubro do anno próximo passado, e posse em 14 de Novembro do mesmo anno em o dia 2 de Março de 1844. Recife 2 de Março de 1844.*

*Está na Relação do Rio de Janeiro*

***Antonio Joaquim Siqueira***

*Jurei e tomei posse como procurador do Dezembargador* ***Lourenço José Ribeiro*** *do lugar de Dezembargador da Relação d'esta Provincia em virtude da Carta Imperial de sello pendente datada de 5 de Julho d'este anno e Decreto de 20 de Junho do mesmo anno, protestando pela sua antiguidade. Recife 20 de Agosto de 1844. Como Procurador*

*Está na Relaçam do Rio de Janeiro*

*Manoel Rodrigues Villares*

*Jurei e tomei posse, como Procurador do Dezembargador João José de Moura Magalhães de um lugar de Dezembargador da Relação desta Provincia que lhe foi conferida por Carta Imperial de sello pendente datada aos treze de Setembro do corrente anno. Recife 11 de Outubro de 1845.*

*11 Osorio*

***Martiniano da Rocha Bastos***

*Jurei e tomei posse como Procurador do Desembargador* ***Antonio da Costa Pinto*** *de hum lugar de Desembargador da Relaçam desta Provincia, que lhe foi conferido por Carta Imperial de Sello pendente datada de dois de Setembro de 1846. Recife 17 de Novembro de 1846.*

*Está na Relaçam do Rio de Janeiro*

***Francisco de Paula Cerqueira Leite***

*Como procurador do Excelentíssimo Conselheiro o Senhor [Desembargador* ***Antonio Ignacio de Azevedo*** *tomei posse do lugar de Presidente* [desta] *Relação* [porque] *fui reconduzido por mais* [tres] *annos por Carta Imperial de Sello pendente de sinco de Fevereiro do corrente anno em Mesa grande* [da mesma] *Relação hoje treze de Abril de 1847*

*Domingos Nunes Ramos Ferreira* *Presidente Interino*

Juramentado a segunda vez perante o Desembargador
João José de Moura Magalhães 2º Juiz de Direito desta Cidade
de Direito da Relação desta Provincia, e lhe foi
conferida por Carta Imperial de vinte
primeiro deste dada aos Treze de Setembro
do corrente anno. Reinado 1º de Outubro
de 1845

Martiniano da Rocha Barros

Juro a Tenui a posse como Procurador do Doutor Luiz
Antonio da Costa Pinto de Lemos Lugar de Desembargador
da Rel.ão desta Provincia, que lhe foi con-
ferido por Carta Imperial de Sete deste mez
de Lei de Setembro de 1845. Reino 17 de 8.bro
de 1845

Francisco de Paula Cavalcanti

Como procurador do Conselheiro Dr. Luiz Antonio
Pinto de Lemos tomei posse do Lugar de Presi-
dente desta Relação [illegible] Carta Imperial
[illegible] Pernambuco 7 de Abril de 1847

[illegible]

Em virtude do Decreto de 25 de Janeiro do corrente anno entrei no exercicio d'hum Lugar de Desembargador desta Relação. Recife 1 de Junho de 1849.

Agostinho Ermelino de Leão.

Jurei e tomei posse como Procurador substabelecido do Conselheiro Dez.or José Joaquim Fernandes Torres, do Lugar de Dez.or da Relação d'esta Provincia, que lhe foi conferido por Carta Imperial de sello pendente da data de 17 de Agosto d'este anno. Recife 18 de Setbr.o de 1847

Manoel Rodrigues Villares

Jurei e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação que me foi conferido por Decreto de nove de Outubro do corrente anno, e em virtude do Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de dez do mesmo mez e anno, dirigido ao Presidente desta Provincia. Recife 30 de Novbro. 1847

Joaquim Nunes Gallardo

Jurei e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação que me foi conferido por Decreto de nove de Outubro do corrente anno, e em virtude do Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de dez do mesmo mez e anno, dirigido ao Presidente da Provincia. Recife [illegible] de 1847.

Joaquim Nunes Gallardo Freitas.

[11v]

*Em virtude do Decreto de 25 de Janeiro do corrente anno entrei no exercicio d'um lugar de Desembargador desta Relação. Recife 1 de Junho de 1847.*

***Agostinho Ermelino de Leão***

Na Relaçam do Rio de Janeiro

*Jurei e tomei posse como Procurador substabelecido do Conselheiro Dezembargador* ***José Joaquim Fernandes Torres****, do lugar de Dezembargador da Relação d'esta Provincia, que lhe foi conferido por Carta Imperial de sello pendente datada de 17 de Agosto d'este anno Recife 18 de Setembro de 1847*

*Manoel Rodrigues Villares*

Morto no dia 2 de Fevereiro 1849

*Jurei e tomei posse do lugar de Desembargador desta Rellação, que me foi conferido por Decreto de nove de Oitubro do corrente anno, e em virtude do Avizo da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça de doze do mesmo mez e anno, dirigido ao Presidente desta Provincia Reciffe 30 de Outubro 1847* ***Joaquim Nunes Maxado***

Morto

*Jurei e tomei posse no lugar de Desembargador desta Rellação, que me foi conferido por Decreto de nove de Outubro do corrente anno, e em virtude do Avizo da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça de doze do mesmo mez e anno, dirigida ao Prezidente da Provincia. Reciffe 13 de Novembro de 1847.* ***Joaquim Aires d' Almeida Freitas***

12
Osorio

*Jurei e tomei posse de Desembargador desta Relação que me foi conferido por Decreto de nove de Outubro do anno passado, mil oitocentos e quarenta e sete, e em virtude do Avizo da Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça do mez de Outubro do mesmo anno, dirigido ao Presidente da Provincia.*
*Recife 25 de Janeiro de 1848*

***Firmino Antonio de Souza***

Aposentado por Decreto de 29 de Novembro 1855

*Jurei, e tomei posse de Desembargador desta Rellação, que me foi conferido por Decreto de 19 de Desembro do anno proximo passado, e em virtude do Aviso de 20 do dito mez e anno, dirigido ao Presidente da Provincia. Recife, 20 de Janeiro de 1849.*

***Bernardo Rebello da Silva Pereira***

*Declaro em tempo, que a posse foi tomada em virtude da Carta Imperial de Sello pendente datada de 29 de Desembro do anno proximo passado, que na data d'hoje appresentei.*
*Recife erat supra.*

*Bernardo Rebello da Silva Pereira*

*Jurei e tomei posse do lugar de Desembargador desta Relação que foi conferido ao Senhor Desembargador* ***Francisco Gonçalves Martins*** *por Decreto de desenove de Desembro de mil*

Juiz e tomei posse [illegible] que me foi conferido [illegible] de 19 de Dezembro [illegible] Recife 28 de Janeiro [illegible]

Juiz, e tomei posse de Desembargador desta Relação, que me foi conferido por Decreto de 19 de Dezembro próximo passado, e em virtude do Aviso de 20 de dito mez e anno, dirigido ao Presidente da Provincia. Recife 28 de Janeiro de 1869.

Bernardo Rabello de Sousa Pereira

Dou fé que [illegible] vista da Carta Imperial de Relação, pendente [illegible] de 29 de Dezembro de anno passado [illegible] posse que na data hoje apresentei. Recife 28 de Janeiro de 1869.

Bernardo Rabello de Sousa Pereira

Juiz e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação, que foi conferido [illegible] Decreto de desenove de Dezembro de mil

oito centos e quarenta e oito, e Carta de Data
de quatro de Junho do corrente anno, q.e me
foi passada pelo Tribunal da Relação desta
Provincia, para o seu cargo
de Procurador dos Feitos da Corôa, Fazenda
e Fazenda Provincial, para que
nomeado, continuasse a exercer o referido cargo
de dous de corrente mez, e anno
Pernambuco 2 de Setembro de
1849.

Luiz Pequeno Sobrinho

Francisco Antonio de Souza.

Fallecendo no
dia 7 de Jun.º de
1855 tomou
posse -
Tinoco

Juiz de Direito presidente do Lugar de Iguaraçu
vista da Carta Imperial de data de 15 de
Junho de 1847. e Ordem de 14 de Junho de 1849
dada pelo Presidente desta Provincia

Juiz de Direito presidente do lugar de
Fallecendo no dia 2 de Outubro de 1857 - Iguaraçu vista da Carta de Data de 15 de Junho de 1847 e Ordem de 14 de Junho de 1849 dada pelo Presidente desta Provincia, que manda cumprir o Decreto de 30 do mesmo mez e anno que me encarrega o dito lugar, independente de Carta e Sello provisorio que solicitarei dentro dos seis mezes. Recife 22 de Outubro de 1849

Juiz de Direito de Iguaraçu

*e oitocentos e quarenta e oito, e Carta Patente* [12v]
*de quatro de Janeiro* [do] *corrente anno, que foi*
*presente ao Tribunal da Relação para o seu conhe-*
*cimento, como Procurador do mesmo Senhor*
*[Desembargador*
*nomeado, constituido em o Alvará de sua Procuraçam*
*de dois do corrente mes de Fevereiro. Recife 10*
*Fevereiro de 1849.*
*Como Procurador*

*Firmino Antonio de Souza*

*Falleceo no dia 7 de Janeiro de 1855 repentinamente*

*Jurei e tomei posse do lugar de Desembargador desta*
*[Relação em*
*virtude de Carta Imperial de Sello Pendente de 16 de*
*Junho de 1849. Recife 14 de Julho de 1849*

***Antonio Thomaz de Luna Freire***

*Falleceo no dia 2 de Outubro de 1857*

*Jurei e tomei posse de lugar de*
*Dezembargador desta Relação, em virtude*
*do Avizo de 19 de Agosto ultimo,*
*que manda cumprir o Decreto de*
*17 do mesmo mez e anno que me*
*conferio o dito lugar, indepen-*
*dente de Carta de sello pendente,*
*que solicitarei dentro dos quatro*
*mezes. Recife 22 de Setembro 1849*

***Joze Telles de Menezes***

13
Osorio

*Continuo no exercicio do lugar de Presidente da Relação de Pernambuco por força da Carta Imperial de Sello pendente de 11 de Maio ultimo, passada em virtude do Decreto de 7 de Março deste anno, que recondusio-me no referido lugar, sendo apresentada e lida a dita Carta em Meza Grande no dia d'hoje. Recife 9 de Julho de 1850*

***Antonio Ignacio d'Azevedo.***

*Por Decreto de 18 de Setembro 1853 passou a ter exercicio na Rellaçam da Corte.*

*Jurei, e tomei posse do lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 9 de Janeiro do corrente anno, e Carta de sello pendente de 18 do mesmo mez. Recife 18 de Fevereiro de 1851.*

***João Lopes da Silva Coito***

*Aos dezoito de Fevereiro deste anno, jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador effectivo da Relação desta [Provincia, para o qual fui nomeado por Decreto de* [8] *de Janeiro antecedente, e* [Carta] *Imperial de 14 do mesmo mez, e para*

Continuei no exercicio do Lugar de Procurador desta Relação, por força da Carta Imperial de dito mercê de 11 de Março ultimo, passada em virtude do Decreto de 9 deste mesmo dito anno, que reconheço-me no referido Lugar, tendo apresentado dita Carta em Meza [illegible] juntei hoje. Bahia 9 de Julho de 1850.

Antonio Jozé d'Azevedo.

Jurei, e tomei posse do Lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 9 de Janeiro do corrente anno, e Carta de dito fundente de 18 do mesmo mez. Bahia 18 de Fevereiro de 1850.

João Lopes da Silva Leite.

Ao defunto de Fevereiro deste anno, jurei e tomei posse do Lugar de Desembargador effectivo da Relação desta Provincia, para que fui nomeado por Decreto de 9 de Janeiro deste corrente anno, e vaga [illegible]

clareza [illegible] gravei, em que me assignei. Cidade da
Victoria 18 de Fevereiro de 1857.

Jeronimo Martins Figueira de Mello

Por Decreto de 13 de Janeiro deste anno, foi
d. 26 de Março
do Corrente anno
removido
p.a a Rel.ção do
Rio de Janeiro
e communicado
pela Presidencia
em Carta de 30 de Abril mesmo anno
Bahia 18 de Fevereiro de 1857.

Jeronimo Martins Figueira de Mello

Juiz de Direito, Chefe de Policia do Lugar de Desembargador
Procurador desta Relação em virtude da Portaria
de 9 de Janeiro de corrente anno, e
Carta de Data pendente de 17 de Fevereiro
de 1857.

Jeronimo Martins Figueira de Mello

Juiz de Direito, Chefe de Policia, e Procurador da Corôa
Jeronimo de Valles, do Lugar de Desembargador
desta Relação, pela Portaria de 9 de Janeiro de corrente anno,
e Carta de Data pendente de 17 de Fevereiro
do mesmo anno. Bahia 18 de Fevereiro de 1857.

Jeronimo Martins Figueira de Mello.

Agora juntado
P.D. de 29 de
Setembro de
1856.

Entrou em exercicio nesta Relação, em virtude
da Carta de Data de 17 de Fevereiro de 1857, em virtude da Portaria supra
de 9 de Janeiro do corrente anno. Bahia 31

*clareza este passei, em que me assignei. Cidade do Recife 18 de Fevereiro de 1851.* [13v]

***Jeronimo Martiniano Figueira de Mello***

*Por Decreto de 26 de Março do corrente anno removido para a Relaçam do Rio de Janeiro e comunicado pela Presidencia da Provincia em 30 de Abril de 1855*

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude do Decreto de 13 de Janeiro deste anno, e Carta de Sello pendente de 17 do mesmo mez e anno. Reciffe 18 de Fevereiro de 1851*

***Firmino Pereira Monteiro***

*Jurei e tomei posse, como Procurador do Senhor* ***Severo Amorim do Valle****, do lugar de Desembargador desta Relação, para que fora nomeado por Decreto de 9 de Janeiro do corrente anno, e Carta de Sello pendente de vinte de Fevereiro deste mesmo corrente anno, como consta da sua Procuraçam bastante. Recife 17 de Março de 1851.*

*Firmino Antonio de Souza*

*Apozentado por Decreto de 29 de Novembro de 1856*

*Entrei em exercicio nesta Relação hoje trinta e hum de Maio de 1851, em virtude da Carta Imperial de 9 de Janeiro do corrente anno. Recife 31*

*de Maio de 1851.* ***Severo Amorim do Valle*** *14**
*Osorio*

*Jurei e tomei posse d'um lugar de Dezembargador da Relação d'esta Provincia, para que fui nomeado por Carta Imperial, digo por Decreto de 9 de Janeiro de 1851 e Carta de Sello pendente de 11 de Março d'este mesmo anno. Recife 1º de Julho de 1851.*

***Caetano Joze da Silva Santiago***

*Seis meses de licensa que principiou a gozar no dia vinte do corrente como consta do seo officio da mesma dacta. 20 de Setembro [de 1855*

*Jurei e tomei posse d'hum lugar de Dezembargador da Relação desta Provincia, para que fui nomeado por Carta Imperial de sello pendente de 21 de Novembro de 1851, passada em virtude do Decreto de minha nomeação datado de 17 do mesmo mes e anno. Recife 6 de Dezembro de 1851.*

*Por Decreto de 26 de Abril proximo passado [passou a ter exerci[cio] na Relaçam da Corte o que foi comunicado pela Secretaria da Justiça em 5 de Março de 1858.*

***Francisco Joaquim Gomes Ribeiro***

*Continuo no exercicio do lugar de Presidente da Relação de Pernambuco em virtude da* [Car]*ta Imperial de Sello pendente passada em oito do corrente, digo, do mez que se finda hoje, e por força do Decreto de 15 de Novembro do anno passado, que reconduzio-me no dito lugar; a qual Carta foi lida em Meza grande hoje. Recife 30 de Abril de 1853*

*Antonio Ignacio d'Azevedo.*

** Quando o livro foi restaurado as folhas foram coladas no lugar indevido, a 14/14v no lugar da 17/17v e vice-versa. O erro foi corrigido na publicação.*

de Maio de 1851. Secou a mercê de Cabo

Juro e tomei posse d'hum Lugar de Desembargador da Relação desta Provincia, para q' me foi nomeado por Carta Imperial, dada por Decreto de 9 de Janeiro de 1851 e carta de Sello jundante de 11 de Março deste mesmo anno. Recife 1.º de Julho de 1851

Caetano José Gaspar de Santiago

Por Decreto de 26 de Abril foi para o Lugar de Desembargador da Relação desta Provincia, em vaga de Francisco Joaquim Bueno de Sousa.

Por Decreto de 21 de Abril foi para o Lugar de Desembargador da Relação desta Provincia, em vaga de Caetano José Gaspar de Santiago.

Por Decreto de 21

Juiz [illegible] e [illegible] Juiz de Direito [illegible] Juiz
de Fora Relator, presente, foi [illegible] nomeado
Aprovertau e vai ter [illegible] por Decreto de 15 de Dezembro do anno
publicação no Jornal em passado, em virtude do Decreto de
28 de Julho de 1855 21 de Novembro mez e anno, sendo
obrigado a apresentar a Carta de Ma-
gistrado [illegible] para de ter sua
Posse mercedo pelo Ex.mo
Sr. Conselheiro Presidente da Rela-
ção, tal Carta de Nomeação
Juiz de Direito [illegible] tendo
antecedentemente [illegible]
tenha sido nomeado por De-
creto de 3 de Janeiro de 1854.
Recife 13 de Fevereiro de 1855.
Antonio Baptista Pereira

Juro e tomei posse como Procurador
do Snr. Pedro d'Alcantara Cerqueira
Leite do Lugar de Desembargador
desta Relação [illegible] de Fora no-
meado por Decreto de 31 de Julho
do corrente anno [illegible] do
Ministerio e Secretario d'Est do
dos Negocios da Justiça, e Carta
de Data pendente de 14 de Agosto
d'este mesmo [illegible] de 1855, e pro-
testo por sua antiguidade Rela-
ção [illegible] de 1855
de 15 de Setembro
Como Procurador
Manoel Rodrigues Pereira

Apresentou a Carta Imperial em 28 de Julho de 1855

*Jurei, e tomei posse do lugar de Desembargador* [14v]
*desta Relação, para que fui removido*
*por Decreto de 15 Desembro do anno*
*passado, em virtude do Aviso de*
*21 do mesmo mes e anno, sendo*
*obrigado a apresentar a Carta Im-*
*perial dentro do praso de trez me*[ses]
*que me forão merecidos pelo Excelentissimo*
*Senhor Conselheiro Presidente da Relaçam*
*sendo tal Carta do Maranhão,*
*para onde antecedentemente*
*tinha sido nomeado por De-*
*creto de 9 de Janeiro de 1854.*
*Reciffe 3 de Fevereiro de 1855.*

***Antonio Baptista Gitirana***

*Jurei e tomei posse como procurador*
*do Senhor* ***Pedro d' Alcantara Cerqueira***
***Leite*** *do lugar de Dezembargador*
*desta Relação, para que fora no-*
*meado por Decreto de 31 de Julho*
*do corrente anno e despacho do*
*Ministro e Secretario d' Estado*
*dos Negócios da Justiça, e Carta*
*de sello pendente de 14 de Agosto*
*d'este mesmo anno de 1855, e pro-*
*testo por sua antiguidade. Reci-*
*fe 15 de Setembro 1855*
*Como Procurador*

*Manoel Rodrigues Villares*

15
Osorio

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude do Decreto com data de 20 de Agosto proximo findo, pelo qual fui removido da Relação do Maranhão para esta mesma Relação, e Carta de sello pendente de 9 de Junho tambem proximo findo. Recife 23 de Outubro de 1855.* ***André Bastos d' Oliveira***

*Declaro que tomei posse, e entrei no exercicio do* [lugar] *de Procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional desta* [Relaçam de *Pernambuco em 11 de Dezembro de 1855.*

***Jer[onimo] Martiniano Figueira de Melo***

*Exonerado por Decreto de 6 de Dezembro de 1856*

*Continuo no exercicio do lugar de Presidente da Relação de Pernambuco em virtude da Carta Imperial de Sello pendente passada em 30 de Abril do corrente anno, e Decreto de Dez (10) de Janeiro ultimo, que reconduzio-me no dito lugar, sendo a referida Carta lida em Meza no dia de hoje. Recife 20 de Maio de 1856.*

***Antonio Ignacio d'Azevedo***

*Por Decreto de 2 de Outubro foi nomeado Membro do Supremo Tribunal de Justica em consequencia do que deixou a Prezidencia deste Tribunal em 21 do dito mez*

*Em virtude do Decreto de 29 de Novembro do anno passado* [pello] *qual fui removido da Relação do Maranham para a desta Provincia, hoje tomei assento, estando ja em exercicio do emprego desde o dia 30 de Dezembro do referido anno, por haver renunciado a licença, que esta-*

geral e tomei posse do lugar de Regedor
e regedor destas Relações, em virtude
do Decreto acima citado de 20 de Setembro
proximo findo, pelo geral Juiz ao mesmo
vido da Relação do Maranhão para
esta mesma Relação, e Carta de sello
pendente de 2 de Junho tambem pro-
ximo findo. Rio de Janeiro 23 de Outubro
de 1855. [illegible]

Tomei posse no 1º de Fevereiro de 1855

Tomei posse no 1º de Fevereiro de 1855

Continuo no exercicio do lugar de Presidente
da Relação de Pernambuco em virtude da
Carta Imperial de Sello pendente proxi-
mo de 20 de Abril do anno corrente, e
certo de [illegible] de Janeiro deste anno, [illegible]
[illegible] Pernambuco 1º de Fevereiro de 1855.

Por Decreto de 2 de Dezembro foi nomeado Desembargador do Tribunal do Jury desta Cidade em vaga que se deu por accesso do Desembargador Antonio Gomes de Oliveira

Em virtude do Decreto de 29 de Novembro do anno proximo findo, e Provisão desta Relação do dito mez, para a qual Eu hoje fui mandado entrar, estando já a Relação da commarca [illegible] de Novembro de corrente anno, e tendo renunciado a Banca, que

[illegible] Secretaria do Governo da Bahia em 3 de Outubro de 1857.

[illegible]

Juiz de Direito para a Comarca de Barreiras

Por ordem do Presidente desta Relação faço saber a V. S. que [illegible] Comarca de Barreiras, em virtude do Decreto de 30 de Dezembro de 1856, e officio [illegible] de 20 de [illegible] corrente anno, que [illegible] Comarca de Barreiras [illegible] de Janeiro de 1857.

Joaquim Manoel Ribeiro de Araujo

Juiz de Direito para a Comarca de Barreiras

Por ordem do Presidente desta Relação faço saber a V. S. que [illegible] Comarca de Barreiras em virtude do Decreto de 30 de Dezembro de 1856, e officio [illegible] de 20 de Janeiro corrente anno, que [illegible] Comarca de Barreiras [illegible] de Janeiro de 1857.

Agostinho Marinho Pereira

*estava fruindo segundo o officio que no mes-* [15v]
*mo dia 30 de Dezembro dirigi ao Senhor Conselheiro Presidente desta Relação. Recife 3 de Fevereiro 1857.*

**Custodio Manoel da Silva Guimarães**

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação, em virtude do Decreto de 10 de Desembro de 1856, e officio do Presidente da Provincia de 20 do dito mez, e anno, mandando cumprir aquele Decreto independente da Carta para entrar em exercicio. Recife 3 de Fevereiro de 1857*

**Joaquim Manoel Vieira de Mello**

*Jurei, e tomei posse do lugar de Dezembargador desta Relação em virtude do Decreto de 10 de Dezembro de 1856, e Aviso do Ministerio da Justiça da mesma data, o que tudo me foi comunicado pelo Excelentissimo Presidente desta Provincia, que mandou cumprir o referido Decreto, e Aviso a fim de entrar em exercicio independente de Carta Recife 3 de Janeiro de 1857*

**Agostinho Moreira Guerra**

16
Osorio

[Pres]*tei juramento e tomei posse do lugar de Prezidente de Relação desta Provincia em virtude do Decreto de 19 de Outubro ultimo, e officio da Presidencia da Provincia de 6 do presente mez Recife 7 de Novembro de 1857.*

***Agostinho Ermelino de Leão***

*Jurei e tomei posse de hum logar de Dezembargador da Relação desta Provincia para que fui nomiado por Carta Imperial, de Sello Pendente, de quatro de Novembro do corrente anno, passada em virtude do Decreto de minha nomiação dactado de 30 de Outubro do mesmo anno. Recife 21 de Novembro de 1857.*

***Lourenço Joze Silva Santiago***

*Entrei em exercicio no dia 12 do corrente Janeiro em virtude do Decreto de 6 de Novembro proximo passado, pelo qual fui removido da Relação do Maranhão. Recife 12 de Janeiro de 1858.*

***Dom Francisco Balthazar da Silveira.***

Prestei juramento e tomei posse do lugar de Presidente da Relação desta Provincia em virtude do Decreto de 19 de Outubro ultimo, e officio de 26 do mesmo de 6 do presente mez Recife 7 de Novembro de 1857.

Agostinho Cordeiro de Leão.

Juri e tomei posse de hum lugar de Desembargador da Relação desta Provincia para q fui nomeado por Carta Imperial, de Sello Pendente, de quatro de Novembro do corrente anno, passada em virtude do Decreto de minha nomeação datado de 30 de Outubro do mesmo anno. Recife 21 de Novembro de 1857.

Lourenço José de Santiago

Entrei em exercicio no dia 12 do corrente Janeiro em virtude do Decreto de 6 de Novembro proximo passado, pelo qual fui removido da Relação do Maranhão. Recife 12 de Janeiro de 1858.

D. Francisco Balthazar da Silveira.

Jurei, e tomei posse de um lugar de Desembargador desta Relação, em virtude de Carta Imperial de 14 de Julho do corr.te anno, e hoje, em virtude do Decreto de 14 de Julho do corr.te anno, e Carta Imperial de 10 de 7bro do mesmo anno. Recife 16 de Outubro de 1858

Antonio Joaquim da Silva Guimarães

Continuo no exercicio de Lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 16 de Outubro ultimo pelo qual Sua Magestade o Imperador Houve por bem reconduzir-me no referido lugar de Desembargador desta Relação. Recife 22 de Novembro de 1860.

Antonio Ernesto de Leão

=Diz a mesma cousa em 22 de dito mez= Alves, P.

Jurei, e tomei posse d'um lugar de Desembargador desta Relação, em virtude de Carta Imperial de 20 de Outubro do corrente anno, e hoje em virtude do Decreto de 10 de 9bro e Carta Imperial de 13 de 9bro do corrente anno. Recife 15 de Dezbro de 1860

Joze Pereira da Costa Motta

*Jurei, e tomei posse de um lugar de Dezembargador desta Relação, em virtude de Carta Imperial de 14 de Julho do corrente anno, alias, em virtude de Decreto de 14 de Julho do corrente anno, e Carta Imperial de 10 de Setembro do mesmo anno. Recife 16 de Outubro de 1858.* [16v]

***Antonio Joaquim da Silva Gomes***

*Continuo no exercicio do lugar de Presidente da Relação desta Provincia em virtude do Decreto de 16 de Outubro ultimo pelo qual Sua Magestade O Imperador Houve por bem reconduzir-me no referido lugar, e Aviso do Ministerio da Justiça \de 22 do dito mez/ communicando-me que o mesmo Augusto Senhor Mandava que entrasse em exercicio independente de apresentação de carta, que a exhibiria em tempo opportuno, sob a posse e juramento ja prestado. Recife 13 de Novembro de 1860*

*Diz a entrelinha =22 do dito mes= Agostinho Ermelino [Leão, Presidente*

***Agostinho Ermelino de Leão***

*Jurei, e tomei posse d'um lugar de Dezembargador desta Relação, em virtude de Carta Imperial de 20 de Outubro do corrente anno, e digo, em virtude do Decreto de 20 de Outubro e Carta Imperial de 13 de Novembro do corrente anno. Recife 15 de Dezembro de 1860.*

***Joze Pereira da Costa Motta***

*Jurei e tomei posse do lugar de Dezembargador* 17
*d'esta Relação em virtude do Decreto de 17 de* Osorio
*Maio proximo passado e do officio da Presidencia com a data de hontem, mandando que eu entrasse em exercicio independente de Carta. Recife 4 de Junho de 1861.*

***Anselmo Francisco Peretti.***

*Jurei e tomei posse d'um lugar*
*de Desembargador d'esta Relação,*
*em virtude do Decreto de 19*
*de Janeiro e Carta Imperial de 21 de Maio do corrente anno. Recife, 15 de Junho*
*de 1861.*

***José Ignacio Accioli de Vasconcellos.***

*Jurei e tomei posse d'um lugar*
*de Desembargador d'esta Rellação em virtude do Decreto de*
*3 de Agosto, e Aviso de 7 do mesmo*
*mes, que mando*[u e]*ntrar em*
*exercicio independente de Carta*
*Recife 17 de Agosto de 1861.*

***Alvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti***

*Jurei e tomei posse d'um lugar de Desembargador*
*d'esta Relação em virtude do Decreto*
*de* [..3] *de Agosto e Aviso de* [..] *do mesmo mes,*

Juntei e tomei posse do lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 27 de Maio proximo passado ao do officio da Presidencia com a data de hontem, mandando que eu entrasse em exercicio independente de Carta. Recife 1º de Junho de 1861.

Anselmo Francisco Peretti.

Juntei e tomei posse d'este lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 19 de Janeiro de Carta Imperial de 21 de Março do corrente anno. Recife 15 de Junho de 1861

José Joaquim Fernandes Torreão.

Juntei e tomei posse d'este lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 3 de Agosto, e Aviso de 7 do mesmo, que mandou entrar em exercicio independente de carta. Recife 19 de Agosto de 1861

Antonio Duarte Gomes Coelho

Juntei e tomei posse d'este lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 3 de Agosto e Aviso de 7 do mesmo

gosando antes em exercício. em Independente de Carta. Recife, 17 de Agosto de 1861.

Francisco de Assis Pereira Rocha

Entrou hoje em exercício nesta Relação para a qual foi removido por Decreto de 20 de Junho do corrente anno. 24 de Setembro de 1861.

Martiniano da Rocha Pantoja

Jurou, e tomou posse do lugar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 15 de Novembro do anno proximo passado, e Officio de Exmo Presidente da Provincia, datado de hoje, mandando que entrasse em exercicio independentemente de Carta. Recife 19 de Julho de 1862.

Joaquim Firmino Pereira Jorge

Jurou e tomou posse do lugar de Desembargador desta Relação da Bahia com exercicio na dita provincia em virtude do Decreto de 23 de Janeiro do anno corrente e do officio do Exmo Presidente desta provincia datado de hontem, mandando que entrasse em exercicio independente de Carta. Recife 14 de Fevereiro de 1863 — Bernardo Machado da Silva Lisboa

Diz-se emenda e entrelinha = da Relação da Bahia com exercicio na dita provincia = Dou fé.

*que mandou entrar em exercicio independente de Carta. Recife, 17 de Agosto de 1861* **Francisco de Assis Pereira Rocha** [17v]

*Entrei hoje em exercicio nesta Relação para a qual fui removido por Decreto de 20 de Julho do mesmo anno. Recife 24 de Setembro de 1861*

**Martiniano da Rocha Bastos**

*Jurei, e tomei posse do logar de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 15 de Novembro do anno proximo passado, e officio do Excelentissimo Presidente da Provincia, datado de hoje, mandando que entrasse em exercicio independentemente de Carta. Recife 19 de Julho de 1862.*

**Joaquim Firmino Pereira Jorge**

*Jurei e tomei posse do logar de Desembargador da Relação \da Bahia com exercício na desta Provincia/ [em virtude do decreto de 23 de Janeiro do anno corrente e do officio do Excelentissimo Presidente desta Provincia datado de hontem, mandando que entrasse em exercicio independente de Carta. Recife 14 de Fevereiro de 1863.*

*Dis a emenda e entrelinha = da Relação da Bahia com exercício na desta provincia= Doria*

**Bernardo Machado da Costa Doria**

*Prestei juramento, e entrei em exercicio do logar de Presidente da Relação desta Provincia em virtude do Decreto de 1° do corrente, e Officio da Presidencia de 16 do mesmo corrente mez. Recife 16 de Maio de 1863.*

*18*
*Osorio*

***Dom Francisco Balthazar da Silveira***

*Tomei posse e entrei em exercicio de Desembargador da Relação desta Provincia para onde fui removido por* [Decre]*to de 29 de Janeiro do corrente anno no dia de hoje. 1 de Março de 1864 Recife*

***Affonso Arthur d'Almeida Albuquerque***

*Entrei em exercicio nesta Relação no dia 10 de Outubro do anno proximo passado em virtude do Decreto de 20 de Abril do mesmo anno pelo qual fui removido da Relação do Maranhão. Recife 23 de Abril de 1864.*

***Alexandre Bernardino dos Reis e Silva***

Prestei juramento e entrei em exercicio
do lugar de Presidente da Relação dés-
ta Provincia em virtude do Decreto de
1.º do corrente, e Officio da Presidencia de
16 do mesmo corrente. Recife 16 de Abril
de 1863.

S. Franc.º Balthazar da Silveira.

Tomei posse e entrei em exercicio de De-
sembargador da Relação desta Provincia
para onde fui removido por Decreto de
29 de Janeiro do corrente anno, no dia
de hoje 1 de Março de 1864. Recife

Affonso Arthur de Albuquerque

Entrei em exercicio nesta Relação no
dia 10 de Outubro do anno proximo
passado em virtude do Decreto de
2 de Abril do mesmo anno, pelo
qual fui removido da Relação do
Maranhão. Recife 23 de Abril
de 1864

Alexandre Bernardino dos Reis e Silva

Como procurador do Desembargador Antonio de Barros e Vasconcellos juro e tomei posse de um lugar de Desembargador desta Relação, de que S. Mg. Imperial me houve por Decreto de 2 de Março proximo findo. Recife 23 de Abril de 1864

Como procurador

Alexandre Bernardino da Rocha Silva.

Tomei posse do lugar de Desembargador, e entrei no exercicio da Desembargada da Relação desta Provincia, para onde fui removido por Decreto de 23 de Maio corrente no dia de hoje 31 de Maio de 1864. Rc. 31 de Maio de 1864.

Franc. Rent. da Silva

Prestei juramento, e entrei em exercicio do lugar de Presid. da Relação desta Provincia em virtude do Decreto de 23 de Maio do corr. anno, e Portaria da Presid. de 31 do mesmo. Recife 2 de Junho de 1864

[illegible]

*Como Procurador do Dezembargador* [18v]
***Antonio de Barros e Vasconcellos*** *jurei*
*e tomei posse de um lugar de Dezembargador*
*desta Relação de que Sua Majestade Imperial lhe fez*
*merce por Decreto de 2 de Março pro-*
*ximo findo. Recife 23 de Abril de*
*1864.*
*Como Procurador*

*Alexandre Bernardino dos Reis e Silva*

*Tomei posse, prestei juramento, e entrei em*
*exercicio de Dezembargador da Relação d'esta*
*Provincia, para onde fui removido por De-*
*creto de 23 de Maio corrente no dia de hoje*
*31 de Maio de 1864. Recife 31 de Maio*
*de 1864.*

***Francisco Domingues da Silva***

*Prestei juramento, e entrei em exerci-*
*cio do lugar de Presidente da Rela-*
*ção desta Provincia em virtude do Decreto*
*de 23 de Maio do corrente anno, e au-*
*thorização da Presidencia de 31 do* [mesmo] *mez.*
*Recife 2 de Junho de 1864 anno*

***Firmino Antonio de Souza***

*Entrei hoj*[e] *em exercio de Dezembargador desta Relação* *19*
*[de que por procuração tomei* *Osorio*
*posse em 23 de Abril do mesmo mez e anno. Recife 4 de Junho*
*[de 186*[..].

***Antonio de Barros e Vasconcellos.***

*Declaro que entrei hoje em exercicio de Dezembargador desta Relação. Recife 23 de Março de 1867.*

***Jose Fellipe de Souza Leão***

*Continuo a servir o lugar de Presidente desta Relação por ter sido reconduzido pelo Decreto de 19 de Junho deste anno. Recife 3 de Julho de 1867.*

***Firmino Antonio de Souza***

*Post Scriptum* *Estão registradas as Cartas respectivas*

*Jurei e tomei posse do logar de Desembargador n'esta Relacão, em virtude da Ordem de Sua Majestade O Imperador, conforme me foi communicado por officio da Diretoria Geral dos Negócios da Justiça, datado do 1º do corrente mez, devendo o meu exercicio n'este Tribunal ser durante o impedimento do Conselheiro Firmino Antonio de Souza. Recife, 19 de Dezembro de 1868.*

***João Antonio de Araujo Freitas Henriques***

Entrei hoje em exercício de Procurador desta Relação de que para constar fiz este termo. Recife 6 de Março de 1857.

Antonio Alves Nogueira

Declaro que entrei hoje em exercício de Desembargador desta Relação. Recife 23 de Março de 1857

José Felippe de Souza Leão

Continúo a servir de Secretario desta Relação por ter sido reconduzido pela Carta de 19 de Junho deste anno. Bahia 28 de Julho de 1857.

Cassiano [illegible] de Gouvêa.

P.S. Estão registradas as Cartas supra [illegible]

Servi de Thesoureiro desta Relação em virtude da ordem de S. E. o Presidente, e para constar fiz este termo que foi communicado por officio da Secretaria Geral do Imperio, da Justiça, datado de 7 do corrente mez, tendo a mesma Secretaria [illegible] durante o impedimento do Conselheiro Firmino Antonio de Souza. Recife, 19 de Dezembro de 1868

José [illegible] Ferreira Gomes

Tenho juramento, e entrei no exercicio do lugar de Ten. ajud.
da Relação desta Provincia, para que fui nomeado por decreto de
[illegible] de Dezembro ultimo, no dia 2 do corrente conforme
consta da Correspondencia official, que ao Sr. Barão do Pra-
ya Grande. Rio 9 de Abril de 1862

Cassiano José de S.to Santiago S.

[illegible] Ten.te de Infantaria para servir no exercicio
[illegible] juramento [illegible] de Desembarga-
[illegible] Dor da Relação desta Provincia para
[illegible] do da de Alagoas [illegible]
[illegible] de 5 de Março p.p. [illegible] de Julho de
1862

José Thomaz Nogueira Gaeta

Data
Data [illegible] em exercicio [illegible] provas legaes, que
[illegible] apresentou a fl. 17 v. do Livro de Registro de Desembar-
gadores effectivos da Relação de Pernambuco, ja-
rá ordem que foi nomeado definitivamente, de Re-
laçam desta Bahia, a que pertence, por decreto
de 20 de Março ultimo, tendo ja sido, desta
data, entrado em exercicio na sua Relação de Pernambu-
co em virtude dos Alvarás de 5 de Julho de 1809, e 24 de
Fevereiro de 1870. Bahia 19 de Julho de 1872

Bernardo de Andrada da Costa Doria

*Prestei juramento, e entrei* [em] *exercicio do lugar de* [19v]
*[Prezidente*
*da Relação desta Provincia, para que fui nomiado por*
*[Decreto Im-*
*perial de 6 Março ultimo, no dia 2 do corrente conforme*
*consta da Correspondencia official, e para constar passo o pre-*
*zente. Recife 9 de Abril de 1869.*

***Caetano Jozé da Silva Santiago*** *Presidente*

*Nesta data tomei posse e entrei no exercicio,*
*sob o juramento ja prestado de um dos luga-*
[res] *de Desembargador da Relação desta Provincia, para*
*que fui removido da do Maranhão por De-*
*creto de 5 do mes proximo passado. Recife 2 de Julho de*
*1872.*

***José Nicolau Regueira Costa***

*Diz a entrelinha =data= Doria*

*Nesta \data/ entrei em exercicio e tomei posse sob o juramento*
*já prestado a folha 17 verso de hum lugar de Dezembar-*
*gador effectivo da Relação de Pernambuco pa-*
*ra onde fui removido definitivamente da Re-*
*lação da Bahia, a que pertencia, por decreto*
*de 20 de Março ultimo, sendo que ja antes desta*
*data estava em exercicio nesta Relação de Pernambu-*
*co em virtude dos Avisos de 5 de Julho de 1869, e 24 de*
*Fevereiro de 1870. Recife 9 de Julho de 1872.*

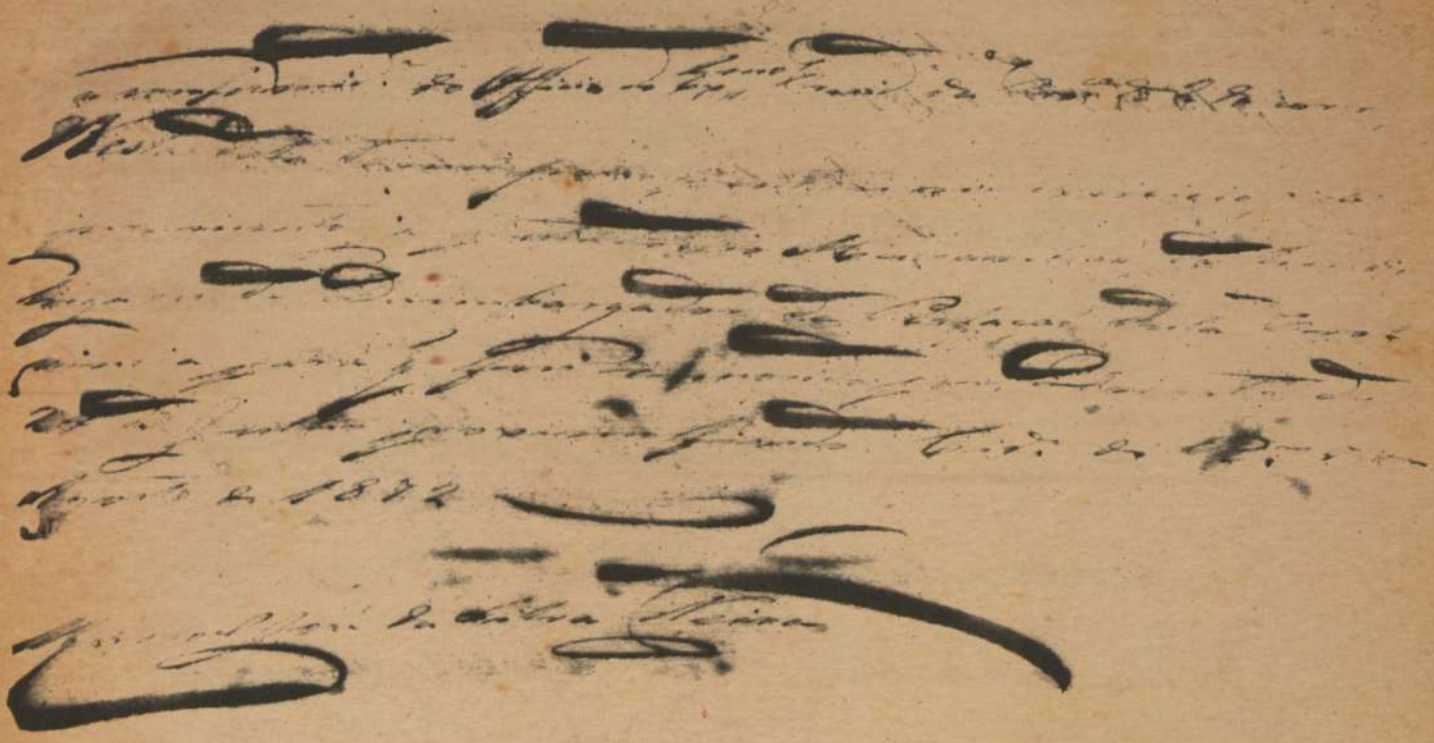
***Bernardo Machado da Costa Doria.***

*Na conformidade do Officio do Excelentissimo Presidente da* 20
*[Provincia de 2 do corrente,* Osorio
*nesta data tomei posse e entrei em exercicio sob*
*o juramento ja prestado no Maranhão de hum dos*
*lugares de Desembargador da Relação desta Pro-*
*vincia para que fui removido por Decreto de*
*24 de Julho proximo findo. Cidade do Recife 5 de*
*Agosto de 1872*

***Manoel José da Silva Neiva.***

*Nesta data prestei juramento do Cargo*
*de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda*
*Nacional, como Procurador do Excelentissimo*
*Senhor Desembargador* ***João Antonio de Araujo***
***Freitas Henriques****, o qual fora nomeado para*
*o dito Cargo na Relaçam desta Provincia*
*por Decreto de 3 de Julho do corrente*
*anno. Reciffe 24 de Agosto de 1872*

*Antonio Baptista Gitirana*



Aos [illegible] tomou posse e juramento do Cargo
de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda
o Bacharel [illegible] nomeado do Dr.
Juiz de Direito [illegible]
Doutor N.º o qual foi encarregado
do Cargo na Ausencia da Provincia
por Decreto de [illegible] e para
[illegible]
[illegible]

Nesta data prestou juramento, e entrou no exercicio [illegible]
de 15 de Outubro de 1872

José Ferreira da Costa e Motta

[illegible] prestou juramento, e entrou no exercicio [illegible]
[illegible] mandado ler [illegible]
Pernambuco, 7 de Agosto
30 [illegible] 1873. [illegible]
Recife, 18 de Outubro [illegible]
de 1873 [illegible]

[illegible] juramento, e entrou em exercicio, [illegible]
[illegible] do lugar de Procur. da Coroa, [illegible]
[illegible] 10 de Maio de 1879.
[illegible]

Nesta data prestou juramento e entrou em exercicio do cargo de Procurador da Coroa e Promotor da Justiça. Baixo 12 de Julho de 1873
Bernd. Machado da Costa Doria

*Nesta data prestei juramento, e entrei em exercicio. Recife 15 de Novembro de 1872.* [20v]

***Joze Pereira da Costa Motta***

*Nesta data tomei posse e entrei em exercicio nesta Relação de Pernambuco sob o mesmo juramento ja presta do* [na] *do Maranhão, donde fui mandado ter exercicio* [em] *Pernambuco, por Decreto de 30 de Novembro proximo passado. Recife, 18 de Dezembro de 1872*

***Silverio Fernandes de Araujo Jorge***

*Nesta data prestei juramento, e entrei em juramento, digo, em exercicio do lugar de Procurador da Corôa, e Promotor da Justiça. Recife 10 de Maio de 1873.*

***Francisco Domingues da Silva***

*Nesta data prestei juramento e entrei em exercicio do cargo de Procurador da Corôa e Promotor da Justiça. Recife 12 de Julho de 1873*

***Bernardo Machado da Costa Doria***

21
Osorio

*Nesta data reassumi o exercicio de membro da Relação d'esta Provincia e assumi o de Promotor da Justiça e Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional perante o mesmo Tribunal, de cujo cargo já havia prestado juramento, por Procurador, como se lê da declaração de folha 20. Recife, 22 de Janeiro de 1874.*

***João Antonio de Araujo Freitas Henriques***

*Entrei em exercicio de Procurador da Coroa etc. interino no dia 27 do corrente. Recife 28 de Abril de 1874.*

***Joze Pereira da Costa Motta***

*Nesta data (8 de Maio de 1875) prestei juramento e entrei em exercicio do cargo de Desembargador desta Relação em virtude do Decreto de 17 de Ábril do corrente anno, que me removeu da Relação do Ceará de conformidade com o paragrafo segu*[ndo] *do artigo segundo do Decreto numero 2342 de 6 de Agosto de 1873, renunciando assim o resto da licença que m*[e] *foi concedida ultimamente pelo poder legislativo. Recife 8 Maio de 1875.*

***Bernardo Machado da Costa Doria.***

[illegible] Juiz [illegible] Comarca [illegible]

[illegible] Juiz [illegible] Comarca [illegible]

[illegible] Juiz [illegible] Comarca [illegible]

[illegible] Juiz [illegible] Comarca [illegible]

Entrou em exercício de Juiz da Comarca hoje dito dia 27 de Abril. Pirajá 28 de Março de 1874

José Ferreira Barbosa e Costa

Nesta data (18 de Maio de 1875) prestou juramento e entrou em exercício do cargo de Juiz de Direito da Comarca, que se acha vago, o Bacharel Antonio Ferreira Braga, nomeado por decreto nº 2762 de 6 de Agosto de 1873 [illegible] Pirajá 18 de Maio de 1875

Bacharel Antonio Ferreira Braga

Prestou juramento e entrou hoje no exercicio do cargo de Presidente do Tribunal da Relação d'esta Provincia para o qual foi nomeado por decreto de 28 de Junho de 1875. Para constar passei o presente declaração

Anselmo Francisco Peres

---

(Nesta data (15 de Janeiro de 1877)
tomei posse e entrei no effectivo exercicio do cargo de Desembargador desta Relação do Recife, p.ª onde fui removido p.º Dec. de 24 de Nov.º do anno p.º findo, de conformidade com o art. 1.º § 2.º do Dec. 2342 de 6 de Ag.to de 1873, e o fiz sob o m.mo juramento já prestado, ao qual alludo no termo que escrevi á f. 20 deste livro.

Silverio Ferr.ª de A.º Jr.º

---

Nesta data prestou juramento e tomou posse do lugar de Desembargador desta Relação [illegible] para o qual foi nomeado por decreto de [illegible] de corrente do anno proximo passado. Para constar mandou lavrar este termo.

Secretaria da Relação do Rio de Janeiro 19 de Janeiro de 1877.

Francisco Pedro Pinto

*Prestei juramento e entrei hoje no exercicio do cargo de* [21v]
*[Presidente*
*do Tribunal da Relação d'esta Provincia para o qual fui*
*[nomeado*
*por decreto de 28 de Julho de 1875. Para constar passei a presente declaração.*

***Anselmo Francisco Peretti***

*Nesta data (15 de Janeiro de 1878)*
*tomei posse e entrei no effectivo exercicio do cargo de Desembargador desta Relação do Recife, para onde fui removido por Decreto de 24 de Novembro do anno proximo findo, de conformidade com o artigo 2°,*
*§ 2° do Decreto 2342 de 6 de Agosto de 1873,*
*e o fiz sob o mesmo juramento ja prestado, e os que alludo no termo que escrevi á folha 20 verso deste livro.*

***Silverio Fernandes de Araujo Jorge.***

*Nesta data prestei juramento e tomei posse do logar de Dezembargador da Relação desta provincia para o qual fui nomeado por Decreto de 22 de Dezembro do ano proximo passado. Para constar escrevi este termo. Tribunal da Relação do Recife, aos 19 de Fevereiro de 1878.*

***Francisco de Assis Oliveira Ma[ci]el.***

22
Osorio

*Nesta data prestei juramento e entrei em exercicio do lugar de Desembargador da Relação desta Provincia, para o qual fui nomeado por Decreto de 1° de Fevereiro do mesmo anno. Para constar escrevi este termo. Tribunal da Relação do Recife, 1° de Março de 1878.*

***Antonio Carneiro de Campos.***

*Prestei juramento e entrei hoje no exercicio do cargo de Presidente do Tribunal da Relação d'esta Provincia para o qual fui nomeado por Decreto de 23 de Fevereiro de 1878. Para constar passei a presente declaração. Recife 12 de Março de 1878*

***Jose Felippe de Sousa Leão***

*Nesta data prestei juramento e tomei posse do cargo de Desembargador da Relação do Recife para o qual fui removido por Decreto de 25 de Maio do corrente anno (1878), e para constar escrevi este termo e assigno. Tribunal da Relação do Recife 25 de Junho 1878*

***Quintino Jose de Miranda***

Nesta data prestei juramento e entrei em exercicio de lugar de Desembargador da Relação desta provincia, para o qual fui nomeado por Decreto de 1º de Fev. do corr. anno. Para constar mandei este termo. Tribunal da Relação da Bahia, 1º de Março de 1878

Antonio Correia Cabral Pires

Prestei juramento e entrei hoje no gozo do cargo de Presidente do Tribunal da Relação desta Provincia para o qual fui nomeado por Decreto de 23 de Fevereiro de 1878. Para constar passei a presente declaração. Bahia 1º de Março de 1878.

Dr. Felippe de Souza Leão

Prestou este juramento e entrou em exercicio do lugar de Desembargador da Relação desta Provincia para o qual foi nomeado por Decreto de 25 de Março do corrente anno fl. 111 do livro respectivo. Tribunal da Relação da Bahia 25 de Junho de 1878

Antonio Joaquim de Oliveira e Silva

Nesta data tomei posse e entrei no exercicio effectivo do cargo de Desembargador desta Relação do Recife, para o qual fui nomeado por Decreto de 2 do corrente.

Recife 22 de Julho de 1878.

[illegible]

Nesta data tomei posse e entrei no exercicio effectivo do cargo de Desembargador desta Relação do Recife, para o qual fui nomeado por Decreto de 25 de Maio proximo passado.

Recife, 6 de Novembro de 1878.

Francisco Gil de Rocha.

Nesta data entrei no exercicio do cargo de Desembargador da Relação do Recife, para o qual fui nomeado por Decreto de 6 de Julho ultimo. Recife 5 de Dezembro de 1878. Philippe Pinto Lobo.

Nesta data prestei juramento e entrei em exercicio do cargo de Desembargador da Relação do Recife, para o qual fui nomeado por Decreto de 2 de Novembro de 1878. Recife 31 de Janeiro de 1879.

João Antero

*Nesta data tomei posse e entrei em ex-* [22v]
*ercício effectivo do cargo de Desembargador*
*desta Relação do Recife para o qual fui*
*removido por Decreto de 2 do corrente.*
*Recife 22 de Setembro de 1878.*

***V[ictorino] do Rego Toscano Barreto***

*Nesta data tomei posse e entrei no exercicio*
*effectivo do cargo de Desembargador desta*
*Relação do Recife, para o qual fui removido*
*por Decreto de 25 de Maio próximo pas-*
*sado.*
*Recife, 6 de Dezembro de 1878*

***Francisco Gonçalves da Rocha***

*Nesta data entrei no exercicio do cargo de Desembargador*
*da Relação do Recife, para o qual fui removi-*
*do por Decreto de 6 de Julho ultimo. Recife,*
*8 de Desembro de 1878.*

***Alexandre Pinto Lobão.***

*Nesta data prestei juramento e*
*entrei em exercicio do cargo de*
*Desembargador da Relação do Recife, pa-*
*ra o qual fui nomeado por*
*Decreto de 2 de Novembro de*
*1878. Recife 31 de Ja-*
*neiro de 1879.*

***João Sertorio***

*Nesta data entrei em exercicio* 23
*do cargo de Desembargador desta Relação* Osorio
*para o qual fui removido. Reci-*
*fe, 9 de Maio de 1879*

***Sebastião Antonio Cardoso***

*\quem dirá ser esse nome Sebastião Cardoso ?!!/*

*Nesta dacta entrei no exercicio*
*do cargo de Desembargador desta Relação para*
*o qual fui removido por Decreto de*
*18 de Outubro do anno próximo passado.*
*Recife 7 de Janeiro de 1880.*

**[Antonio] *Buarque de Lima***

*Nesta data de vinte nove de Abril do corrente anno, prestei juramento e entrei em exercicio do cargo de Dezembargador da Relação desta cidade do Reciffe, para o qual fui nomeado por Decreto de vinte cinco de Março proximo passado. Reciffe 29 de Abril de 1881.*

***Antonio Joaquim Buarque de Nazaret.***

*Nomeado por Decreto de 4 de Março do*
*corrente anno (1882) para o cargo de*
*Presidente do Tribunal da Relaçam do Recife*
*declaro que na presente data prestei o*
*juramento, entrando logo no exercicio*
*deste lugar.*
*Recife 31 de Março 1882.*

***Quintino Jose de Miranda***

Nesta data entrou em exercício do cargo de Juiz de Direito desta Villa de [illegible], para o qual foi nomeado. Rio de [illegible], 7 de Maio de 1879.

[illegible]

Juramentado em 11 de Março de 1880 Sebastião Cardoso [illegible]

Nesta data entrei em exercício do Cargo de Juiz de Direito desta Relação [illegible] e fui nomeado por Decreto de 18 de Março do anno proximo passado. Recife 4 de Junho de 1880

Joaquim de Lima

Nesta data de vinte nove de Abril do corrente anno prestei juramento e entrei em exercicio do Cargo de Procurador da Relação desta Cidade do Recife, para o qual fui nomeado por Decreto de vinte cinco de Março proximo findo. Recife 29 de Abril de 1881.

Antonio Joaquim Nunes de Nazareth

Nomeado por Decreto de 4 de Março do corrente anno (1882) para servir o Cargo de Presidente do Tribunal da Relação do Recife declaro que na presente data prestei juramento e entrei no exercicio deste lugar.

Recife 21 de Março de 1882.

Antonio José de Barros

Removido da Relação de S. Luiz para esta do Recife por Decreto de 3 de abril findo, assumi o exercicio hoje 24 do citado. Recife 6 de Junho de 1882.

José Paulo Monteiro de Barros

Removido da Relação de Belem para esta do Recife por Decreto de 3 de agosto do corrente anno, e assumi o exercicio a 19 do corrente mez. Recife 21 de agosto de 1882.

Servulo Campello Pires Ferreira

---

Achando-se o presente livro estado de não mais guerrar-se aos misteres declarado no termo de abertura, mandei que, depois de rejeitado em cartorio, fosse archivado e devidamente encadernado em brochura e tambem dado a guarda deste no livro de fls 1 á fls 201, contendo no. deste termo

*Removido da Relação de São Luis para esta do* [23v]
*Recife, por Decreto de 8 de Abril ja*
*findo, assumi o exercicio hoje dia 29*
*de Maio. Recife 6 de Junho*
*de 1882.*

***João Paulo Monteiro d' Andrade***

*Removido da Relação de Belem para*
*esta do Recife por Decreto de 3 de*
*agosto do corrente anno, e assumi o*
*exercicio a 19 do corrente mez. Re-*
*cife 21 de agosto de 1882.*

***Gervasio Campello Pires Ferreira***

---

*Achando-se o presente livro* [em] *estado*
*de não mais prestar-se ao mister*
*declarado no termo de abertura, man-*
*dei que, depois de reparado como está,*
*fosse archivado e devidamente en*[cerrado]
*ficando em branco e também* [guar-]
*dado a parte deste mesmo livro de folha 31*
*a folhas 201, contendo no* [fim] *deste o termo*

*de encerramento*, e ditas folhas rubri-*
*cadas com firma = Osorio = que u-*
*sava o Excelentissimo Chanceller*
*interino Antonio José Osorio de Pi-*
*na Leitão, Ministro que determi-*
*nou a serventia deste livro; do que*
*para tudo constar fiz lavrar o pre-*
*sente termo, que vae por-mim as-*
*signado. Tribunal da Relação*
*do Recife 31 de Dezembro de*
*1882. Eu Virgilio de Gusmão*
*C[oelh]o, Secretario da Relação*
*O escrevi*

***Quintino Jose de Miranda***
*Presidente da Relação*

*24*
*Osorio*

** O termo de encerramento, se existia, não foi recuperado quando o livro foi restaurado.*

de encerramento, e ditas folhas rubri-
cadas com a minha = Assinado = que se-
rava o Excellentissimo Chanceller
interino Antonio José Assis de Pi-
nto Leitão, Ministro que determi-
-nou a serventia deste livro; do que
para tudo constar fiz lavrar o pre-
sente termo, que vai por mim as-
signado. Tribunal da Relação
do Recife, 31 de Dezembro de
1889. Eu Virgilio de Queiroz
Lins, secretario da Relação
o escrevi.

Chanceller interino
Presidente da Relação

# Notas Biográficas

## *1 - ANTONIO JOSÉ OSÓRIO DE PINA LEITÃO*

Nascido em Pinhel, Portugal, em 12 de março de 1762, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, vindo para o Brasil em 1808, na comitiva da família real. No mesmo ano, por Decreto Régio de 13 de maio, foi nomeado para o Tribunal da Relação da Bahia, onde trabalhou até ser aposentado (06/03/1818). Em 6 de fevereiro de 1821, quando da criação do Tribunal da Relação de Pernambuco, voltaria à ativa, sendo nomeado desembargador, e, como chanceler interino, ante a ausência do efetivo Lucas Antonio Monteiro de Barros, presidiu a sessão de instalação, realizada somente um ano e meio depois (13/08/1822). Proclamada a independência do Brasil, adotou a nacionalidade brasileira. No Tribunal da Relação, serviu ainda como juiz dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco. Homem de letras, escreveu poesias, como *Elegia* (sobre a morte de Dom José, príncipe do Brasil) e *Afonsíada* (poema heróico acerca do rei Dom Afonso Henriques e a fundação da monarquia em Portugal), além de outras obras. Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de março de 1825.

## *2 - EUSÉBIO DE QUEIRÓS COUTINHO DA SILVA*

Nasceu em São Paulo de Assunção (atual Luanda), Angola, em 25 de março de 1781. Formando-se bacharel em 1803, pela Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, dois anos depois foi nomeado juiz de fora de Benguela, pelo príncipe regente Dom João. Chegou ao Brasil em março de 1816, sendo nomeado, sucessivamente, para os cargos de ouvidor (06/02/1818) e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (20/04/1818), ambos da comarca de Serro Frio, Minas Gerais. Em seguida, por resolução de Dom João VI, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia (15/05/1818). Nomeado para a Relação de Pernambuco, na mesma data da criação desta (06/02/1821), ocupou as funções de procurador da Coroa e Real Fazenda e de 2º agravista, onde serviu até 1824, quando saiu sua nomeação como desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, na Corte (01/12/1824). Em 1827 voltaria à Relação da Bahia, para onde fora nomeado por decreto, vindo a exercer o cargo de chanceler (06/10/1827), sendo, em seguida, nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço (06/11/1827). Criado e instalado o Supremo Tribunal de Justiça, foi nomeado (19/10/1828) e empossado (09/01/1829) como ministro daquele órgão. Enquanto atuava como

desembargador da Relação de Pernambuco, foi agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de Cristo (24/06/1822) e participou das Cortes Portuguesas, como deputado eleito por Angola (1822). Exerceu diversos outros cargos na esfera jurídica, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1842.

### *3 - BERNARDO JOSÉ DA GAMA (Visconde de Goiana)*

Nascido no Recife, em 20 de outubro de 1782, completou seus estudos em Direito na Universidade de Coimbra (16/07/1806), voltando para o Brasil em 1808, na mesma esquadra que trazia a família real. Nesse mesmo ano, foi nomeado juiz de fora e procurador da Real Fazenda, no Maranhão, onde foi membro do governo provisório que substituiu Dom José Thomaz de Menezes, que abandonara o governo (24/05 a 29/11/1811). Por pressões políticas, em 1812 foi demitido do cargo de juiz de fora, apenas voltando à carreira pública em 1815, quando foi nomeado ouvidor da comarca de Sabará (MG), cargo que ocupou até 1818. Com o advento da chamada *Revolução Pernambucana*, em 1817, e sendo natural desta terra, achou-se prudente transferi-lo para Portugal (06/02/1818), para exercer o cargo de corregedor do crime do Bairro da Rua Nova de Lisboa. Criado o Tribunal da Relação de Pernambuco, foi nomeado desembargador ordinário (04/04/1821), tomando posse no ano seguinte (13/08/1822). Com a proclamação da Independência, e a instabilidade política nas províncias, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro – ou talvez o próprio Imperador Regente escolheu o desembargador Bernardo da Gama como articulador político junto à província de Pernambuco, buscando a adesão desta à convocação de uma Assembléia Geral Constituinte. Em sua missão política, envolveu-se no processo de dissolução da Junta de Governo liderada por Gervásio Pires Ferreira (17/09/1822) – tido como "avesso à causa do Brasil" por não apoiar o Príncipe Regente -, garantindo a formação de nova junta em consonância com os interesses do poder central. No ano seguinte, participaria da Assembléia Nacional Constituinte como deputado eleito por Pernambuco (17/04 a 12/11/1823), quando as atividades foram bruscamente interrompidas com a dissolução da Constituinte por decreto do Imperador. Sua volta a Pernambuco, em 23 de março de 1824, coincidiu com a revolta local contra a indicação de Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, para o governo provincial, à revelia dos da terra, que haviam elegido Manuel de Carvalho Paes de Andrade para presidir a nova Junta de Governo provisório. Mesmo a posterior indicação, por parte do Imperador, de um terceiro nome – José Carlos Mayrinck da Silva Ferrão – para ocupar o cargo de Presidente provincial, não evitou o desenrolar dos protestos. Em conseqüência, Bernardo da Gama, contrário à revolta e sabidamente partidário do Imperador, foi preso por ordem de Paes de Andrade e enviado para a Bahia, onde, por nomeação do ministro da Justiça, passou a exercer suas atividades no Tribunal da Relação baiano (14/06/1824). Pernambuco, sua terra natal, encontrava-se em plena conturbação política que resultaria na eclosão da *Confederação do Equador*, proclamada em 2 de julho do mesmo ano, sob as lideranças do próprio Paes

de Andrade e do frei Joaquim do Amor Divino Caneca, dentre outros, estando ainda vivas as idéias de 1817. Nos anos seguintes, Bernardo da Gama exerceu vários cargos públicos, como: regedor interino da Casa da Suplicação; ministro do Império; deputado, pelo Pará, na Assembléia Geral Legislativa e, mais tarde, deputado suplente por Pernambuco; presidente da província do Pará; inspetor da Caixa de Amortização da Corte (até 1849); e diretor da Academia Jurídica de Olinda (1850). Em 1830, foi agraciado por Dom Pedro I com o título de visconde de Goiana. Faleceu no Recife, em 3 de agosto de 1854.

### *4 - JOÃO FERREIRA SARMENTO PIMENTEL*

Nascido na freguesia de São Nicolau de Carrazedo, Portugal, em 23 de junho de 1781, estudou na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em Leis (30/06/1802) e veio a se formar (16/06/1803). Nomeado ouvidor da comarca de Sabará (17/05/1821), lá permaneceu por cerca de um ano, quando se deu a criação e posterior instalação do Tribunal da Relação de Pernambuco, para onde foi transferido por Decreto Régio (13/05/1822), vindo a ocupar os cargos de desembargador ordinário, ouvidor geral do crime e 4º agravista. Após tomar posse (13/08/1822), trabalhou pouco tempo na Relação, uma vez que, nesse mesmo ano, a Junta do Governo Provisório da província determinara que os portugueses, para permanecerem no país, deveriam prestar juramento à causa da Independência do Brasil. Diante disso, e não sendo adepto de dita causa, resolveu abandonar o cargo e pedir seu passaporte para retornar a Portugal, mediante ofício encaminhado à referida junta provisória, com data de 4 de outubro do mesmo ano.

### *5 - JOÃO EVANGELISTA DE FARIA LOBATO*

Nascido em Vila Rica, Minas Gerais, no ano de 1763, estudou Leis na Universidade de Coimbra, formando-se bacharel (18/06/1788). Por indicação do marquês de Barbacena, governador da província de Minas Gerais, assumiu o cargo de tesoureiro pagador geral das tropas. Ainda em Minas, ocupou os cargos de juiz de fora de Paracatu e de Serro Frio, e ouvidor das comarcas do Rio das Mortes e de São João d'El Rei. Posteriormente, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, cargo que ocupou até ser transferido por Decreto Régio (06/02/1821) para a recém-criada Relação de Pernambuco, onde foi empossado no ano seguinte (13/08/1822). Eleito deputado à Constituinte de 1823, participou dos trabalhos até a sua dissolução, em 12 de novembro do mesmo ano. Em 1826 representou Minas Gerais no Senado do Império, mediante nomeação de Dom Pedro I. Agraciado com o título de comendador da Ordem de Cristo, foi ativo participante do processo de independência. Faleceu em 25 de junho de 1846, aos 83 anos de idade.

## *6 - FRANCISCO AFONSO FERREIRA*

Nascido em Pernambuco, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 23 de julho de 1799. Até assumir o Tribunal da Relação de Pernambuco, fora nomeado para diversos cargos públicos, como: juiz de fora de Portugal; ouvidor do Ceará (15/07/1806); membro da Junta de Governo interino do Ceará, ao lado do Pe. José Pereira de Castro e do tenente Francisco Xavier Torres (16/02/1807 a 21/06/1808); ouvidor de Pernambuco, durante a *Revolução Pernambucana* (1817); e desembargador do Tribunal da Relação da Bahia. Criada a Relação de Pernambuco, foi para lá nomeado por Carta Régia, onde tomou posse e entrou em exercício (27/08/1822). Após a eclosão da *Confederação do Equador* (02/07/1824), foi transferido para a Casa da Suplicação, assumindo no mesmo ano, como desembargador agravista (23/09/1824).

## *7 - LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS (Visconde de Congonhas do Campo)*

Natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, comarca de Vila Rica, Minas Gerais, nasceu em 18 de outubro de 1765. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra (14/06/1787), iniciou sua carreira como juiz de fora, no Arquipélago dos Açores, Portugal (1792). Voltando ao Brasil, antes de criada a Relação de Pernambuco, ocupou diversos cargos da magistratura: juiz do crime da Bahia (1798), ouvidor da comarca de Vila Rica, Minas Gerais, e desembargador da Relação da Bahia, exercidos cumulativamente (1808); intendente do ouro da Corte (1812) e desembargador da Casa da Suplicação (1814), também exercidos cumulativamente; superintendente-geral dos contrabandos (12/10/1819) e juiz conservador da Companhia de Vinhos do Alto d'Ouro (21/10/1819). Nomeado por Decreto Régio para o recém-criado Tribunal da Relação de Pernambuco (06/02/1821), somente no ano seguinte – exatamente no dia da proclamação da Independência – é que assumiu o seu cargo de chanceler, até então exercido interinamente pelo desembargador Antonio José Osório de Pina Leitão. Ainda no ano de 1821, foi nomeado desembargador do Paço, mediante Decreto de 26 de março. Na política, ocupou os seguintes postos: deputado eleito por Minas Gerais para as Cortes Portuguesas (1821-1822) e para a Constituinte de 1823; primeiro presidente da província de São Paulo (Abril/1824 a Abril/1827); e senador nomeado, representando São Paulo (1826). Terminou sua carreira jurídica como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, onde atuou por cerca de 13 anos (1829-1842), dos quais dez como presidente, até se aposentar. Ao longo de sua carreira pública recebeu os títulos de comendador da Ordem de Cristo; oficial da Ordem da Rosa; barão (1825) e visconde (1826) de Congonhas do Campo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1851.

### *8 - ADRIANO JOSÉ LEAL*

Batizado em Salvador (BA), na freguesia do Pilar (13/04/1793), formou-se bacharel em leis pela Universidade de Coimbra (06/06/1817). Começou cedo sua carreira jurídica, sendo nomeado juiz de fora da vila de Fortaleza (13/05/1819), onde ocupou interinamente o cargo de ouvidor. Ainda na mesma vila, exerceu o cargo de provedor da fazenda de defuntos e ausentes, resíduos e capelas, para o qual fora nomeado no mesmo ano (16/06/1819). Na província do Ceará, foi por duas vezes membro da Junta de Governo Provisório: em 1820, com a saída de Manoel Inácio de Sampaio e Pina Freire para o governo da província de Goiás; e em 1821, com a renúncia do capitão-de-mar-e-guerra Francisco Rubim. Pouco tempo depois foi nomeado, por Carta Imperial, desembargador da Relação de Pernambuco (16/06/1823), onde tomou posse no mesmo ano (20/09/1823). Nesse Tribunal atuou por menos de cinco anos, pois foi transferido por Decreto para a Relação da Bahia (12/10/1827), onde assumiu no início do ano seguinte. Encerrou sua carreira na magistratura como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, onde foi aposentado por decreto (09/10/1847). Foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo e do Conselho de Sua Majestade Imperial. Faleceu em 1854, na província da Bahia.

### *9 - TOMÁS ANTONIO MACIEL MONTEIRO (Barão de Itamaracá)*

Nasceu na vila do Recife em 13 de junho de 1785, bachare-lando-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (12/11/1808). Foi nomeado para diversos cargos antes de vir para a Relação de Pernambuco: juiz de fora (13/05/1811) e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (05/07/1811), ambos na vila de Goiana (PE); juiz de fora (17/12/1813) e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (20/11/1817), ambos da Paraíba; procurador da Coroa e Fazenda da Junta de Fazenda da capitania da Paraíba (05/10/1818); ouvidor da comarca do Sertão de Pernambuco (16/12/1819); e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (07/01/1820) dessa comarca. Nomeado para a Relação de Pernambuco, tomou posse em 28 de outubro de 1823, ficando sem efeito sua nomeação anterior. Posteriormente, foi nomeado desembargador ordinário da Casa da Suplicação, permanecendo com exercício na Relação de Pernambuco (18/10/1830). Nessa Relação, assumiria as funções de chanceler e, em seguida, de presidente (08/05/1832), após a extinção da chancelaria. Da Relação de Pernambuco foi transferido para o Supremo Tribunal de Justiça (16/12/1842), onde veio a se aposentar (20/02/1847). Foi o primeiro presidente da Assembléia Provincial de Pernambuco, e representou a província como deputado na 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa (1826-1829). Em outubro de 1840, na condição de 2º vice-presidente, assumiu o governo de sua província natal. Foi agraciado com os títulos de comendador da Ordem de Cristo (03/05/1819); fidalgo cavaleiro (04/05/1829); conselheiro de Sua Majestade Imperial (18/07/1841); e barão de Itamaracá (11/09/1843). Faleceu em Pernambuco, em 24 de novembro de 1847.

## *10 - ANDRÉ ALVES PEREIRA RIBEIRO E CIRNE*

Nascido na freguesia da Candelária, cidade do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1763, bacharelou-se (07/06/1796) e formou-se em Leis (07/07/1797) pela Universidade de Coimbra, iniciando sua carreira como juiz de fora de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, província do Minho, Portugal. Voltou para o Brasil na comitiva da Família Real (1808), sendo nomeado, sucessivamente, para os seguintes cargos: ouvidor da comarca da Paraíba (12/10/1810); membro da Junta de Governo da capitania da Paraíba, formada após a morte do governador Antonio Caetano Pereira (dezembro/1815), ao lado do tenente-coronel ajudante de ordens Francisco José de Silveira e do vereador Manoel José Coelho; e desembargador da Casa da Suplicação (1822). Passou para a Relação de Pernambuco dois anos depois (04/04/1824), assumindo como chanceler e governador do tribunal, no lugar de Lucas Antonio Monteiro de Barros (22/12/1824). Encerrou sua carreira como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, onde assumiu menos de cinco anos depois (05/05/1829). Recebeu os títulos de fidalgo cavaleiro, conselheiro de Sua Majestade e comendador da Imperial Ordem da Rosa. Faleceu em sua cidade natal, em 5 de dezembro de 1850.

## *11 - LUÍS FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE*

Batizado na freguesia de Santo Antonio do Cabo (PE), em 2 de maio de 1799, concluiu seu bacharelado em Leis (02/06/1820) e formou-se (13/07/1822) pela Universidade de Coimbra. Antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (19/10/1824), assumiu os cargos de juiz de fora da vila de Aracati (CE) e de ouvidor da Comarca do Ceará (15/03/1824). Como jurista, escreveu *Memórias* (sobre a administração judiciária) e *Emendas* (sobre o regimento das Relações). Foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo. Na carreira política, destacou-se como parlamentar por Pernambuco em três legislaturas da Assembléia Geral Legislativa, cuja atuação foi interrompida bruscamente com seu falecimento, em maio de 1838.

## *12 - JOSÉ MARIA MONTEIRO DE BARROS*

Batizado na Bahia (08/08/1798), realizou seus estudos acadêmicos na Universidade de Coimbra, onde concluiu o bacharelado (17/06/1820) e se formou em Leis (20/06/1821). Em sua carreira jurídica, consta haver exercido o cargo de juiz de fora na Ilha Grande e Parati (RJ), após o que foi nomeado desembargador para a Relação da Bahia, com exercício também na Relação de Pernambuco (1824). Após tomar posse nessa Relação (05/03/1825), atuou como ouvidor-geral do crime e provedor da Coroa e Fazenda Nacional. Em Pernambuco permaneceu por quatro anos, quando foi transferido por decreto para a Relação da Bahia (18/10/1829) e, posteriormente, para a Casa da Suplicação (30/08/1831). Encerrou sua carreira na Relação do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1836.

### *13 - FRANCISCO JOSÉ DE FARIA BARBOSA*

Natural de Pernambuco, nasceu em 27 de setembro de 1780, concluindo o curso de bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (18/06/1808). Por Carta Imperial foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Relação de Pernambuco (01/03/1825), onde atuou como ouvidor-geral do crime. Na política, representou Pernambuco como deputado na 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa, na vaga deixada pelo recém-nomeado senador Antonio José Duarte de Araújo Gondim (1826). Faleceu em 22 de janeiro de 1833.

### *14 - CAETANO XAVIER PEREIRA DE BRITO*

Pernambucano do Recife, nasceu em 8 de agosto de 1793. Estudando Leis em Portugal, concluiu o bacharelado na Universidade de Coimbra (14/05/1817). Antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (06/12/1824), foi juiz de fora de Porto Alegre (RS). Assumindo como desembargador da Relação de Pernambuco (07/06/1825), exerceu a função de procurador da Coroa e da Fazenda Nacional. Elegeu-se deputado na 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa, representando a província do Rio Grande do Sul (1826), mas sua carreira política foi bruscamente interrompida pela sua morte, em 1829.

### *15 - MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO MASCARENHAS*

Nascido em 1788, na vila de Santo Amaro da Purificação, Bahia, concluiu sua graduação em leis na Universidade de Coimbra (23/06/1819). Sua carreira na magistratura se iniciou com sua nomeação para a comarca de Rio das Contas (BA), como juiz de fora (24/06/1820) e, em seguida, como provedor dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (22/08/1820). Posteriormente, foi nomeado para o cargo de ouvidor da comarca de Ilhéus, Bahia (19/07/1823), que ocupou por cerca de um ano, quando saiu sua nomeação para o Tribunal da Relação de Pernambuco (06/10/1824). Tomando posse nesse tribunal (10/09/1825), aí permaneceu até sua transferência para a Relação da Bahia (22/08/1829). Encerrou sua carreira como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, para onde foi nomeado, em 15 de dezembro de 1850, em vista do falecimento do seu ex-colega de Tribunal André Alves Pereira Ribeira e Cirne. Faleceu três anos depois, no dia 7 de dezembro, no Rio de Janeiro.

### *16 - ANTONIO DE AZEVEDO MELO E CARVALHO*

Nascido em Penafiel, Portugal, em 14 de maio de 1795, formou-se em Direito em 1817, chegando ao Brasil dois anos depois. No Brasil, antes de sua nomeação para a Relação de Pernambuco (09/12/1824), foi nomeado para os cargos de juiz de fora da vila de Paranaguá (1821) e de desembargador da Relação do Maranhão (12/10/1824). Após tomar posse em Pernambuco (27/09/1825), participou dessa Relação por mais de cinco anos, tendo saído decreto transferindo-o para a Relação

da Bahia (12/10/1827), mas novo decreto tornou aquele sem efeito (06/11/1827). Aposentado em 1833, por decreto do Governo Regencial, decidiu voltar para Portugal, onde ocupou ainda muitos cargos públicos: ouvidor da alfândega (1833); juiz do Tribunal da Relação de Lisboa (1834) e, posteriormente, presidente deste Tribunal (1839-1844); conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1847-1862); além de deputado e senador em algumas ocasiões. Foi agraciado com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, era comendador de Nossa Senhora da Conceição e cavaleiro da Ordem de Cristo, além de alcançar a condição de Par do Reino (17/05/1861). Com sérios problemas de saúde, faleceu em 20 de fevereiro de 1862, após mais de quarenta anos de carreira jurídica.

### *17 - ANTONIO MANUEL DA ROSA MALHEIRO*

Nascido na comarca de Vila Real, Portugal, em 11 de fevereiro de 1791, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (31/05/1817). Atuou como juiz de fora das vilas de Ilha Grande e Parati (RJ) e como ouvidor da comarca do Rio Grande do Sul, antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (1826). Em Pernambuco, assumiu seu cargo no mesmo ano (20/06/1826), exercendo as funções de ouvidor geral do crime e juiz dos feitos da Fazenda. Após treze anos na Relação, foi aposentado por decreto (18/03/1839), decidindo, então, voltar ao seu país de origem.

### *18 - GREGÓRIO DA COSTA LIMA BELMONT*

Nascido na Bahia, em 12 de fevereiro de 1798, completou seus estudos superiores e formou-se em Leis na Universidade de Coimbra (30/06/1824). Recém-formado, foi nomeado para o cargo de juiz de fora de Santos (SP), em 1825, onde permaneceu até sair sua nomeação para a Relação de Pernambuco (16/11/1826), onde tomou posse no ano seguinte (19/05/1827). Sua carreira nessa Relação foi bastante longa – mais de 16 anos - , só sendo interrompida por um decreto Imperial de Dom Pedro II, que determinou sua aposentadoria (05/08/1843). Diante disso, solicitou por escrito ao presidente da província, o barão da Boa Vista, que intercedesse por ele junto à Sua Majestade, argumentando, inclusive, a inconstitucionalidade da medida. Seu pedido surtiu efeito e, sete anos depois, voltava à magistratura como desembargador da Relação do Maranhão (09/04/1850).

### *19 - JOSÉ LIBÂNIO DE SOUZA*

Nascido na freguesia de São Pedro, Bahia, no dia 6 de setembro de 1797, concluiu seus estudos em Leis pela Universidade de Coimbra (06/07/1820). Iniciou sua carreira na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes (ES), como juiz de fora (22/12/1821), assumindo, em seguida, o cargo de ouvidor da referida comarca do Espírito Santo. Nomeado para a Relação de Pernambuco (16/11/1826), aí tomou posse no ano seguinte (16/06/1827). Seu início nesse Tribunal foi conturbado em conseqüência de sua atuação como ouvidor no Espírito Santo,

sendo suspenso por decreto (01/07/1828), em virtude de haver feito nomeação para juiz de órfãos sem cumprir as formalidades que a lei exigia. Voltando à ativa (25/09/1830), atuou na Relação por mais treze anos, até ser aposentado, repentinamente, por decreto (05/08/1843). Mesmo em situação semelhante à de seu colega Gregório Belmont, não teve forças, como este, para reagir e faleceu no mesmo mês (27/08/1843).

### *20 - CÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA (Marquês de Sapucaí)*

Nascido em 15 de setembro de 1793, na cidade de Congonhas do Sabará (MG), bacharelou-se em Leis na Universidade de Coimbra (09/06/1821). Voltando ao Brasil, foi nomeado para atuar em Minas Gerais, como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas de Sabará (novembro/1821) e, em seguida, como juiz de fora de Mariana (19/12/1821) e, no ano seguinte, como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas dessa cidade. Nomeado para a Relação de Pernambuco (12/10/1826), apenas tomou posse por procurador (01/09/1827), não chegando a ter exercício nessa casa, uma vez que, no dia seguinte, seria nomeado pelo Governo Imperial para presidir a província de Alagoas (13/10/1826) e, posteriormente, a do Maranhão (17/09/1828). Voltaria à carreira jurídica quatro anos depois, com sua nomeação para compor a Relação da Bahia. Deve-se ressaltar, na verdade, que sua atuação como magistrado foi sempre entremeada pela participação em cargos políticos, como: deputado por Minas Gerais, na Assembléia Nacional Constituinte (1823), bem como nas quatro primeiras legislaturas da Assembléia Geral Legislativa (1826-1839), também representando Minas; ministro de Estado da Justiça e da Fazenda (Gabinete de 03/09/1832) e da pasta do Império (Gabinete de 23/03/1841); senador nomeado por Minas Gerais (1840-1875) e conselheiro de Estado extraordinário (1850) e ordinário (1859). Paralelamente, foi nomeado, por decreto, ministro do Supremo Tribunal de Justiça (25/10/1849), onde viria a se aposentar no ano seguinte. Demonstrando sua capacidade e influência, foi nomeado mestre de literatura e ciências positivas de Dom Pedro II e suas irmãs, bem como, posteriormente, foi mestre das princesas Leopoldina e Isabel. Foi homenageado, ao longo de sua vida pública, com diversos títulos honoríficos: cavaleiro da Ordem de Cristo (12/10/1826), oficial da Ordem do Cruzeiro (23/10/1829), conselheiro (29/01/1833), dignitário da Ordem do Cruzeiro (14/03/1860), visconde com grandeza (02/12/1854) e marquês de Sapucaí (15/10/1872); bem como recebeu a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada (Portugal) e das Ordens de São Januário (Nápoles) e Ernestina (Casa Ducal da Saxônia). Por fim, consta ainda de sua intensa carreira pública a participação na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão que presidiu por mais de três décadas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1875.

## *21 - JOAQUIM JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELOS (Visconde de Monserrate)*

Natural da ilha de Santo Antonio, Bahia, nasceu em 4 de setembro de 1788. Seguiu seus estudos superiores em Portugal, concluindo o bacharelado em Direito na Universidade de Coimbra (21/05/1817). Começou a carreira jurídica dois anos após se formar, com sua nomeação como juiz de fora das vilas de Santo Amaro da Purificação e São Francisco, na Bahia (13/05/1819), passando a atuar no mesmo ano como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas das mesmas vilas (16/06/1819). Passados seis anos na Bahia, foi nomeado por decreto para a Relação de Pernambuco, com exercício na da Bahia (25/09/1826), onde tomou posse por procurador (11/09/1827). Posteriormente, passaria a atuar somente na Relação da Bahia, conforme portaria do Ministério da Justiça (14/03/1833), onde viria a ser presidente por duas ocasiões (1848 e 1851). Encerrou sua carreira como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, ali trabalhando por 24 anos (1854-1878). No Supremo destacou-se por se recusar a cumprir decretos do Governo Imperial (30/12/1863) que aposentavam - a bem do serviço público – quatro membros desse órgão, o qual presidia, pedindo, em razão disso, imediata exoneração do cargo. Seu substituto nomeado para a presidência do STJ, conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, assumiu o ônus e cumpriu o que fora determinado. Na esfera política, participou na Bahia da Junta Provisória que governou a província após a saída das tropas portuguesas, em plena guerra da independência (02/07/1823). Posteriormente, foi nomeado pelo Governo Imperial para assumir os governos das províncias de Pernambuco (09/12/1829) e da Bahia (13/04/1832, 14/06/1841 e 22/04/1848). Entre seus títulos e condecorações, constam: dignitário das Ordens do Cruzeiro e da Rosa; grã-cruz da Ordem de Cristo; conselheiro de Sua Majestade (1841); veador da Casa Imperial (1855); barão (1861) e visconde (1878) de Monserrate. Com quase cem anos de idade, faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1884.

## *22 - GUSTAVO ADOLFO DE AGUILAR (PANTOJA)*

Nascido em 1798, na cidade de Salvador (BA), estudou na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, onde concluiu seus estudos e formou-se bacharel (13/06/1821). Iniciou sua carreira como juiz de fora da vila de Penedo, Alagoas (1823), sendo nomeado no ano seguinte para assumir a função de ouvidor da comarca do Sertão de Pernambuco. Nomeado para a Relação de Pernambuco (01/10/1827), tomou posse no ano seguinte, onde atuou por cerca de três anos, quando foi suspenso de suas atividades, por determinação do Governo Provincial (11/05/1831).Voltando à ativa, foi transferido para a Relação do Maranhão e, em seguida, nomeado para a Relação do Rio de Janeiro (01/09/1837), encerrando sua carreira jurídica como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, após oito anos de atividades, quando foi forçosamente

aposentado (1863). Foi deputado eleito por Alagoas para a 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa (1826-1829), e, mais tarde, pela província do Ceará (1842). Assumiu as pastas da Justiça, do Império e dos Estrangeiros, como ministro de Estado, por ocasião da Regência Feijó. Recebeu os títulos de conselheiro de Sua Majestade (27/07/1841) e o foro de fidalgo cavaleiro (11/04/1857). Faleceu em 9 de março de 1867, no Rio de Janeiro.

### *23 - JOAQUIM MARCELINO DE BRITO*

Nascido em 2 de junho de 1799, na cidade de Salvador (BA), bacharelou-se em Leis e formou-se pela Universidade de Coimbra (03/06/1822). Recém-formado, iniciou sua carreira como juiz de fora de Fortaleza (1823), ocupando a função de ouvidor-geral de forma interina. Cinco anos depois, assumiu a ouvidoria de Sergipe (1824), onde permaneceu por quatro anos, quando foi nomeado para a Relação de Pernambuco (05/03/1828), tomando posse no mesmo ano e entrando em exercício apenas dezoito meses depois. Pouco tempo passou nessa Relação, pois foi eleito deputado por Sergipe para a Assembléia Geral Legislativa (1830). Concluídos os trabalhos legislativos, passou para a Relação da Bahia (1834). Nessa província, instalou o Tribunal do Comércio, sendo seu primeiro presidente (1855). No mesmo ano foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça, onde foi presidente por quinze anos (1864-1879). Ocupou outros cargos públicos de grande relevância, como: ministro da Justiça (Gabinete de 02/02/1844), e das pastas do Império, Justiça e Fazenda (Gabinete de 02/05/1846); membro da comissão que examinaria o projeto do Código Civil do Império (1865); deputado pelo Ceará, por Sergipe e pela Bahia, sucessivamente, ao longo de diversas legislaturas; e presidente nomeado das províncias de Sergipe (1831-1833) e Pernambuco (1845). Foi homenageado com os seguintes títulos e condecorações: conselheiro de Sua Majestade (07/09/1840), comendador da Ordem de Cristo (18/07/1841), foro de fidalgo cavaleiro (25/09/1856) e a grã-cruz da Ordem de Cristo (17/05/1871). Faleceu em 27 de janeiro de 1879, na cidade do Rio de Janeiro.

### *24 - HENRIQUE VELOSO DE OLIVEIRA*

Natural da cidade do Porto, Portugal, nasceu em 17 de dezembro de 1802. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, voltando ao seu país natal para fazer seu bacharelado em Leis na Universidade de Coimbra (01/07/1824). Antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (1828), ocupou a função de juiz do crime em Santa Rita e Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, bem como a de intendente do ouro. Em Pernambuco, atuou inicialmente com exercício na Relação da Bahia, tomando posse por procuração (10/01/1829). Cinco anos depois, passou a ter exercício na Relação de Pernambuco. Devido a problemas de saúde, foi aposentado a pedido. Começou nova vida, passando a se dedicar ao estudo da Medicina. Recebeu os títulos de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e de cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu no ano de 1867, em Paris, França.

## *25 - MANUEL DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO SOUSA CHICHORRO*

Nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (27/05/1799). Antes de iniciar sua carreira jurídica, foi coronel de cavalaria miliciana e secretário do Governo da Capitania de São Paulo. Posteriormente, assumindo como juiz de fora da vila de Taubaté (SP), conseguiu que se fizesse uma representação a Dom Pedro I, pelas Câmaras de Taubaté, Pindamonhangaba e São Luís, solicitando que o Imperador passasse a ter poder absoluto, como o próprio Chichorro implantou em sua jurisdição. Como conseqüência, foi suspenso e censurado por Sua Majestade, que mais tarde o nomeou desembargador da Relação de Pernambuco (04/10/1828), onde tomaria posse por procurador (10/01/1829). Em seguida, passaria a ter exercício como ouvidor da comarca de Sabará (MG). Encerrou sua carreira jurídica na própria Relação de Pernambuco, sendo aposentado por decreto (1832). Foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo e tinha foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Faleceu em 13 de abril de 1839.

## *26 - ANTONIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS*

Nascido nos Açores, Portugal, em 7 de fevereiro de 1792, bacharelou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (02/06/1821). Nomeado por decreto para atuar como desembargador na Relação de Pernambuco (12/10/1828), tomou posse por procurador (13/01/1829) e nunca efetivou sua participação como membro desse Tribunal, sendo posteriormente nomeado ajudante de intendente geral de policia, na Corte do Rio de Janeiro (11/09/1829). Na política, participou da 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa, representando Minas Gerais; sendo em seguida nomeado senador por essa província (1838), além de haver sido ministro do Conselho Supremo Militar. Foram-lhes concedidos os títulos de fidalgo da Casa Imperial e de cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 16 de novembro de 1841, no Rio de Janeiro, dez anos antes de seu pai, o então ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Lucas Antonio Monteiro de Barros.

## *27 - JOÃO RICARDO DA COSTA DORMUND*

Nascido na Bahia em 7 de fevereiro de 1784, realizou seus estudos superiores em Portugal, formando-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (06/06/1820). Com seis anos de formado, foi nomeado ouvidor da comarca da Paraíba (12/10/1826), onde permaneceu até 1828. Nesse ano sairia sua nomeação para desembargador da Relação de Pernambuco, com exercício na Relação da Bahia, onde tomou posse, por procurador, no ano seguinte (31/01/1829). Participou da 1ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa representando a Bahia, na condição de deputado suplente do Visconde de Pedra Branca, que saíra para cumprir seu mandato de senador (1826). Acerca da data de sua morte não se tem dados precisos, sabendo-se, porém, que seria anterior a 2 de outubro de 1835 – data do Decreto Regencial que determinou o pagamento de pensão anual à sua viúva, Dona Odília Constança.

### *28 - JOÃO FRANCISCO DE BORJA PEREIRA*

Baiano da vila de Cachoeira, nascido em 15 de junho de 1794, concluiu o curso de Direito pela Universidade de Coimbra (07/06/1821). Atuava como ouvidor da comarca do Espírito Santo, quando foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco (1828), onde tomaria posse em janeiro do ano seguinte. Posteriormente, foi transferido para a Relação da Bahia, permanecendo nesse Tribunal até sua demissão por decreto (24/11/1831). Na política, representou Goiás na Assembléia Geral Legislativa.

### *29 - NICOLAU DA SILVA LISBOA*

Natural da Bahia, batizado em 19 de setembro de 1801, na freguesia de São Pedro, realizou seus estudos acadêmicos na Universidade de Coimbra, formando-se em Leis (12/06/1822). Antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco, atuou como juiz do crime dos bairros de São José e da Sé, na Corte – que continuou a exercer, cumulativamente com os trabalhos da Relação – e como juiz de órfãos da Corte e da Bahia. Como desembargador de Pernambuco, com exercício na Bahia, não tomou posse pessoalmente, mas por procuração (07/02/1829). Após dois anos, saiu sua nomeação como desembargador da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação, na Corte (30/08/1831). Posteriormente, passaria a atuar na Relação do Rio de Janeiro, conforme disposição provisória sobre a administração da Justiça Civil. Sua passagem nesse Tribunal foi marcada pelo episódio que resultou em sua suspensão por parte do Governo Regencial, acusado de abuso de jurisdição. Recebeu o título de cavaleiro da Ordem de Cristo. Exerceu a presidência da Relação da Corte até meados de 1856, quando veio a falecer (06/07/1856).

### *30 - CAETANO MARIA LOPES GAMA (Visconde de Maranguape)*

Natural do Recife, onde nasceu em 5 de agosto de 1795, estudou humanidades no Mosteiro de São Bento (Olinda), mas logo desistiu da vida monástica, decidindo estudar Leis na Universidade de Coimbra, onde veio a se formar (25/06/1819). Iniciou sua carreira jurídica como juiz de fora da vila de Penedo, Alagoas (1821), sendo posteriormente nomeado ouvidor da comarca de Alagoas (1822). Passados seis anos, passou a atuar como desembargador nomeado para a Relação de Pernambuco (22/10/1828). Nesse Tribunal, porém, apenas tomou posse por procurador (17/02/1829), não chegando a assumir de fato, pois no mês anterior havia sido transferido para a Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação (22/01/1829). Encerrou sua carreira na magistratura como desembargador da Corte (1847), com honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi nomeado para outros cargos, como: intendente geral de polícia, corregedor do crime e juiz conservador dos ingleses, sempre na Corte; presidente das províncias de Goiás, São Pedro do Rio Grande e Alagoas; ministro de Estado do Império, Justiça e Estrangeiros; deputado representando Alagoas e Goiás na Assembléia Geral Legislativa; e senador do Império pelo Rio de

Janeiro. Foi homenageado com alguns títulos e condecorações: conselheiro de Estado; dignitário da Ordem do Cruzeiro e da Ordem da Rosa; comendador da Ordem de Cristo; grã-cruz da Ordem de São Januário de Nápoles e da Ordem do Medjidié da Turquia; e visconde de Maranguape (1854). Com sérios problemas de saúde, faleceu em 1862, no Rio de Janeiro.

### *31 - FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS*

Nascido na Bahia e batizado em 28 de novembro de 1784, formou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (18/06/1808). Começou sua carreira jurídica acumulando os cargos de juiz de fora e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas, na vila de Cachoeira (BA), para onde fora nomeado por decreto (13/05/1811). Ainda na Bahia, foi nomeado, anos depois, para atuar como desembargador da Relação dessa capitania (13/051819). Passados cinco anos na Relação da Bahia, foi transferido para a Casa da Suplicação (12/10/1824), como desembargador agravista, de onde foi removido para a Relação de Pernambuco (29/10/1828). Nessa casa atuou como chanceler, governando-a até sua nomeação para o Supremo Tribunal de Justiça (22/09/1832). Homenageado com o hábito e a comenda da Ordem de Cristo, o título de conselheiro de Sua Majestade e o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1849.

### *32 - TIBÚRCIO VALERIANO DA SILVA TAVARES*

Nascido na Bahia, foi batizado em 27 de abril de 1801, bacharelando-se em Leis e formando-se pela Universidade de Coimbra (19/07/1823). Um ano após formado, já ocupava o lugar de juiz de fora das vilas de Jaguaribe e Maragogipe (BA), acumulando a provedoria da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas dessas vilas. Ocupava o cargo de juiz conservador das matas de Alagoas, quando foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco (12/10/1827). Atuou nesse Tribunal até ser transferido para a Relação do Maranhão (1835), entrando em exercício somente cinco anos depois (25/04/1840). Estando nessa Relação, chegou a ser aposentado (1843), mas três anos depois voltaria à ativa mediante decreto. Encerrou sua carreira no Supremo Tribunal de Justiça, onde atuou por seis anos (1857-1863), até ser mais uma vez – agora, definitivamente – aposentado por decreto (30/12/1863). Na política, participou da 2ª legislatura da Assembléia Geral, pela província de Alagoas (1830-1833). Recebeu o foro de fidalgo cavaleiro. Faleceu em 17 de julho de 1870, no Rio de Janeiro.

### *33 - JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA RIBEIRO (Visconde de Uberaba)*

Mineiro de Vila Rica (atual Ouro Preto), nascido em 27/11/1792, estudou Leis em Portugal, formando-se pela Universidade de Coimbra (19/06/1821). Como a grande maioria dos magistrados da época, iniciou como juiz de fora sua carreira jurídica, servindo na cidade de São João d'El Rei, de onde transferiu-se para o

Rio de Janeiro, a fim de assumir como juiz do crime dos bairros de São José e da Sé. Nomeado ouvidor da comarca do Rio das Mortes (12/10/1827), foi removido para a Relação de Pernambuco (1828). Nessa casa foi empossado por procuração (20/06/1829), sendo comunicado posteriormente acerca de sua nomeação para o cargo de intendente dos diamantes, devendo fazer "nele o lugar de desembargador desta Relação". Anos depois, não sendo possível conciliar as funções de conselheiro de Estado, que ocupava, com sua elevação à condição de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, terminou sendo aposentado forçosamente por este órgão (1849). Na esfera política, destacou-se nos seguintes postos: deputado às Cortes de Lisboa (sem se efetivar) e por ocasião da Assembléia Geral Legislativa (1824), ambos representando Minas Gerais; senador por São Paulo (1844); e presidente das províncias de São Paulo e Minas Gerais. Foi agraciado com as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, e recebeu os títulos de conselheiro de Estado extraordinário e de visconde de Uberaba, com grandeza (1854). Faleceu em 7 de maio de 1856, no Rio de Janeiro.

### *34 - CÂNDIDO LADISLAU JAPIASSÚ*

Natural da Bahia, nascido em 1799, estudou Cânones e Leis e bacharelou-se pela Universidade de Coimbra (1824). Iniciando como juiz de fora de Porto Alegre, província do Rio Grande, foi posteriormente promovido a desembargador da Relação de Pernambuco, com exercício na ouvidoria da comarca de São Paulo (07/11/1829). Seu nome acabou sendo envolvido como suposto mandante do assassinato do jornalista Líbero Badaró, que lhe tecia constantes críticas por sua atuação em São Paulo. Inicialmente acusado pela população e pronunciado pela justiça, terminou sendo inocentado juntamente com outros dois acusados alemães, restando condenado à forca apenas o também alemão Simão Stok. Transferido posteriormente para a Relação da Bahia, formou-se nessa província doutor em Medicina. Recebeu o título de cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, falecendo em 17 de agosto de 1861, em sua terra natal.

### *35 - ANTONIO JOSÉ FERNANDES VILAR AMAZONAS*

Natural de Belém do Pará, onde foi batizado em 23 de setembro de 1798, estudou Matemática e Filosofia e, posteriormente, formou-se bacharel em Leis, tudo pela Universidade de Coimbra (18/07/1823). Atuava como juiz do crime dos bairros de São José e da Sé, no Rio de Janeiro, quando fora nomeado desembargador da Relação de Pernambuco (1829). Nesse Tribunal, porém, nunca entrou em exercício, apenas sendo empossado por procurador (27/02/1830), permanecendo como juiz do crime na Corte até ser nomeado juiz de direito da comarca do Alto Amazonas (21/05/1833), já em vigor o novo Código do Processo Criminal.

## *36 - JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA*

Baiano de Salvador, nascido em 26 de julho de 1804, formou-se bacharel em Leis na Universidade de Coimbra (10/06/1826). Iniciou sua carreira como juiz do crime dos bairros de Santa Rita e Candelária, na Corte (18/05/1827), para onde foi reconduzido posteriormente (1829). Nesse mesmo ano foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse no ano seguinte, por procurador, sem prejuízo de seu exercício como juiz do crime na Corte. Não chegou a assumir os trabalhos na Relação de Pernambuco, sendo um ano depois nomeado para a Relação da Bahia, onde permaneceu até assumir como ministro do Supremo Tribunal de Justiça (23/05/1858), onde veio a se aposentar mais tarde (1861). Foi suplente de deputado pela Bahia na Assembléia Geral Legislativa, e recebeu os títulos de conselheiro e de cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu em sua terra natal, em 27 de março de 1867.

## *37 - CORNÉLIO FERREIRA FRANÇA*

Natural de Salvador, Bahia, onde nasceu em 19 de março de 1802, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (19/06/1824). Sua carreira jurídica começou em Ouro Preto (MG), como juiz de fora (19/10/1824), ocupando, posteriormente, o cargo de ouvidor na mesma cidade e, em seguida, no Espírito Santo. Nomeado por Decreto para a Relação de Pernambuco (07/04/1830), tomou posse no mesmo ano (14/08/1830), permanecendo nessa casa até sua remoção para a Relação da Bahia (1832), de onde saiu para o Supremo Tribunal de Justiça (1849). Aposentou-se forçosamente em 1864. Participou da Assembléia Geral Legislativa representando a Bahia (1834-1837). Recebeu os títulos de conselheiro de Sua Majestade, de cavaleiro da Ordem de Cristo e de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Faleceu em 6 de junho de 1878, no Rio de Janeiro.

## *38 - FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE*

Natural do Recife, onde nasceu em 31 de outubro de 1795, bacharelou-se em Leis e formou-se pela Universidade de Coimbra (24/05/1820). Atuou como juiz de fora em Pernambuco, ouvidor em São João d'El Rei (MG) e desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação, antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (18/09/1831), onde tomou posse no mesmo ano (13/12/1831). Trabalhou nessa Relação até ser aposentado, em 1842. Participou da Assembléia Geral Legislativa, representando Pernambuco (1826-1838), sendo em seguida nomeado senador do Império. Foi ministro de Estado nas pastas da Justiça e do Império (Gabinete de 16/04/1839), bem como foi presidente da província natal por dois meses (dezembro/1833-janeiro/1834). Pertenceu ao conselho de Sua Majestade e foi comendador da Ordem de Cristo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1868.

### *39 - AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO (Visconde de Sepetiba)*

Natural de Itaipu (RJ), nascido em 21 de julho de 1800, iniciou seus estudos na Academia Militar do Rio de Janeiro, e, posteriormente, graduou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (11/06/1824). Principiou sua carreira jurídica como juiz de fora de São João d'El Rei e ouvidor da comarca de Ouro Preto, de onde partiu para tomar assento na Relação de Pernambuco, para onde fora nomeado por decreto (31/10/1831). Foi empossado nesse Tribunal no ano seguinte (28/01/1832), já com exercício na Casa da Suplicação e também nomeado juiz dos órfãos da Corte (22/11/1831). Posteriormente, assumiu como desembargador na Relação da Corte. Foi ministro de Estado da Justiça, do Império e dos Estrangeiros (1832-1836); foi presidente das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro; representou Minas Gerais e Rio de Janeiro na Assembléia Geral Legislativa; e representou Alagoas no senado do Império (1842). Foi agraciado com vários títulos e condecorações: conselheiro de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa; dignitário da Ordem do Cruzeiro, grã-cruz da Ordem de Leopoldo I, da Bélgica; cavaleiro de Jerusalém e de Malta; e visconde de Sepetiba. Faleceu em Niterói, Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1855.

### *40 - DOMINGOS NUNES RAMOS FERREIRA*

Nascido em 17 de julho de 1791, em Medelin, bispado de Castelo Branco, Portugal, formou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (12/10/1815). Na magistratura iniciou-se como ouvidor da comarca do Rio Negro (1821), de onde saiu por nomeação para a Relação do Maranhão (28/07/1827), onde tomou posse apenas dois anos depois. Transferido do Maranhão para a Relação de Pernambuco (18/01/1832), entrou em exercício efetivo em sua nova casa no ano seguinte (16/11/1833). Faleceu em Recife, em novembro de 1850.

### *41 - MARIANO JOSÉ DE BRITO LIMA*

Carioca do Rio de Janeiro, batizado em 16 de dezembro de 1775, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (30/06/1806). Foi o primeiro ouvidor nomeado para a recém-criada comarca do Rio Grande do Norte (08/07/1819), onde serviu por três anos. Atuava como desembargador na Relação do Rio de Janeiro, quando foi determinado seu exercício na Relação de Pernambuco (25/10/1833), onde tomaria posse no ano seguinte (07/01/1834). Permaneceu nesse Tribunal por seis anos, voltando à Relação da Corte. Encerrou sua carreira na magistratura como desembargador na Relação da Bahia, onde viveu seus últimos dias.

## *42 - JOAQUIM FRANCISCO GONÇALVES PONCE DE LEÃO*

Batizado na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo (BA), em 23 de março de 1800, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (28/05/1824). Iniciou na magistratura como juiz de fora da vila de Cametá, Pará (1825), de onde fora também nomeado provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas (22/03/1825). Posteriormente, serviu como ouvidor interino na capital do Pará, sendo em seguida nomeado ouvidor da capital de Goiás (12/10/1826) e, quatro anos após, ouvidor de Mato Grosso, onde tomou posse somente em 1832. Nomeado para a Relação da Bahia, nessa casa tomou posse por procurador (1831), ficando em exercício na ouvidoria do Mato Grosso. Por ordem do Governo Regencial, restou determinado que ficaria adido à Relação de Pernambuco, como desembargador da Bahia (03/01/1834). Na Relação de Pernambuco, atuou por cerca de dezesseis anos, ocasião em que alcançou o Supremo Tribunal de Justiça (03/10/1850), onde assumiria no ano seguinte. Faleceu em 4 de outubro de 1855, no Rio de Janeiro.

## *43 - FRANCISCO JOSÉ ALVES CARNEIRO*

Carioca de Parati, nascido em 30 de abril de 1792, bacharelou-se em Leis na Universidade de Coimbra (11/06/1817). Iniciou na magistratura em Cabo Frio (RJ), como juiz de fora (12/10/1819); em seguida, foi nomeado provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas daquela cidade (01/03/1820), de onde saiu para assumir como juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro (25/09/1824). Quando exercia cumulativamente, nessa cidade, os cargos de juiz de fora e de juiz do crime interino dos bairros de São José e da Sé, veio a receber suspensão (01/07/1828), em razão de não cumprir as formalidades legais em um caso de despejo. Posteriormente, exerceu o cargo de juiz de fora também nas vilas de Santo Antonio de Sá e Magé, no Rio de Janeiro (1829), sendo em seguida nomeado desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação (14/06/1831). Atuava na Relação da Corte quando foi nomeado para a Relação de Pernambuco (25/10/1833), permanecendo no exercício daquele Tribunal no Rio de Janeiro. Encerrou sua carreira como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, onde tomou posse em maio de 1848. Possuía o foro de fidalgo cavaleiro e o título de conselheiro de Sua Majestade. Faleceu em 19 de setembro de 1857, na Corte onde tanto trabalhou.

## *44 - MANUEL INÁCIO CAVALCANTI DE LACERDA (Barão de Pirapama)*

Natural da freguesia de Santo Antão, Pernambuco, onde nasceu em 6 de setembro de 1799, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (11/06/1820), recebendo o grau de Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas (19/07/1821). Iniciou sua carreira jurídica como juiz de fora, cargo que exerceu em vários locais: nas vilas de Santo Amaro e São Francisco, na Bahia (12/11/1821); na Paraíba do Norte (1822); e no Pará. Em 1826 ingressou na Relação do Maranhão, tomando posse no ano seguinte, de onde seria transferido

para a Relação de Pernambuco, e desta, antes de entrar em exercício, passaria para a Relação do Rio de Janeiro. Encerrou sua carreira no Supremo Tribunal de Justiça, onde atuou por 23 anos até ser aposentado (1877). Representou Pernambuco na Constituinte de 1823; participou da Assembléia Geral Legislativa pelo Maranhão e por Pernambuco; foi senador do Império, representando sua terra natal, onde chegou à presidência do Senado (1854-1860). Foi agraciado com os títulos de conselheiro de Sua Majestade, de oficial da Ordem da Rosa e da Ordem do Cruzeiro, e de barão de Pirapama, com grandeza (1821). Faleceu em Niterói, em 11 de março de 1882.

### *45 - DOM NUNO EUGÊNIO DE LÓSSIO E SEIBLITZ*

Natural do Recife, nascido em 01 de outubro de 1782, formou-se em Filosofia (11/10/1799) e em Leis (02/10/1801) pela Universidade de Coimbra. Iniciou sua carreira na magistratura como juiz de fora em Pernambuco, onde atuou também como provedor da fazenda dos defuntos, ausentes e resíduos. Serviu ainda como ouvidor de São Paulo (1813), sendo nomeado posteriormente desembargador da Relação da Bahia, de onde foi-lhe mandado servir na Relação de Pernambuco (13/08/1825). Nessa Relação apenas tomou posse por procurador (21/01/1836), sem nunca ter participado efetivamente dos trabalhos. Foi o primeiro presidente da província de Alagoas, governando também a província da Bahia por apenas um mês (1827), e representou a província de Alagoas no Senado do Império (1826). Recebeu os títulos de conselheiro de Sua Majestade e de comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 16 de janeiro de 1843, no Rio de Janeiro, aos sessenta anos.

### *46 - JOAQUIM TEIXEIRA PEIXOTO DE ALBUQUERQUE*

Pernambucano da freguesia de Santo Antão, batizado em 23 de novembro de 1797, formou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (06/07/1824). Sua carreira na justiça começou como juiz de fora em Paranaguá (1827) – à época pertencente a São Paulo - , chegando a ocupar, interinamente, o cargo de ouvidor, na mesma comarca (1827-1831). No ano seguinte, assumia a ouvidoria na Paraíba, de onde sairia nomeado para a Relação de Pernambuco (12/12/1839). Nesse Tribunal atuaria até 1849, quando foi removido para a Relação da Bahia, onde viria a ser aposentado forçosamente em 1863. Na política, destacou-se como presidente da província da Paraíba.

### *47 - JOAQUIM JOSÉ DO AMARAL*

Nascido em Escapães, Portugal, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (01/06/1822). No Brasil, iniciou sua carreira jurídica como juiz de fora da vila de Praia Grande (atual Niterói), no Rio de Janeiro, até 14 de agosto de 1826, ocupando em seguida a mesma função em Ouro Preto, Minas Gerais (1827-1831). Passaria no ano seguinte a ocupar a ouvidoria no Espírito Santo, onde

permaneceria por cerca de dois anos, até a extinção do cargo de ouvidor pelo novo Código do Processo Criminal, passando a atuar como juiz de direito da recém-criada comarca de Vitória, no Espírito Santo (02/04/1833). Após seis anos nesse cargo, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco (17/12/1839), onde trabalharia até falecer, em 29 de novembro de 1844.

### *48 - MANUEL ALVES BRANCO (Visconde de Caravelas)*

Natural da Bahia, nascido em 7 de junho de 1797, formou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (16/07/1822). Iniciou sua carreira na magistratura em 1824, como juiz do crime na Bahia. Posteriormente, foi juiz de fora em Cachoeira e, depois, ocupou esse cargo na Corte (1830). Antes de ser nomeado para a Relação de Pernambuco (1839), trabalhou ainda como contador-geral do tesouro (1832). Pouco tempo passou na Relação de Pernambuco, pois mal tomara posse, por procurador (04/02/1840), logo fora removido para a Relação da Corte (11/03/1840). Aposentou-se como desembargador do Rio de Janeiro, quando na condição de conselheiro de Estado (abril/1848). Teve ativa participação no processo de elaboração do Código de Processo Criminal, sendo deputado, ministro e conselheiro de Estado, senador pela Bahia (1837) e primeiro a ser presidente do Conselho de Ministros. Foi agraciado pelo Imperador com o título de 2° visconde de Caravelas, com grandeza. Faleceu em 13 de julho de 1855, na cidade de Niterói.

### *49 - FRANCISCO DE PAULA CERQUEIRA LEITE*

Nascido em Minas Gerais, fez seus estudos acadêmicos na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, onde veio a se formar (11/06/1825). Começou como juiz de fora da vila de Guaratinguetá, São Paulo (12/10/1826), onde também atuou como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas. Posteriormente, foi nomeado juiz de fora da vila da Campanha (18/10/1829) e da cidade de Mariana, em Minas Gerais (13/01/1832). Após as mudanças implementadas pelo novo Código do Processo Criminal, atuou como juiz de direito das comarcas mineiras de Rio Paraibuna e Barbacena, ambas em 1833. Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco (02/12/1839), tendo tomado posse, por procurador, no ano seguinte (06/02/1840), somente entrou efetivamente em exercício quase quatro anos depois (11/11/1843), após vários pedidos de licença. Nessa Relação atuou até 1847, quando foi removido para a Relação do Rio de Janeiro (06/08/1847), onde permaneceu por 16 anos, até ser nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça (01/03/1864). Foi deputado eleito para a Assembléia Geral Legislativa em três legislaturas, sempre representando Minas Gerais. Foi agraciado com o título de conselheiro de Sua Majestade (26/03/1864) e a comenda da Ordem de Cristo (02/12/1854). Faleceu em 16 de setembro de 1871, no Rio de Janeiro.

### *50 - TITO ALEXANDRE CARDOSO DE MELO*

Baiano da freguesia da Sé, nasceu em 18 de novembro de 1796, tendo concluído seu bacharelado em Leis pela Universidade de Coimbra (28/06/1819). Nomeado para o cargo de desembargador da Relação de Pernambuco (02/12/1829), tomou posse apenas por procurador (22/02/1830). Não chegou a entrar em efetivo exercício nessa Relação, sendo removido para a Relação da Bahia (18/02/1841).

### *51 - JOÃO JOAQUIM DA SILVA*

Nascido em 24 de junho de 1800, na freguesia da Sé, Bahia, bacharelou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (20/06/1825). Começou como ajudante do auditor geral da Marinha (1826), passando no mesmo ano a juiz de fora das vilas de Parati e Ilha Grande, no Rio de Janeiro, quando recebeu uma suspensão, por ordenar uma "prisão arbitrária".Nomeado para a Relação de Pernambuco (02/12/1839), nesta tomou posse por procurador (29/02/1840), sem chegar a ter exercício efetivo, pois antes já havia sido nomeado para a Relação da Bahia (06/12/1839). Nessa Relação chegou a presidente (1863), permanecendo até o ano seguinte, quando foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça (01/03/1864). Recebeu os títulos de conselheiro de Sua Majestade (26/06/1863) e de comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 30 de maio de 1870, no Rio de Janeiro.

### *52 - MANUEL RODRIGUES VILARES*

Nascido na capitania de São Paulo, batizado em 24 de outubro de 1802, formou-se bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (14/07/1824). Iniciou na magistratura na cidade de Goiás, como juiz de fora (06/05/1825), onde assumiu ainda o cargo de provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, resíduos e capelas. Posteriormente, foi nomeado para a ouvidoria nas comarcas da Bahia (12/10/1827) e de Paranaguá-Curitiba (02/09/1831), e, na seqüência, para os cargos de juiz do crime dos bairros de Santa Rita e Candelária, na cidade do Rio de Janeiro (03/09/1832), e de juiz de fora da vila de Guaratinguetá, São Paulo (27/11/1832). Com as mudanças impostas pelo novo Código do Processo Criminal – como o fim dos cargos de juiz de fora e juiz ouvidor - , foi nomeado juiz de direito do cível da cidade de São Paulo (10/08/1834). Em seguida, passou para a Relação de Pernambuco (02/12/1839), onde tomou posse por procurador (11/04/1840), e permaneceu atuando por cerca de 24 anos, até ser nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça (01/03/1864). Foi agraciado com o título de conselheiro de Sua Majestade (27/06/1868). Faleceu em 10 de janeiro de 1878, na Corte.

### *53 - JOSÉ EMÍDIO DOS SANTOS TOURINHO*

Baiano da vila de Jaguaribe, nasceu em 10 de janeiro de 1798, e completou seus estudos em Leis pela Universidade de Coimbra (19/06/1821). Foi ouvidor em Alagoas (1824), sendo nomeado, anos depois, desembargador da Relação de Pernambuco (02/12/1839), onde tomou posse por procurador (30/06/1840). Nesse Tribunal não chegou a efetivar os trabalhos, pois antes de sua posse saíra nova nomeação para que tivesse exercício na Relação da Bahia (06/12/1839), onde trabalhou até ser forçosamente aposentado, juntamente com outros colegas, na gestão do ministro da Justiça Cansansão de Sinimbu (1863).

### *54 - CAETANO SILVESTRE DA SILVA*

Nasceu na freguesia da Sé Catedral, Bahia, a 27 de setembro de 1800. Bacharelou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1825. Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomou posse, por procurador, em junho de 1840, não chegando a entrar em exercício, vez que em dezembro de 1839 se encontrava servindo na Relação da Bahia, onde permaneceu. Exerceu a presidência de Alagoas no período de 27 de dezembro de 1842 a 7 de fevereiro de 1844.

### *55 - RODRIGO ANTÔNIO MONTEIRO DE BARROS*

Natural de Congonhas do Campo (MG), batizado a 1° de maio de 1803. Bacharelou-se em Leis em 1826, pela Universidade de Coimbra. Retornando ao Brasil, estabeleceu-se em São Paulo, onde exerceu os cargos de juiz de fora, ouvidor, juiz de direito e chefe de polícia. Estava neste último cargo quando foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse através de procurador, em 1843. Não chegou a entrar em exercício, vindo a falecer um ano depois, quando então representava a província de São Paulo na Assembléia Geral. Tinha foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em São Paulo, a 29 de fevereiro de 1844.

### *56 - MARTINIANO DA ROCHA BASTOS*

Consta ter sido batizado a 19 de junho de 1800. Colou grau como bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1825. Começou suas atividades na magistratura na província do Ceará, onde foi juiz de fora de Aracati, daí saindo para a ouvidoria do Crato. Extintas as ouvidorias, veio ser juiz de direito do cível na comarca do Recife (1833), até ser nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse em janeiro de 1843. Após treze anos na Relação, viu-se envolvido, com mais dois outros desembargadores, no episódio conhecido como *desembarque de Sirinhaém*, sendo punido com a remoção compulsória para o Maranhão, por ordem do ministro da Justiça Nabuco de Araújo (1856). O Visconde de Camaragibe intercedeu em seu favor, revertendo a remoção para a Bahia. Em 1861, estava de volta à Relação de Pernambuco, onde veio a falecer, neste mesmo ano. Foi quem instalou, e assumiu como seu primeiro presidente, o Tribunal do Comércio do Recife (1851).

## *57 - MANOEL PARANHOS DA SILVA VELOSO*

Consta ter sido batizado a 22 de outubro de 1801, na vila do Rio Pardo, capitania de São Pedro do Rio Grande. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1827. Foi ouvidor da comarca de Santa Catarina, até a extinção das ouvidorias pela nova organização judiciária do Império, quando foi nomeado juiz de Direito (1834). Quando então era chefe de polícia de São Pedro do Rio Grande, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse, por procurador, em março de 1843, não chegando a entrar em exercício. No início do ano seguinte, encontrava-se como presidente da província do Pará, da qual também foi representante na Assembléia Geral (1845-1847). Por Santa Catarina, ainda, foi deputado provincial. Era cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa.

## *58 - MANOEL VIEIRA TOSTA (Barão de Muritiba)*

Nasceu a 11 de junho de 1807, na freguesia de Cachoeira (BA). Cursou Humanidades na Bahia, partindo em seguida para Portugal, onde em 1824 se encontra matriculado na Universidade de Coimbra. Depois de cursar o terceiro ano, matriculou-se no quarto, não chegando a concluir, forçado que foi a fugir para Paris, em virtude das agitações miguelistas da época. Voltando ao Brasil, entrou para a Academia de São Paulo, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais (1831). Iniciou suas atividades na magistratura no Rio de Janeiro, primeiro como juiz de fora dos termos de Cabo Frio e Macaé. Depois da promulgação do Código de Processo Criminal, passou a juiz de direito da Corte e, retornando a Bahia, ocupou o lugar de juiz de direito de Cachoeira, indo mais tarde para a vara da Fazenda Nacional de Salvador. Foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco em 1843, entrando em exercício a 8 de julho, onde por pouco tempo permaneceu, logo indo para a Relação da Bahia. Retornou a Pernambuco para presidir a província num período conturbado, exatamente no momento em que explode a *Revolução Praieira* (1848), sendo, portanto, o comandante legalista que se bateu conta os revoltosos. Dois anos depois se aposentou, quando servia na Relação da Corte, com honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1850). No ano seguinte, foi nomeado senador do Império pela Bahia, província que também representou em diversas legislaturas na Assembléia Geral. Além da província de Pernambuco, presidiu Sergipe e São Pedro do Rio Grande. Foi conselheiro e ministro de Estado de diversos gabinetes. Tinha as comendas das Ordens de Cristo e da Rosa. Recebeu do Imperador os títulos de barão (1855), visconde (1872) e marquês de Muritiba (1888). Faleceu no Rio de Janeiro, a 22 de fevereiro de 1896.

## *59 - ANTÔNIO INÁCIO DE AZEVEDO*

Nasceu na Bahia "pelos fins do século XVIII", sendo batizado na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, a 17 de abril de 1793. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra em 1824. Retornando ao Brasil, no ano seguinte encontrava-se como juiz de fora da freguesia do Penedo (AL), daí passando a ouvidor da comarca do Ceará (1826). Dois anos depois, foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, só tomando posse em abril de 1830. Em setembro de 1843, entrou em exercício como desembargador da Relação de Pernambuco (província para a qual viera um ano antes, como chefe de polícia). Dois meses após entrar em exercício, foi nomeado presidente da Relação, presidindo-a por três triênios consecutivos, ao fim dos quais foi transferido para o Supremo Tribunal de Justiça, onde tomou posse em dezembro de 1857. Foi substituído na presidência da Relação pelo seu cunhado, o desembargador Agostinho Ermelino de Leão, de cuja irmã era esposo. Em 1866 achava-se aposentado. Governou a Bahia de agosto de 1846 a setembro de 1847. Era comendador da Ordem de Cristo e pertencia ao conselho Imperial. Viveu seus últimos dias no Recife, onde faleceu a 7 de julho de 1873.

## *60 - ANTÔNIO JOAQUIM DE CERQUEIRA*

Natural do Rio de Janeiro. Começou a cursar Direito na Universidade de Coimbra, em 1824, onde fez até o terceiro ano, tendo em seguida seu nome riscado da matrícula. Assim, retornou ao Brasil, visando concluir os estudos em São Paulo, encontrando grandes dificuldades para efetuar a matrícula, uma vez que não tinha certidão comprovando seu vínculo com a Universidade de Coimbra, tendo que invocar testemunho oral e exibir a lista dos estudantes matriculados, o que foi aceito como prova. Conclui então o bacharelado em Direito pela Academia de São Paulo, em 1831. Exerceu o lugar de juiz de fora e depois o de juiz de direito em Santa Catarina. Em 1843 foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, só entrando em exercício em março de 1845. Dois anos depois estava na Relação do Rio de Janeiro. Governou esta última província e a do Rio Grande do Norte. Era moço fidalgo da Casa Imperial e comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em março de 1854.

## *61 - PEDRO RODRIGUES FERNANDES CHAVES (Barão de Quaraim)*

Natural da freguesia de São Pedro do Rio Grande, onde nasceu a 27 de abril de 1809. Matriculou-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra (1825), onde estudou os dois primeiros anos. Retornando ao Brasil, fez exame sobre Direito Público Constitucional na Academia Jurídica de São Paulo, como requisito para ser aceito no terceiro ano daquela instituição. Aprovado, terminou o curso em 1832. Foi juiz de fora da cidade do Rio Grande e juiz de direito de Porto Alegre. Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomou posse por procurador (1843), não chegando a entrar em exercício. Aposentou-se como desembargador. Foi senador e representante na Assembléia Geral pela província do Rio Grande

do Sul. Serviu, transitoriamente, na diplomacia, desempenhando comissões no Uruguai e nos Estados Unidos. Detinha as comendas das Ordens da Rosa e de Cristo, além do título de Barão de Quaraim. Faleceu em Pisa (Itália), a 23 de junho de 1866.

### *62 - LOURENÇO JOSÉ RIBEIRO*

Natural de São José d'El Rei (MG), foi batizado a 21 de agosto de 1796. Estudou Leis na Universidade de Coimbra, concluindo em 1823. Advogou por algum tempo no Rio de Janeiro, até ser nomeado lente e depois diretor interino da Academia de Olinda, instalando o curso jurídico no Mosteiro de São Bento (1828). Na Academia regeu várias cadeiras, até abandonar a cátedra em 1832, por motivo de doença. No Rio de Janeiro, para onde retornou, ocupou os lugares de secretário do Supremo Tribunal de Justiça, juiz de direito da 1ª vara cível e juiz dos feitos da Fazenda. Em 1844 foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse por procuração, sem, contudo, entrar em exercício, permanecendo na Corte, envolvido noutras missões. Até que, em 1848, passou a exercer, na Relação da Corte, o cargo de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Foi representante de Minas Gerais na Assembléia Geral. Pertenceu ao Conselho Imperial e era comendador da Ordem de Cristo. Deixou incompleta a obra *Análise da Constituição Política do Império*, iniciada em 1827. Faleceu no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1865.

### *63 - JOÃO JOSÉ DE MOURA MAGALHÃES*

Natural da Bahia, batizado a 16 de novembro de 1800. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Leis no ano de 1827. Retornando ao Brasil, assumiu a cátedra de Direito Constitucional da Academia de Olinda, permanecendo até 1832. Deixando a Academia, foi nomeado juiz de fora da vila de Cachoeira, Bahia. Recebeu, em 1845, a mercê de um lugar de desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse por procurador, não chegando a ter exercício em Pernambuco, e sim na Relação da Bahia. Presidiu as províncias do Maranhão, da Bahia e Paraíba. Como deputado, representou na Assembléia Geral o Maranhão e sua província natal, esta em diversas legislaturas. Pertenceu ao Conselho Imperial. Faleceu na Bahia a 14 de março de 1850.

### *64 - ANTONIO DA COSTA PINTO*

Nasceu na vila de Paracatu do Príncipe (MG), a 25 de novembro de 1802. Estudou em Coimbra, formando-se em Leis em junho de 1827. Foi juiz de fora da vila do Príncipe, até a extinção do cargo, passando então a assumir o lugar de juiz de direito nas comarcas mineiras do Serro e Ouro Preto. Em 1843 foi mandado para a comarca do Brejo (MA), saindo no ano seguinte para ocupar a função de chefe de polícia de Minas Gerais. Três anos depois passou a desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse, por

procurador, em novembro de 1846, sem chegar a entrar em exercício, logo removido que foi para a Relação da Corte. Quando no exercício da presidência daquela Relação, foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça (1870). Presidiu as províncias de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, sendo desta última seu representante na Assembléia Geral em diversas legislaturas. Era comendador do Ordem de Cristo e pertencia ao Conselho Imperial. Faleceu no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1880.

### *65 - AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO*

Nasceu na cidade de Salvador (BA), a 28 de agosto de 1797. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em maio de 1824. No ano seguinte, iniciou carreira na magistratura como juiz de fora de Paranaguá (PR), passando, em 1827, a ouvidor da comarca de Jacobina (BA), servindo como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos. Em 1835 voltou para o Paraná, como juiz de direito da comarca de Paranaguá e Curitiba, daí passando a desembargador da Relação do Maranhão, onde prestou juramento e tomou posse em fevereiro de 1843. Após quatro anos, foi removido para a Relação de Pernambuco, tomando posse em junho de 1847. Nomeado presidente da Relação, pelo imperador, assumiu esse lugar por dois triênios consecutivos, de 1857 a 1863, falecendo a 16 de janeiro desse ano, no exercício da presidência. Tinha o título do Conselho e a comenda da Ordem de Cristo.

### *66 - JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES*

Nasceu na freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, Mariana (MG), batizado a 20 de abril de 1795. Bacharelou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1827. Dois anos depois, encontrou-se como regente da cadeira de Direito Criminal e Teoria do Processo da Academia de São Paulo, só se desligando do magistério em 1839, para se dedicar à magistratura e à política. Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, em 1847, tomou posse por procurador, mas não entrou em exercício, sendo removido para o Rio de Janeiro. Na Corte, aposentou-se três anos depois, como desembargador da Relação de Pernambuco. Governou São Paulo e Minas Gerais, província esta que representou em mais de uma legislatura, inclusive como senador (1847). Ocupou as pastas da Justiça, da Fazenda e do Império em diferentes gabinetes. Faleceu a 24 de dezembro de 1869.

### *67 - JOAQUIM NUNES MACHADO*

Natural de Goiana (PE), onde nasceu a 16 de agosto de 1809. Foi aluno da primeira turma da Academia Jurídica de Olinda, obtendo o grau de bacharel em 1832. Nesse mesmo ano foi promulgado o Código de Processo Criminal e, criada a comarca de Goiana, coube a Nunes Machado instalá-la, assumindo como seu primeiro juiz de direito. Em 1835, passou a titular da 1ª vara criminal do Recife, atuando também como chefe de polícia. A 30 de outubro de 1847 tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco. Por Pernambuco, foi deputado provincial e representante à Assembléia Geral em várias legislaturas. Estava na Corte quando, em 1848, rompe a *Revolução Praieira*. Solicitado pelos seus pares do Partido Liberal a participar da resistência aos conservadores, que haviam ascendido ao poder, retornou ao Recife. Assumindo o comando de uma facções das tropas revoltosas, que invadiu o Recife, pela Soledade, foi surpreendido pelas tropas legalistas e ferido mortalmente, a 2 de fevereiro de 1849. Mais tarde, seu túmulo se tornou objeto de romaria popular.

### *68 - JOAQUIM AIRES DE ALMEIDA FREITAS*

Nascido em Santo Amaro (BA), onde iniciou seus estudos, transferindo-se em seguida para Portugal, onde concluiu o curso de Direito (1827). De volta ao Brasil, três anos depois foi nomeado ouvidor de Pernambuco. Com a extinção das ouvidorias, assumiu como primeiro juiz efetivo da comarca de Natal (1834). Sete anos depois se encontrava no juizado de Caravelas (BA), vindo logo em seguida para a comarca do Rio Formoso (PE). Em 1847, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco. Faleceu dois anos depois, no Recife, a 6 de abril de 1849.

### *69 - FIRMINO ANTÔNIO DE SOUZA*

Baiano da freguesia de São Pedro, nasceu a 9 de outubro de 1805. Em Portugal, estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Leis em 1825. De volta ao Brasil, cinco anos depois foi nomeado juiz de fora da vila do Penedo (AL), onde assumiu também, interinamente, a ouvidoria. Com a reforma judiciária do Império, assumiu como primeiro juiz de direito do Penedo, em seguida servindo em Maceió, Alagoas (1835) e Garanhuns, Pernambuco (1845). Dois anos depois, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, assumindo em 1848. Na Relação, ocupou o lugar de procurador da Coroa, ocupou também a sua presidência de 1864 a 1867. Em Sergipe, Pernambuco e Pará exerceu a chefia de polícia. Ainda no Recife, foi fiscal do Tribunal do Comércio. Pertenceu ao Conselho do Imperador e foi comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em Alagoas, a 18 de dezembro de 1868.

### *70 - BERNARDO REBELO DA SILVA PEREIRA*

Pernambucano de Goiana, onde nasceu a 4 de março de 1801. Estudou no Mosteiro de São Bento de Olinda, bacharelando-se em Ciências Jurídicas (1832), indo em seguida para a vila de Sobral (CE), onde assumiu o lugar de juiz de fora. Retornando a Pernambuco, assumiu a comarca de Flores (1840) e, em Alagoas, a de Atalaia. Em 1849, tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco, onde serviu até 1856, data em que foi compulsoriamente aposentado, por seu envolvimento no episódio conhecido como *desembarque de Sirinhaém*, quando era ministro da Justiça Nabuco de Araújo.

### *71 - FRANCISCO GONÇALVES MARTINS (Visconde de São Lourenço)*

Natural de Santo Amaro da Purificação (BA), nascido a 12 de março de 1807. Estudante de Leis em Coimbra, foi desligado do curso (1828) pelas forças políticas contrárias a D. Maria II, a quem apoiava. Retornando ao Brasil, concedeu-lhe o imperador o título de bacharel, mesmo não tendo cursado o último período de curso. Em Salvador, foi juiz de direito criminal. Em1849, assumiu como desembargador da Relação de Pernambuco, servindo este cargo mais adiante na Relação da Bahia (1851). Aposentou-se com honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1858). Foi representante da Bahia na Assembléia Geral e depois senador; ministro do Gabinete Itaborai e presidente da Bahia. Recebeu os títulos de barão (1860) e visconde de São Lourenço (1871). Era do Conselho Imperial e comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 1872, na Bahia, "pobre e endividado".

### *72 - ANTÔNIO TOMAS DE LUNA FREIRE*

Pernambucano de Tracunhaém, pertenceu à turma inaugural da Academia Jurídica de Olinda, obtendo o grau de bacharel, em 1835. Foi juiz de direito da comarca da Paraíba. Passou a desembargador da Relação de Pernambuco, em 1849. Na província da Paraíba, exerceu o lugar de deputado em mais de uma oportunidade. Faleceu no Recife, a 7 de janeiro de 1855, na plenitude do exercício de suas funções.

### *73 - JOSÉ TELES DE MENEZES*

Recifense, nasceu a 14 de outubro de 1800. Iniciou seus estudos como interno do Seminário de Olinda, terminando essa fase no mesmo período da chamada *Revolução de Goiana*, em que teve participação. Quando da eclosão da *Confederação do Equador* (1824), encontrava-se no Ceará, onde se vê envolvido na dita revolução, sendo inclusive ferido, refugiando-se em seguida na França, onde se demorou por três anos. Retornando, retomou os estudos na Academia de Olinda, recebendo o grau de bacharel em Direito, em 1832, sendo nomeado, um ano depois, juiz de direito de Vitória de Santo Antão (PE). Em 1844, estava em

Maceió, servindo como juiz dos feitos da Fazenda. Quatro anos depois, encontrava-se como juiz de direito em Estância (SE), e, logo em seguida, viu-se na comarca de Penedo, onde pouco demora. Em 1849, tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco, província onde também foi chefe de polícia interino. Faleceu no Recife, a 5 de outubro de 1857.

### *74 - JOÃO LOPES DA SILVA COUTO*

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de julho de 1807. Iniciou seus estudos jurídicos em Coimbra, onde estudou dois anos, transferindo-se para a Academia de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 1832. Em seguida, assumiu a comarca de Cantagalo, onde permaneceu por dois anos, passando para a comarca de Campos, ambas no Rio de Janeiro. Em 1847, assumiu na Corte como juiz de direito do crime. Em 1851, tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco, onde sua participação não ultrapassou a três sessões, depois entrando em gozo de licença, para não mais voltar. Assumiu como interino a chefatura de polícia do Rio de Janeiro e, no mesmo ano de 1851, passou para a Relação dessa província. Foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, aí se aposentando em 1886. Era conselheiro e comendador imperial e foi presidente da província do Espírito Santo por duas vezes. Faleceu em Niterói (RJ), a 30 de agosto de 1889.

### *75 - JERÔNIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO*

Cearense de Sobral, nasceu a 19 de abril de 1809. Estudante da primeira turma de direito da Academia de Olinda (Mosteiro de São Bento), bacharelou-se em 1832. No ano seguinte, foi nomeado promotor público da Corte, e, logo em seguida, juiz de direito de Fortaleza. Em 1841, assumiu a comarca do Brejo, de onde saiu para a vara dos feitos da Fazenda Pública. Teve ativa participação nos episódios da *Revolução Praieira*, sobre a qual, ao término do movimento, escreveu *Chronica da Rebelião Praieira–1848 e 1849*. Por sua atuação, ao lado dos legalistas, recebeu do imperador a mercê do uso da beca honorária, sendo, dois anos depois (1851), nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde ocupou também o lugar de procurador da Coroa. Foi removido, em 1861, para a Relação da Corte, tempos depois assumindo a sua presidência (1870), e daí saindo para assumir novo posto no Supremo Tribunal de Justiça, sendo aposentado em 1876. Foi ainda representante do Ceará e Pernambuco na Assembléia Geral, bem como senador por sua província de origem. Foi governador das províncias do Maranhão e Rio Grande do Sul. Em Pernambuco, foi chefe de polícia à época da Praieira. Era grã-cruz da Ordem de Cristo e dignatário da Ordem da Rosa, além de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Faleceu no Rio de Janeiro, a 20 de agosto de 1878.

### *76 - FIRMINO PEREIRA MONTEIRO*

Nasceu no Rio de Janeiro, a 30 de dezembro de 1808. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Academia de Olinda, colando grau na primeira turma (1832). Foi nomeado juiz de direito da comarca do Limoeiro (1833), dela sendo seu primeiro juiz. Sete anos depois assumiu a Comarca do Cabo (PE), onde permaneceu por dez anos, só saindo para assumir o lugar de desembargador da Relação de Pernambuco (1851), e daí para a Relação do Rio de Janeiro (1855). Foi ainda ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1875). Era do Conselho Imperial e comendador da Ordem de Cristo. A 25 de setembro de 1878, falece no Rio de Janeiro.

### *77 - SEVERO AMORIM DO VALLE*

Baiano, nasceu a 7 de dezembro de 1802. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1831. Em Santa Catarina, foi chefe de polícia e "auditor da gente de guerra" (1834); foi também juiz de direito da "comarca do sul". Ainda em Santa Catarina, foi deputado e presidente interino da província. Em 1851, tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco. Cinco anos depois, foi aposentado compulsoriamente, por ordem do ministro da Justiça Nabuco de Araújo, acusado de ser tolerante com os envolvidos no desembarque de africanos, em Sirinhaém. Terminou seus dias como advogado militante nos fóruns do Rio de Janeiro.

### *78 - CAETANO JOSÉ DA SILVA SANTIAGO*

Nasceu em Sirinhaém (PE), a 6 de agosto de 1803. Estudou na Academia de Olinda, onde colou grau em Ciências Jurídicas e Sociais (1832). Um ano depois estava assumindo a comarca da Paraíba; em 1841, era juiz de direito da comarca de Cantagalo (RJ). Nesse mesmo ano, retornou a Pernambuco e assumiu a comarca do Limoeiro, em seguida as de Goiana e Rio Formoso, de onde saiu para assumir o lugar de desembargador da Relação de Pernambuco (1851). Foi também procurador da Coroa e presidente da Relação, de 1869 a 1875, ano em que foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo, em seguida, aposentado. Tinha o título do Conselho e a Comenda da Ordem da Rosa. Faleceu no Recife, a 11 de agosto de 1880.

### *79 - FRANCISCO JOAQUIM GOMES RIBEIRO*

Alagoano de Penedo, nasceu a 23 de abril de 1809. Bacharel pela Academia Jurídica de Olinda, onde colou grau em 1832. Foi juiz de direito de Alagoas (1834) e Atalaia (AL), além de outras vilas alagoanas, bem como de Imperatriz (MA) e Bonito (PE). Em 1851 tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco; em 1860 passou a exercer a mesma função na Relação da Corte. Foi também representante de Alagoas na Assembléia Geral.

### *80 - ANTÔNIO BATISTA GITIRANA*

Natural de Olinda (PE). Bacharel em Direito pela Academia de Olinda (1832), sendo o primeiro aluno a colar grau naquela academia. Com a instalação da comarca de Bonito (1833), foi dela o seu primeiro juiz de direito. Foi também o primeiro juiz de direito de Paudalho, tendo exercido ainda suas funções nas comarcas de Nazaré da Mata, Brejo e Goiana, todas em Pernambuco. Foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, pouco tempo depois passando para a de Pernambuco (1855), onde permaneceu por dezoito anos. Era oficial da Ordem da Rosa e exerceu ainda o mandato de deputado provincial por Pernambuco em diversas legislaturas. Faleceu no Recife, a 9 de março de 1873, em pleno exercício do cargo.

### *81 - PEDRO DE ALCÂNTARA CERQUEIRA LEITE (Barão de São João Nepomuceno)*

Natural de Barbacena (MG), nasceu a 29 de maio de 1807. Bacharelou-se em Direito pela Academia de São Paulo, em 1833. Sua terra natal também foi sua primeira comarca, onde atuou como juiz municipal e juiz de direito, indo em seguida para a comarca de Sabará (MG). Por procurador, toma posse em 1855 como desembargador da Relação de Pernambuco. Não querendo ser transferido de sua província, resolveu pedir aposentadoria, o que foi aceito, motivo pelo qual não chegou a entrar em exercício na Relação de Pernambuco. Foi ainda deputado provincial e representante de Minas Gerais na Assembléia Geral. Tinha o título imperial de barão de São João Nepomuceno. Faleceu a 24 de abril de 1883.

### *82 - ANDRÉ BASTOS DE OLIVEIRA*

Nasceu em São Mateus (CE), a 10 de janeiro de 1806. Estudou na Academia de Olinda, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1834. Exerceu a judicatura na comarca do Crato, Ceará, Estado que por cinco vezes representou na Assembléia Geral, além de ter sido seu primeiro chefe de polícia. Foi desembargador do Maranhão, de onde foi removido para a Relação de Pernambuco, tomando posse em agosto de 1855, de onde só saiu aposentado, em 1861. Foi-lhe conferido a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em Saboeiro (CE), no dia 7 de julho de 1862.

### *83 - CUSTÓDIO MANOEL DA SILVA GUIMARÃES*

Natural de Aracati (CE), nascido a 6 de maio de 1813. Bacharelou-se pela Academia de Olinda em 1834. Foi juiz do cível da comarca de Limoeiro e Rio Formoso, assumindo depois a 1ª vara cível do Recife. Nomeado para a Relação do Maranhão, logo seria transferido para a de Pernambuco, onde entrou em exercício em dezembro de 1856. Após vinte anos na Relação, foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça, onde tomou posse em 1876, sendo aposentado em 1886. Faleceu um ano depois, na capital do império.

### *84 - JOAQUIM MANOEL VIEIRA DE MELO*

Pernambucano de Nazaré da Mata, onde nasceu a 23 de novembro de 1802. Estudou na Academia de Olinda, onde se bacharelou em 1834. Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco em 1856, tomou posse no ano seguinte, comparecendo às sessões apenas até 1857.

### *85 - AGOSTINHO MOREIRA GUERRA*

Natural da freguesia de São Pedro (BA), nascido a 26 de agosto de 1797. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, no ano de 1823. Foi chefe de polícia na Paraíba e depois juiz do crime da comarca de São Luís do Maranhão, de onde saiu para assumir como desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse em fevereiro de 1857. Na Relação, também foi procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Foi deputado provincial por Alagoas e Paraíba; durante a regência, foi intendente geral da polícia.

### *86 - LOURENÇO JOSÉ DA SILVA SANTIAGO*

Nasceu em Sirinhaém (PE), a 10 de agosto de 1807. Bacharelou-se pela Academia de Olinda, em 1833. Em seguida, passou a ocupar o cargo de procurador-fiscal do Tesouro paraense, servindo depois como juiz de direito do Grão-Pará. Foi juiz nas comarcas da Paraíba, Alto Amazonas e Açu, de onde passou para Natal e daí para a comarca de Alagoas (1854). Tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco em 1857. Assumiu, interinamente, a presidência da Relação, em 1878, oportunidade em que comunicou a sua nomeação para ministro do Supremo Tribunal de Justiça, onde tomou posse em março do mesmo ano, aposentando-se um mês depois. Também exerceu a chefatura de polícia do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Faleceu no Recife, a 14 de fevereiro de 1883.

### *87 - DOM FRANCISCO BALTASAR DA SILVEIRA*

Nasceu em Salvador (BA), a 6 de junho de 1807. Iniciou seus estudos de Leis na Universidade de Coimbra (1826), onde estudou o primeiro ano, sendo obrigado a fugir de Portugal, por sua participação nas intrigas políticas envolvendo D. Maria II, cuja causa defendia. Retornando ao Brasil, matriculou-se na Academia de Olinda, permanecendo por três anos e, em seguida, transferiu-se para a Academia de São Paulo, onde concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais (1832). Foi juiz de direito de Açu (RN) e da comarca do Brejo dos Anapurus (MA). Ocupou uma das varas da comarca de São Luís do Maranhão, de onde saiu para assumir como desembargador da Relação da mesma província (1854). Quatro anos depois (1858), achava-se em exercício na Relação de Pernambuco, onde assumiu também a sua presidência por um ano, quando foi removido para a Relação do Rio de Janeiro, em 1864, a

qual também presidiu. Em 1875, toma posse no Supremo Tribunal de Justiça, como promotor. Por ocasião de sua aposentadoria (1886), recusou título honorífico oferecido pelo Governo Imperial, alegando não ter recursos para manter a ostentação que a honraria requer. Recebeu a grã-cruz da Ordem de Cristo. Foi representante do Maranhão na Assembléia Geral e pertencia ao Conselho Imperial. No Rio de Janeiro, faleceu a 27 de fevereiro de 1887.

### *88 - ANTÔNIO JOAQUIM DA SILVA GOMES*

Nasceu na vila de São Francisco (BA), a 4 de fevereiro de 1806. Recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, em 1834. Foi presidente da província de Goiás (1850-1852). Serviu como juiz de direito na comarca de São Cristóvão, então capital da província de Sergipe. Tomou posse como desembargador da Relação de Pernambuco, em 1858, onde permaneceu por três anos, em seguida sendo removido para a Relação da Bahia, chegando a assumir a presidência daquela província, de março a novembro de 1864. Faleceu em Lisboa, a 8 de dezembro de 1872.

### *89 - JOSÉ PEREIRA DA COSTA MOTA*

Nasceu em 1809, em Parati (RJ). Formou-se em Direito pela Academia de São Paulo, em 1834. Foi secretário de governo da província de São Paulo, indo em seguida assumir a promotoria de Niterói (RJ). Em Porto Alegre, foi juiz do cível, daí sendo nomeado desembargador da Relação do Maranhão, ato tornado sem efeito, passando a exercer as suas funções na Relação de Pernambuco, onde tomou posse no mesmo ano de 1860. Ocupou interinamente, por duas vezes, o lugar de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Era detentor da comenda da Ordem da Rosa. Faleceu em seu estado natal, a 28 de março de 1880.

### *90 - ANSELMO FRANCISCO PERETTI*

Pernambucano de Goiana, nasceu a 21 de abril de 1812. Em sua estadou na Europa, estudou na Universidade de Paris, onde se bacharelou em Letras (1830). De volta à pátria, estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Academia de Olinda, formando-se em 1835. Exerceu a função judicante nas comarcas do Brejo, Goiana, Limoeiro, Vitória de Santo Antão e, em Recife, primeiro como juiz especial do comércio, depois como presidente do Tribunal do Comércio. Como desembargador da Relação de Pernambuco, tomou posse a 4 de junho de 1861, assumindo a sua presidência em 1875. Foi presidente das províncias de Sergipe, Alagoas e Piauí; também exerceu a vice-presidência da província de Pernambuco. Representou o Piauí na Assembléia Geral; pertencia ao Conselho Imperial e detinha as comendas das Ordens de Cristo e da Rosa. Faleceu no exercício da presidência da Relação, a 8 de outubro de 1877.

### *91 - JOSÉ INÁCIO ACIOLI DE VASCONCELOS*

Nasceu no Rio de Janeiro, a 17 de junho de 1814. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Academia de Olinda em 1837. Inicia-se no exercício da magistratura em 1839, assumindo a comarca do Alto Amazonas, daí passando por outras comarcas, até ser nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde tomou posse em 1861. Foi desembargador do Supremo Tribunal de Justiça a partir de 1879. Detinha as condecorações das Ordens de Cristo e da Rosa. Faleceu no Rio de Janeiro, a 19 de julho de 1881.

### *92 - ÁLVARO BARBALHO UCHOA CAVALCANTI*

Pernambucano de Sirinhaém, nasceu a 30 de novembro de 1818. Recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda em 1838; no ano seguinte foi nomeado prefeito de Rio Formoso e em seguida juiz de direito daquela comarca. Foi juiz das comarcas de Flores, Limoeiro e Recife, onde por muitos anos ocupou a vara da Fazenda, de onde saiu para ocupar o lugar de desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse a 3 de agosto de 1861. Foi representante de Pernambuco na Assembléia Geral; com o falecimento do Conde da Boa Vista, assume a sua vaga como senador (1871). Aposentou-se com honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Era titulado com o hábito de Cristo, o título do conselho e o oficialato da Ordem da Rosa. Faleceu no Recife, a 19 de dezembro de 1889.

### *93 - FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA ROCHA*

Nasceu na Paraíba, a 25 de janeiro de 1807. Bacharel em Direito pela Academia de Olinda, colando grau em 1833. Ocupou o lugar de juiz de direito em Atalaia (AL) e Pombal (PB). Serviu na capital da província da Paraíba, daí saindo para assumir a vara especial do comércio do Recife. Assumiu, em 17 de agosto de 1861, como desembargador da Relação de Pernambuco. Faleceu na vila de Igarassú, em 27 de Janeiro de 1872, quando em viagem à sua terra natal; era então deputado geral pela Paraíba. Em Pernambuco, como vice-presidente, chegou a assumir o governo da província.

### *94 - JOAQUIM FIRMINO PEREIRA JORGE*

Natural de São Sebastião, província de São Paulo, onde estudou, formando-se pela Academia de São Paulo, em 1832. Foi juiz de direito em Santos, Franca e Jacareí, todas naquela província. Em 1861, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, tomando posse no ano seguinte. Permaneceu nesta Relação até 1864, quando fez permuta com o desembargador Afonso A. de Almeida e Albuquerque, passando para a Relação da Corte. Com honras de ministro

do Supremo Tribunal de Justiça, foi aposentado em 1871. Por sua província natal, foi deputado e representante na Assembléia Geral; foi, ainda, chefe de polícia e secretário de governo. Detinha o oficialato da Ordem da Rosa.

### *95 - BERNARDO MACHADO DA COSTA DÓRIA*

Sergipano da vila de Propriá, onde nasceu a 2 de maio de 1811. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, graduando–se em 1837. Foi juiz de direito de Alagoas e Vila Nova (SE), daí partindo para assumir a chefatura de polícia do Rio Grande do Sul. Em Recife, ocupa a 1ª vara comercial (1854). Foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, mas com exercício na de Pernambuco, tomando posse em 1864, onde também será procurador da Coroa. Estando na comarca de Fortaleza, coube-lhe instalar a Relação daquela província, sendo seu primeiro presidente (1873). Retornando à Relação de Pernambuco, dois anos depois, trabalhou mais três e se aposentou, em 1878, ano em que veio a falecer, a 5 de setembro. Consta que também presidiu a província do Rio Grande do Norte, de 1857 a 1858. Pertencia ao Conselho Imperial e era oficial da Ordem da Rosa.

### *96 - AFONSO ARTUR DE ALMEIDA ALBUQUERQUE*

Português da Ilha da Madeira, nasceu a 14 de fevereiro de 1815. Iniciou seus estudos de Direito em São Paulo, concluindo-os na Academia Jurídica de Olinda, em 18 de outubro de 1839. Serviu como juiz de direito nas comarcas do Cabo (PE), Belém (PA) e Angra dos Reis (RJ). Foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, em 1860, mas com exercício na Relação da Corte, onde assumiu no início do ano seguinte. Em 1864 retornou a Pernambuco, assumindo seu lugar na Relação de origem, onde permaneceu até a sua transferência para o Supremo Tribunal de Justiça, em 1878. Faleceu em Niterói, a 11 de junho de 1886.

### *97 - ALEXANDRE BERNARDINO DOS REIS E SILVA*

Pernambucano do Recife, nasceu em 17 de julho de 1804. Formou-se pela Academia de Olinda, colando grau no ano de 1835. Três anos depois, com a criação da comarca da Boa Vista (PE), iniciou-se na magistratura como seu primeiro juiz de direito. Serviu nas comarcas do Maranhão e nas comarcas pernambucanas do Brejo, Bonito, Limoeiro e Recife, desta última passando a desembargador da Relação de São Luís do Maranhão (1857), de onde foi transferido, seis anos depois, para a Relação de Pernambuco (1863). Finda a sua atuação judicante no Supremo Tribunal de Justiça, aí iniciada em 1878, até a sua aposentadoria em 1881. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 10 de maio de 1892.

## *98 - ANTÔNIO DE BARROS E VASCONCELOS*

Nasceu na província do Maranhão, de onde partiu para Portugal, estudando na Universidade de Coimbra e bacharelando-se em Leis no ano de 1825. Em 1864, entrou em exercício no Tribunal da Relação de Pernambuco, onde pouco tempo permaneceu, tendo que ir repetidas vezes à sua província de origem para tratar de problemas relacionados à sua saúde. Até que, no ano seguinte, acabou por ficar de vez no Maranhão, assumindo as suas funções naquela Relação, a qual presidiu no ano de 1877. Foi representante de sua terra natal na Assembléia Geral, no período da oitava legislatura.

## *99 - FRANCISCO DOMINGUES DA SILVA*

Cearense da vila de Sobral, nasceu a 15 de setembro de 1812. Obteve o grau de bacharel pela Academia de Olinda, no ano de 1835. Foi nomeado, neste mesmo ano, pelo presidente da província de Pernambuco, o Visconde da Boa Vista, como prefeito da comarca de Goiana, e, depois, da de Limoeiro. Desempenhou a função de juiz de direito em diversas comarcas e províncias. Em 1861, encontrava-se como juiz dos feitos da Fazenda de Pernambuco, daí sendo nomeado, três anos depois, para a Relação do Rio de Janeiro. Nessa Relação passou apenas um mês, tomando posse na de Pernambuco, em maio de 1864, onde permaneceu por dezoito anos, sendo nomeado, em 1882, para o Supremo Tribunal de Justiça. Pelo Ceará, foi representante parlamentar na Assembléia Geral, em diversas legislaturas. Faleceu no Rio de Janeiro, a 9 de maio de 1886.

## *100 - JOSÉ FELIPE DE SOUZA LEÃO*

Pernambucano da então vila de Santo Amaro de Jaboatão, nasceu em março de 1817. Bacharelou-se pela Academia de Olinda, em 1840. Assumiu no termo de Santo Antão as suas funções de juiz municipal e de órfãos, dois anos depois de formado, onde permaneceu por oito anos, até ser transferido como juiz de direito para a comarca de Flores. Atuou ainda nas comarcas de Tacaratu e Bonito, daí saindo para ocupar a chefatura de polícia de Alagoas, em 1856. Neste mesmo ano, foi nomeado juiz de direito de Rio Formoso (PE), daí passando para a comarca de Santo Antão, em permuta com Francisco Xavier Paes Barreto. Desembargador da Relação do Maranhão, foi removido para a de Pernambuco, onde entrou em exercício em 1867. Presidiu a Relação no triênio de 1878 a 1881, ao término do qual entrou em gozo de licença, aposentando-se logo após. Pertencia ao Conselho Imperial e detinha o título da Ordem da Rosa. Faleceu solteiro, no Rio de Janeiro, a 22 de outubro de 1886.

### *101 - JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES*

Baiano de Salvador, nasceu a 26 de agosto de 1822. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, colando grau em 1845. Foi nomeado suplente de delegado e depois juiz municipal de Salvador, daí partindo, em 1846, para assumir como juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos da Estância e Santa Luzia (SE). Serviu em diversas comarcas e províncias, chegando em 1863 à comarca de Vitória (PE), de onde saiu para assumir a 1ª vara do crime do Recife. Nomeado desembargador da Relação do Maranhão, passou a ter exercício na de Pernambuco (1868), inclusive assumindo a presidência durante o impedimento do titular. Presidiu as províncias do Ceará, Minas Gerais, Pará e Bahia, da qual também foi representante na Assembléia Geral. Após exercer a presidência daquela província, passou a ter exercício naquela Relação (1872). Dois anos depois, retornou a Pernambuco, investido na condição de procurador da Coroa e Soberania Nacional, lugar que ocupou até 1886, quando foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça. Com a instalação, após a República, do Supremo Tribunal Federal, foi eleito seu primeiro presidente. Detinha a comenda da Ordem de Cristo e do Conselho de sua Majestade. Faleceu no Rio de Janeiro, a 1° de janeiro de 1903.

### *102 - JOSÉ NICOLAU REGUEIRA COSTA*

Pernambucano do Recife, nasceu a 17 de fevereiro de 1815. Bacharelou-se pela Academia de Olinda, em 1838. Exerceu a advocacia, em seguida ocupando o cargo de procurador fiscal da Fazenda, daí passando a juiz municipal do Recife (1842). Ainda no Recife, ocupou o lugar de juiz de órfãos, depois nomeado para a comarca de Garanhuns. Foi juiz de direito de Limoeiro e Goiana, saindo desta última para a chefatura de polícia do Rio Grande do Norte. Ocupou ainda as comarcas sergipanas de Laranjeiras e Aracaju, bem como a de Desterro (SC). Depois, chefe de polícia na Paraíba, voltando daí para a comarca de Aracaju. Por pouco tempo assumiu a comarca de Olinda, logo removido para a vara da Fazenda Nacional do Recife (1864). A partir de 1866, serve como desembargador da Relação do Maranhão, ali atuando por três anos, sendo removido para a de Pernambuco (1869) e efetivado em 1872. Ainda passou pela Relação de Fortaleza, onde ocupou o lugar de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania. Em 1876, estava de volta à Relação de Pernambuco, vindo a falecer a 28 de outubro desse mesmo ano, "exausto de meios, empobrecido". Latinista, traduziu para o português epigramas de Marcial e versos de Ovídio.

### *103 - MANUEL JOSÉ DA SILVA NEIVA*

Pernambucano, nasceu a 15 de abril de 1817. Bacharel em Direito pela Academia de Olinda, colando grau em 1839. Foi juiz municipal de Goiana (1842), nomeado pelo barão da Boa Vista, então presidente da província; depois assumiu como juiz municipal da 2ª vara criminal da comarca do Recife (1849). Exerceu a

judicatura nas comarcas pernambucanas do Brejo e Rio Formoso. Em 1872, foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, vindo no mesmo ano para a de Pernambuco. Com a instalação da Relação de Fortaleza, em 1874, para lá foi removido, sendo um de seus fundadores. Ainda como desembargador da Relação de Fortaleza, faleceu no Recife, a 31 de maio de 1877.

### *104 - SILVÉRIO FERNANDES DE ARAÚJO JORGE*

Natural da província de Alagoas, nasceu em julho de 1817. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo (1840), tendo estudado os três primeiros anos na Academia de Olinda. No ano de 1848, serviu como juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Penedo e Traipu (AL), em seguida indo para a comarca de Maceió. Serviu nas comarcas de Cuiabá (MT) e Oeiras (PI), daí sendo nomeado, no mês seguinte, para a comarca de Atalaia (AL). Em 1862, encontrava-se como juiz de direito de Maceió, e depois juiz dos feitos da Fazenda Geral e Provincial. Ainda por Alagoas, foi representante na Assembléia Geral, e, depois, 1° vice-presidente em duas oportunidades (1868 e 1871). Nomeado desembargado da Relação do Maranhão, em 1872, tomou posse, mas logo foi removido para a Relação de Pernambuco, entrando em exercício em dezembro do mesmo ano. Criada a relação de Fortaleza, no ano seguinte, foi transferido para aquela província, assumindo o seu lugar de desembargador, e, posteriormente, a presidência (1876), onde exerceu também o cargo de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Retornou à Relação do Recife em 1877, permanecendo até 1886, quando foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça, aposentando-se dois anos depois. Foi representante de Mato Grosso na Assembléia Geral, província onde também exerceu a chefatura de polícia, cargo assumido também na Paraíba. Pertencia ao Conselho Imperial e era detentor da grã-cruz da Ordem de Cristo. Faleceu no Recife, em 9 de julho de 1893.

### *105 - FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MACIEL*

Pernambucano de Olinda, estudou na Academia Jurídica daquela cidade, bacharelando-se em 1849. Foi promotor público e juiz municipal antes de servir como juiz de direito nas comarcas cearenses de Ipu e Aracati, daí partindo para assumir a 1ª vara do crime do Recife. Em 1877, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco. Dez anos depois, alegando motivos de saúde, não aceitou assumir o cargo de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional, para o qual havia sido nomeado. Presidiu a província de Pernambuco (1877) e a do Ceará. Detinha as comendas da Ordem da Rosa e de Cristo. Faleceu na sua cidade natal, a 29 de março de 1888.

### *106 - ANTÔNIO CARNEIRO DE CAMPOS*

Nasceu na cidade de São Paulo, a 22 de abril de 1832. Estudou na Academia Jurídica de São Paulo, bacharelando-se no ano de 1853. Consta que na década de 1870 exerceu o cargo de juiz de direito da 2ª vara comercial da Corte. No fim dessa década (1879), foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco e, após a posse, entrou em gozo de licença por três meses. Compareceu a apenas três sessões da Relação, sendo, no mesmo ano de 1878, removido para a Relação da Corte.

### *107 - QUINTINO JOSÉ DE MIRANDA*

Pernambucano de Sirinhaém, nasceu a 27 de outubro de 1829. Estudou na Academia de Olinda, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1853. Depois de formado, assumiu como juiz municipal em Alagoas. Foi juiz de direito no Rio Grande do Sul e chefe de polícia no Espírito Santo. Em 1864, era juiz de direito na comarca de Olinda, onde permaneceu por oito anos, daí passando para a 1ª vara cível do Recife. No exercício desta vara, expediu mandado de prisão contra o bispo Dom Vital (1874), recolhido à prisão do Arsenal da Marinha. Em 1878, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, depois assumindo a sua presidência, sucessivamente, até o seu falecimento, em 26 de dezembro de 1891. Era afilhado de Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) e tio de Oliveira Lima. Foi o último presidente da Relação de Pernambuco.

### *108 - VITORINO DO REGO TOSCANO BARRETO*

Natural de Bananeiras (PB), nasceu a 28 de setembro de 1814. Bacharelou-se pela Academia de Olinda, em 1840. Serviu em várias comarcas, até ser nomeado desembargador da Relação de Cuiabá, em 1875, daí sendo removido para a Relação de Pernambuco, entrando em exercício em novembro de 1878. Aposentou-se em 1889. Foi deputado à Assembléia Geral pela Paraíba, de 1857 a 1860. Faleceu em junho de 1893.

### *109 - FRANCISCO GONÇALVES DA ROCHA*

Pernambucano do Recife, nasceu a 13 de agosto de 1816. Bacharelou-se pela Academia de Olinda, em 1837. Foi promotor público em Garanhuns (1840), Limoeiro e Rio Formoso (1853). Serviu nas comarcas de Inhamuns (CE), Tacaratu, Goiana (1865) e na da Paraíba (1872). Criada a Relação de Cuiabá, em 1874, foi nomeado para ali exercer o cargo de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. No ano de 1878, foi removido para a Relação de Pernambuco. Faleceu no Recife, três anos depois, a 25 de fevereiro de 1881.

### *110 - ALEXANDRE PINTO LOBÃO*

Nasceu em Itabaiana (SE), a 30 de dezembro de 1812. Bacharel pela Academia de Olinda, onde colou grau em 1839. Exerceu a advocacia e o cargo de promotor público de Vila Nova (SE). Ingressando na magistratura, em 1854, serviu nas comarcas sergipanas de Maruim, Vila Nova e Lagarto. Como juiz de direito, passa ainda pelas comarcas de Itapicuru-Mirim (MA), Arantes (BA) e Aracaju (SE), esta em 1866. Desta última, passou a desembargador da Relação de Cuiabá, em 1875, da qual também foi presidente. De Cuiabá foi removido para a Relação de Pernambuco, entrando em exercício em 1878. Após mais de quarenta anos de serviços prestados à magistratura, aposentou-se, em outubro de 1884. Compunha o Conselho de Sua Majestade. Faleceu em Penedo (AL), no dia 3 de maio de 1889.

### *111 - JOÃO SERTÓRIO (Barão de Sertório)*

Nasceu em São Paulo, a 5 de maio de 1819. Bacharelou-se pela Academia de São Paulo, no ano de 1841. Serviu na Corte, como juiz de direito da 1ª vara cível (1872) e como auditor de guerra (1874). Nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, entrou em exercício em janeiro de 1879, permanecendo até a sua permuta com o desembargador Queirós Barros, em 1882, quando passou a exercer as suas funções na Relação do Rio de Janeiro, em cuja presidência faleceu (1888). Pouco antes de sua morte, foi agraciado com o título de barão de Sertório. Foi ainda presidente da província do Rio Grande do Sul e pertencia ao Conselho de Sua Majestade.

### *112 - SEBASTIÃO ANTÔNIO CARDOSO*

Natural de Salvador (BA), nasceu a 11 de novembro de 1830. Bacharelou-se pela Academia Jurídica de Olinda, no ano de 1851. Serviu como juiz de direito em comarcas de diversas províncias, até ser nomeado desembargador da Relação de Cuiabá; logo sendo removido para a de Pernambuco, entrando em exercício em maio de 1879. Neste mesmo ano, foi removido para a Relação da Bahia, província onde viria a falecer.

### *113 - ANTÔNIO BUARQUE DE LIMA*

Natural da freguesia de São Bento, província de Alagoas, nasceu a 13 de junho de 1816. Colou grau em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, em 1841. No ano seguinte, assumiu a promotoria da 5ª comarca de São Paulo; depois passou a juiz municipal do termo de Sorocaba, aparecendo adiante como juiz municipal dos termos reunidos de Porto Calvo e Porto de Pedras (AL). Em 1854, reapareceu em São Paulo como juiz municipal dos termos reunidos de Bragança e Atibaia. Serviu ainda nas comarcas de Carolina (MA), Boa Vista e Caruaru, comarca que instalou em

1867, sendo seu primeiro juiz de direito. Em 1874, tomou posse como desembargador da Relação de Belém do Pará, que chegou a presidir e onde também exerceu o lugar de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Removido para a Relação de Pernambuco, entrou em exercício em janeiro de 1879, onde passou dez anos e foi transferido para o Supremo Tribunal de Justiça (1889). Aposenta-se em 1891. Pertencia ao Conselho Imperial e era comendador das Ordens de Cristo e da Rosa. Faleceu no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1899.

### *114 - ANTÔNIO JOAQUIM BUARQUE DE NAZARÉ*

Pernambucano de Nazaré da Mata, estudou na Academia de Olinda, onde concluiu, em 1848, o curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Serviu, em 1858, como juiz municipal e de órfãos da comarca de Santo Antão (PE) e, depois, na de Alagoas. Foi juiz de direito nas comarcas de Nazaré (PE) e Maceió (AL). Em março de 1881, entrou em exercício como desembargador da Relação de Pernambuco. Três anos depois, faleceu na vila de Itambé (PE), a 17 de março de 1884.

### *115 - JOÃO PAULO MONTEIRO DE ANDRADE*

Nasceu no Recife (PE), a 25 de julho de 1828. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda em 1848. Iniciou suas atividades na comarca do Cabo (PE), onde foi promotor público e juiz municipal. Como juiz de direito, além de outras, ocupou as comarcas de Pastos Bons (BA), Maceió (AL) e Nazaré (PE). Foi desembargador da Relação do Maranhão, onde passou menos de um ano, sendo transferido para a de Belém do Pará, quando da sua instalação, em 1874. Retornou ao Maranhão e presidiu aquela Relação, depois sendo removido para a de Pernambuco, onde entrou em exercício em maio de 1882. Faleceu em Fortaleza, a 27 de agosto de 1884.

### *116 - GERVÁSIO CAMPELO PIRES FERREIRA*

Pernambucano, nasceu a 28 de fevereiro de 1830. Obteve o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, em 1854. Iniciou a carreira como juiz municipal e de órfãos na vila do Ingá (PB), sendo, em 1857, removido para a comarca de Sirinhaém (PE). Ainda serviu como juiz de direito nas comarcas de Príncipe Imperial, no Piauí (1862), e Aracaju, Sergipe (1874). Em 1881, tomou posse como desembargador da Relação do Belém do Pará. No ano seguinte, foi removido para a de Pernambuco. Com o falecimento do conselheiro Quintino José de Miranda, coube-lhe presidir a última sessão do Tribunal da Relação, a 8 de janeiro de 1892. Extinta a Relação e organizado o Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, assumiu como seu primeiro presidente. Foi chefe de polícia nas províncias do Amazonas, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Era oficial da Imperial Ordem da Rosa. Faleceu no Recife, a 14 de setembro de 1893.

# BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflito**: aspectos da Administração Colonial. Recife: Ed. Universitária, 1997.

DELGADO, Luiz. **A Convenção de Beberibe.** Recife: Editora Universitária,1972.

DUQUE, Augusto de Souza. **150 anos servindo à ordem e à liberdade**: perfil histórico do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Recife: Dialgraf, 1972.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos.** Edição eletrônica fac-similar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2005.

_____. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2005. 1 CD-ROM.

_____. **Vocabulário Pernambucano.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2005. 1 CD-ROM.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos:** a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Galeria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/alfa.asp?per= 'I'> Acesso em: 20 de maio de 2005.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça do Império**. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 1983.

# Referências das Ilustrações

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Galeria dos ex-ministros e ex-comandantes do Exército Brasileiro**. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Galeria/indice.htm>. Acesso em: 20 maio 2005.
Desembargador: Manuel Vieira Tosta (58).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Galeria de Ministros**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/estrutura/galeria_ministros/index.asp>. Acesso em: 15 jun. 2005.
Desembargadores: Caetano Maria Lopes Gama (30) e Manuel Alves Branco (48).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Galeria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/alfa.asp?per='I'> Acesso em: 20 maio 2005.
Desembargadores: Eusébio de Queirós Coutinho (2), Lucas Antonio Monteiro de Barros (7), Tomás Antonio Maciel Monteiro (9), Cândido José de Araújo (20), Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos (21), Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja (22), Joaquim Marcelino de Brito (23), João José de Oliveira Junqueira (36), Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda (44), Francisco de Paula Cerqueira Leite (49), João Joaquim da Silva (51), Antonio da Costa Pinto (64), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (75), Dom Francisco Baltasar da Silveira (87), Afonso Artur de Almeida Albuquerque (96), João Antonio de Araújo Freitas Henriques (101), Silvério Fernandes de Araújo Jorge (104) e Antonio Buarque de Lima (113).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ. **Galeria de ex-presidentes**. Disponível em: <http://www.tj.ce.gov.br/principal/index.asp>. Acesso em: 20 maio 2005.
Desembargador: Bernardo Machado da Costa Dória (95).

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça do Império**. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 1983.
Desembargadores: Bernardo José da Gama (3), Agostinho Ermelino de Leão (65), Joaquim Nunes Machado (67), Anselmo Francisco Peretti (90) e José Felipe de Souza Leão (100).

# Índice Onomástico

## Notas Biográficas

A

ADRIANO JOSÉ LEAL: 8 ..... 115
AFONSO ARTUR DE ALMEIDA ALBUQUERQUE: 96 ..... 145
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO: 65 ..... 136
AGOSTINHO MOREIRA GUERRA: 85 ..... 142
ALEXANDRE BERNARDINO DOS REIS E SILVA: 97 ..... 145
ALEXANDRE PINTO LOBÃO: 110 ..... 150
ÁLVARO BARBALHO UCHOA CAVALCANTI: 92 ..... 144
ANDRÉ ALVES PEREIRA RIBEIRO E CIRNE: 10 ..... 116
ANDRÉ BASTOS DE OLIVEIRA: 82 ..... 141
ANTONIO AUGUSTO MONTEIRO DE BARROS: 26 ..... 122
ANTONIO DE AZEVEDO MELO E CARVALHO: 16 ..... 117
ANTÔNIO DE BARROS E VASCONCELOS: 98 ..... 146
ANTÔNIO BATISTA GITIRANA: 80 ..... 141
ANTÔNIO BUARQUE DE LIMA: 113 ..... 150
ANTÔNIO CARNEIRO DE CAMPOS: 106 ..... 149
ANTONIO DA COSTA PINTO: 64 ..... 135
ANTÔNIO INÁCIO DE AZEVEDO: 59 ..... 134
ANTÔNIO JOAQUIM BUARQUE DE NAZARÉ: 114 ..... 151
ANTÔNIO JOAQUIM DE CERQUEIRA: 60 ..... 134
ANTÔNIO JOAQUIM DA SILVA GOMES: 88 ..... 143
ANTONIO JOSÉ FERNANDES VILAR AMAZONAS: 35 ..... 125
ANTONIO JOSÉ OSÓRIO DE PINA LEITÃO: 1 ..... 111
ANTONIO MANUEL DA ROSA MALHEIRO: 17 ..... 118
ANTÔNIO TOMAS DE LUNA FREIRE: 72 ..... 138

ANSELMO FRANCISCO PERETTI: 90 ..... 143
AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO
(Visconde de Sepetiba): 39 ..... 127

## B

BERNARDO JOSÉ DA GAMA (Visconde de Goiana): 3 ..... 112
BERNARDO MACHADO DA COSTA DÓRIA: 95 ..... 145
BERNARDO REBELO DA SILVA PEREIRA: 70 ..... 138

## C

CÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA (Marquês de Sapucaí): 20 ..... 119
CÂNDIDO LADISLAU JAPIASSÚ: 34 ..... 125
CAETANO JOSÉ DA SILVA SANTIAGO: 78 ..... 140
CAETANO MARIA LOPES GAMA (Visconde de Maranguape): 30 ..... 123
CAETANO SILVESTRE DA SILVA: 54 ..... 132
CAETANO XAVIER PEREIRA DE BRITO: 14 ..... 117
CUSTÓDIO MANOEL DA SILVA GUIMARÃES: 83 ..... 141
CORNÉLIO FERREIRA FRANÇA: 37 ..... 126

## D

DOMINGOS NUNES RAMOS FERREIRA: 40 ..... 127

## E

EUSÉBIO DE QUEIRÓS COUTINHO DA SILVA: 2 ..... 111

## F

FIRMINO ANTÔNIO DE SOUZA: 69 ..... 137
FIRMINO PEREIRA MONTEIRO:76 ..... 140

FRANCISCO AFONSO FERREIRA: 6 ..... 114
FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MACIEL: 105 ..... 148
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA ROCHA: 93 ..... 144
DOM FRANCISCO BALTASAR DA SILVEIRA : 87 ..... 142
FRANCISCO DOMINGUES DA SILVA: 99 ..... 146
FRANCISCO GONÇALVES MARTINS (Visconde de São Lourenço): 71 ..... 138
FRANCISCO GONÇALVES DA ROCHA: 109 ..... 149
FRANCISCO JOAQUIM GOMES RIBEIRO: 79 ..... 140
FRANCISCO JOSÉ ALVES CARNEIRO: 43 ..... 128
FRANCISCO JOSÉ DE FARIA BARBOSA: 13 ..... 117
FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS: 31 ..... 124
FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE: 38 ..... 126
FRANCISCO DE PAULA CERQUEIRA LEITE: 49 ..... 130

## G

GERVÁSIO CAMPELO PIRES FERREIRA: 116 ..... 151
GREGÓRIO DA COSTA LIMA BELMONT: 18 ..... 118
GUSTAVO ADOLFO DE AGUILAR (PANTOJA): 22 ..... 120

## H

HENRIQUE VELOSO DE OLIVEIRA: 24 ..... 121

## J

JERÔNIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO: 75 ..... 139
JOÃO PAULO MONTEIRO DE ANDRADE: 115 ..... 151
JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES: 101 ..... 147
JOÃO EVANGELISTA DE FARIA LOBATO: 5 ..... 113
JOÃO FERREIRA SARMENTO PIMENTEL: 4 ..... 113
JOÃO FRANCISCO DE BORJA PEREIRA: 28 ..... 123
JOÃO JOAQUIM DA SILVA: 51 ..... 131

JOÃO JOSÉ DE MOURA MAGALHÃES: 63 ..... 135
JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA: 36 ..... 126
JOÃO LOPES DA SILVA COUTO: 74 ..... 139
JOÃO RICARDO DA COSTA DORMUND: 27 ..... 122
JOÃO SERTÓRIO (Barão de Sertório): 111 ..... 150
JOAQUIM AIRES DE ALMEIDA FREITAS: 68 ..... 137
JOAQUIM FIRMINO PEREIRA JORGE: 94 ..... 144
JOAQUIM FRANCISCO GONÇALVES PONCE DE LEÃO: 42 ..... 128
JOAQUIM JOSÉ DO AMARAL: 47 ..... 129
JOAQUIM JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELOS
(Visconde de Monserrate): 21 ..... 120
JOAQUIM MANOEL VIEIRA DE MELO: 84 ..... 142
JOAQUIM MARCELINO DE BRITO: 23 ..... 121
JOAQUIM TEIXEIRA PEIXOTO DE ALBUQUERQUE: 46 ..... 129
JOAQUIM NUNES MACHADO: 67 ..... 137
JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA RIBEIRO (Visconde de Uberaba):33 ..... 124
JOSÉ EMÍDIO DOS SANTOS TOURINHO: 53 ..... 132
JOSÉ FELIPE DE SOUZA LEÃO: 100 ..... 146
JOSÉ INÁCIO ACIOLI DE VASCONCELOS: 91 ..... 144
JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES: 66 ..... 136
JOSÉ LIBÂNIO DE SOUZA: 19 ..... 118
JOSÉ MARIA MONTEIRO DE BARROS: 12 ..... 116
JOSÉ NICOLAU REGUEIRA COSTA: 102 ..... 147
JOSÉ PEREIRA DA COSTA MOTA: 89 ..... 143
JOSÉ TELES DE MENEZES: 73 ..... 138

## L

LOURENÇO JOSÉ RIBEIRO: 62 ..... 135
LOURENÇO JOSÉ DA SILVA SANTIAGO: 86 ..... 142
LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS
(Visconde de Congonhas do Campo): 7 ..... 114
LUÍS FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE:11 ..... 116

## M

MANOEL PARANHOS DA SILVA VELOSO: 57 ..... 133
MANOEL VIEIRA TOSTA (Barão de Muritiba): 58 ..... 133
MANUEL ALVES BRANCO (Visconde de Caravelas): 48 ..... 130
MANUEL DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO SOUSA CHICHORRO: 25 ..... 122
MANUEL INÁCIO CAVALCANTI DE LACERDA (Barão de Pirapama): 44 ..... 128
MANUEL JOSÉ DA SILVA NEIVA: 103 ..... 147
MANUEL RODRIGUES VILARES: 52 ..... 131
MARIANO JOSÉ DE BRITO LIMA: 41 ..... 127
MARTINIANO DA ROCHA BASTOS: 56 ..... 132
MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO MASCARENHAS: 15 ..... 117

## N

NICOLAU DA SILVA LISBOA: 29 ..... 123
DOM NUNO EUGÊNIO DE LÓSSIO E SEIBLITZ: 45 ..... 129

## Q

QUINTINO JOSÉ DE MIRANDA: 107 ..... 149

## P

PEDRO DE ALCÂNTARA CERQUEIRA LEITE (Barão de S. João Nepomuceno): 81 ..... 141
PEDRO RODRIGUES FERNANDES CHAVES (Barão de Quaraim): 61 ..... 134

## R

RODRIGO ANTÔNIO MONTEIRO DE BARROS: 55 ..... 132

## S

SEBASTIÃO ANTÔNIO CARDOSO: 112 ..... 150
SEVERO AMORIM DO VALLE: 77 ..... 140
SILVÉRIO FERNANDES DE ARAÚJO JORGE: 104 ..... 148

## T

TIBÚRCIO VALERIANO DA SILVA TAVARES: 32 ..... 124
TITO ALEXANDRE CARDOSO DE MELO: 50 ..... 131
TOMÁS ANTONIO MACIEL MONTEIRO (Barão de Itamaracá): 9 ..... 115

## V

VITORINO DO REGO TOSCANO BARRETO: 108 ..... 149

Este livro foi composto e editado
eletronicamente por Ligia Regis
em fonte Bookman Old Style, corpo 12,
sendo a capa impressa em
supremo 250 g/m² e o miolo
em cuchê fosco de 115 g/m² *(costurado)*.
Produzido no Parque Gráfico
da Companhia Editora de
Pernambuco - CEPE, em setembro de 2005.
Fone: (81) 3217.2500
Fax: 3222.5126
E-mail: cepe@cepe.com.br

**MEMORIAL DA JUSTICA**

Av. Alfredo Lisboa, s/n, Bairro do Brum
Recife - PE - CEP 50030-150